



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 18

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 10 de julho de 2024

Presidente: *Deputado Luis Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio (substituída no decorrer da Sessão pelo Deputado Paulo Silveira) e Deputado Lubélio Mendonça (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Isabel Teixeira)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Feita a chamada das Sras. e Srs. Deputados, iniciou-se o [Debata de urgência sobre a situação da Saúde na Região Autónoma dos Açores](#), conforme constante da agenda parlamentar.

Deste modo, intervieram as/os seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Sandra Costa Dias (*PS*), António Lima (*BE*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Délia Melo (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Olivéria Santos (*CH*), José Toste (*PS*), José Pacheco (*CH*), Russel Sousa (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*) e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

Seguiu-se a [Proposta de Resolução n.º 14/XII – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022”](#) em que intervieram, em primeiro lugar, o [Deputado Paulo Silveira na qualidade de Relator da Comissão Especializada Permanente de Economia para apresentar o respetivo relatório, tendo-se seguido um debate em que intervieram as/os Sras. e Srs. Deputadas/os:](#)

Carlos Silva (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Francisco Lima (*CH*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Hélia Cardoso (*CH*) e Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

A Proposta de Resolução em apreço foi aprovada por maioria.

Seguidamente, procedeu-se à análise da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII – “Estabelece o regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Freguesias e Associações de Freguesias da Região Autónoma dos Açores”](#).

[Coube ao Sr. Presidente do Governo Regional \(*José Manuel Bolieiro*\), a apresentação do diploma através duma intervenção de tribuna, sobre a qual se pronunciaram as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os:](#)

Sandra Costa Dias (*PS*), Francisco Lima (*CH*), Sabrina Furtado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), José Leal (*PSD*), Mário Tomé (*PS*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), João Mendonça (*PPM*), Paulo Gomes (*PSD*), Luis Soares (*PSD*), Jaime Vieira (*PSD*) e novamente o Sr. Presidente do Governo Regional para uma intervenção de bancada.

Esta iniciativa foi aprovada por maioria, na generalidade, tendo ficando para a sessão plenária do dia seguinte o debate e votação na especialidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 54 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada. Faça favor Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado Sr. Presidente.

Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos.

Ana Maria dos Santos Silva e Jorge.

Carlos Henrique Lopes Rodrigues.

Cecília Maria Soares Estácio.

Délia Maria Melo.

Flávio da Silva Soares.

Francisco Manuel Raposo Gaspar.

Jaime Luís Melo Vieira.

João Luís Bruto Costa Machado da Costa.

José Joaquim Ferreira Machado.

José António Marcos Soares.

José Manuel Resendes Leal.

Luís Carlos Correia Garcia.

Luís Miguel Teixeira Raposo.

Luís Carlos Cota Soares.

Nídia Manuela Lopes Inácio.

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves.

Paulo Duarte Gomes.

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**.

Paulo José da Cunha **Simões**.

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**.

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**.

Maria **Salomé** Dias **Matos**.

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa.

Berto José Branco **Messias**.

Carlos Emanuel Rego **Silva**.

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**.

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**.

Gualberto Costa **Rita**.

Inês Soares de Oliveira e **Sá**.

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**.

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**.

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**.

José Manuel Gregório de **Ávila**.

José Gabriel Freitas **Eduardo**.

José Miguel de Freitas **Toste**.

Lubélio de Fraga **Mendonça**.

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**.

Luís Miguel Vieira **Leal**.

Mário José Dinis **Tomé**.

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros.

Marta Ávila de **Matos**.

Patrícia Maria Melo Miranda.

Russell Michael Sousa.

Sandra Micaela Costa Dias.

Vasco Ilídio Alves Cordeiro.

Partido Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima.

Hélia Maria Pinheiro Cardoso.

José Eduardo da Cunha Pacheco.

José Paulo Machado de Sousa.

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos.

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto.

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de Mendonça.

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**.

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida e Sousa.

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Vamos entrar no ponto 1 da nossa agenda - **Debate de urgência sobre a situação da Saúde na Região Autónoma dos Açores.**

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Regem esta matéria os Artigos 185º e 186º do nosso Regimento.

Ao abrigo do Artigo 132º, a Conferência de Líderes organizou o debate, estipulando os seguintes tempos:

- Governo, PSD e PS têm 25 minutos;
- O Grupo Parlamentar do CHEGA tem 12 minutos;

- O Grupo Parlamentar do CDS-PP tem 12 minutos;
- As Representações Parlamentares do PPM, BE, IL e PAN têm 10 minutos cada.

Vamos dar início ao debate.

Tem a palavra para o efeito a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A 4 de maio último, os Açores acordaram com a notícia do incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo.

Desde o primeiro momento, uniu os açorianos um sentimento de apreensão, mas também de solidariedade.

A importância do HDES na garantia dos cuidados de saúde dos açorianos é uma realidade incontornável que ninguém nega.

Nunca será demais relembrar e enaltecer o trabalho inextinguível dos profissionais de saúde, desde médicos, enfermeiros e técnicos operacionais no socorro imediato e na garantia da segurança dos utentes do HDES. Assim, como reconhecer todas as entidades externas ao Hospital, que participaram nas operações de evacuação daquela unidade de saúde.

Pela sensibilidade desta situação, pelo impacto que traz à vida dos açorianos e, em particular, aos micalenses, o Partido Socialista, desde a primeira hora, manifestou a sua solidariedade, assumindo uma postura responsável e disponível, que alicerça a nossa ação diante dos Açorianos.

E é essa responsabilidade e essa disponibilidade, que nos leva a trazer este assunto à casa da Autonomia, a este Parlamento Regional. Move-nos, apenas, o superior interesse dos Açores e dos Açorianos.

Por isso, para nós, há um tempo de emergência, há um tempo de união, mas há também um tempo de escrutínio.

Esse tempo chegou!

Hoje realizamos este debate de urgência, porque a ação do Governo tem sido pautada pela opacidade e pela errância, o que, legitimamente, provoca em nós, e em todos os Açorianos, dúvidas sobre as decisões no presente e a incapacidade de preparar o futuro.

Só após declarações públicas muito graves, de diversos intervenientes, um requerimento e a marcação de uma conferência de imprensa do PS, é que chegaram as informações, que na véspera destes acontecimentos, eram sigilosas!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Ah sim! Estava tudo à espera!

A Oradora: O Governo Regional dos Açores teve a possibilidade de esclarecer, no tempo certo, mas só o fez sob pressão e num clima de suspeição que em nada tranquiliza os açorianos.

E esta não é uma preocupação apenas do Partido Socialista, esta é uma preocupação dos açorianos em geral e dos próprios profissionais de saúde, corroborada pelo relatório técnico de averiguação das causas do incêndio do HDES, realizado pelos Senhores Engenheiros João Mota Vieira e Marco Ávila, assim como pelo relatório da Comissão de Catástrofe do HDES.

Temos assistido a uma sucessão de declarações avulsas, tomadas de decisão aparentemente não fundamentadas e sucessivos adiamentos de soluções anunciadas.

Está instalada a confusão num assunto tão sensível e, por isso, hoje são mais as dúvidas do que as certezas.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Ao contrário do que seria expetável, o Governo Regional tem se mantido fechado ao diálogo, não tem informado devidamente os grupos e representações parlamentares, nem tão pouco procurado concertar soluções.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): A Sra. Secretária foi à Comissão!

A Oradora: Nós estamos, como já dissemos, disponíveis para ajudar!

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Ora aí está!

A Oradora: Será caso para perguntar: afinal o que é que querem esconder?

Porque é que agora, conhecidos os relatórios das diversas entidades, o Governo Regional quer criar uma comissão técnica independente para produzir um relatório detalhado sobre a origem do incêndio, visando dissipar dúvidas e garantir transparência no processo?

Passados dois meses, desde o incêndio, com informação disponibilizada por diversas entidades, parece-nos que é o próprio Governo Regional, a colocar em causa todo o processo por si conduzido! Ou seja, escudar-se em mais uma Comissão, em busca de um relatório que abrigue as suas opções!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há 4 áreas em que o PS entende que falta de informação e de transparência é indesmentível:

Primeira: A segurança na prestação de cuidados de saúde: é a própria Comissão de Catástrofes do HDES, que afirma que a prestação de cuidados de saúde está comprometida em São Miguel. Segundo este mesmo relatório, há serviços com resposta deficitária, nomeadamente urgência, cuidados intensivos, neonatologia, pediatria e internamento cirúrgico.

O relatório evidencia, ainda, a dispersão do HDES por unidades privadas e sociais e as consequências de tal dispersão. A capacidade de internamento caiu para metade.

O Serviço de Urgência está espalhado por quatro unidades, e cito, “infraestruturas de menor capacidade, com aumento significativo do tempo de espera de atendimento”.

A capacidade de resposta atual fica muito aquém da que tínhamos antes de 4 de maio, e muito do que temos só se deve “ao esforço extraordinário e dedicação dos nossos profissionais”, salienta o Relatório, evidenciando também o risco iminente de esgotamento dos recursos humanos.

O alerta quanto à cirurgia aponta para uma redução drástica na capacidade de resposta, com danos incalculáveis na lista de espera cirúrgica.

Nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica o alerta mantém-se, os números poderão conduzir, e cito: “a um comprometimento do diagnóstico precoce, bem como a um atraso do doente com patologia crónica. (...) estes números promovem um significativo impacto negativo na saúde dos açorianos.” Desconhecemos o que tem feito o Governo Regional para colmatar estas situações!

Já sabemos, que não corresponde à verdade, a informação governamental de que está tudo bem...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Mas quem é que disse isso?!

A Oradora: ... como comprovam estes relatórios e, igualmente, diversas declarações de entidades idóneas, como a Ordem dos Médicos, o Sindicato dos Enfermeiros e a Comissão de Catástrofe do próprio HDES.

Segundo, a **retoma das obras no edifício no HDES**. Qual o projeto de reconstrução para o HDES? Quanto custará? Qual é a calendarização para termos, como prometido pelo Presidente do Governo Regional, um Hospital novo?

6 dias depois do incêndio, foi declarada situação de calamidade pública, possibilitando um regime especial de contratação de empreitadas e

fornecimento de bens e serviços, com o objetivo de prevenir ou acorrer, com carácter de urgência, à situação que a motivou.

Não se conhece quais as consequências desta declaração de situação de calamidade pública, a julgar pelo estado em que se encontra o HDES.

Terceiro, **a opção pelo Hospital modular**, no valor de 14 milhões de euros. Foi a única solução avaliada? As áreas funcionais e dimensão do Hospital modular foram definidas por quem? Esta estrutura provisória repõe a capacidade de resposta cirúrgica e de urgência que tínhamos antes de 4 de maio?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O PS está contra ou a favor?

A Oradora: Quarto, as Causas do incêndio.

À data do incêndio, eram do conhecimento da Sra. Secretária, os relatórios da Siemens de 2022 e 2023 sobre o Sistema Automático de Deteção de Incêndios?

À data de hoje, a Sra. Secretária conhece o teor desses relatórios e já deu conhecimento deles ao Presidente do Governo?

A Sra. Secretária tinha conhecimento de que o sinal sonoro do sistema de alarme de incêndios foi desligado?

Que medidas corretivas foram adotadas e que orientações foram dadas pelo Governo, depois de conhecidos os relatórios técnicos dos engenheiros João Mota Vieira e Marco Ávila e da Comissão de Catástrofe do HDES?

Estas e outras questões carecem de um cabal esclarecimento e foi, por isso, que o PS tomou a iniciativa de agendar este debate de urgência!

A resolução deste problema, entendemos nós, merece um debate alargado. Não será pela nossa parte que ele não será realizado!

Desde a primeira hora, a principal preocupação do Partido Socialista foi garantir a prestação de cuidados de saúde em segurança, com dignidade e em tempo útil.

E, perante tudo aquilo que conhecemos hoje, e que está vertido nos relatórios disponibilizados, temos sérias dúvidas que esteja a ser feito tudo o que está ao alcance do Governo Regional para garantir a melhor acessibilidade aos cuidados de saúde dos açorianos.

É necessário esclarecer os açorianos e agir, rapidamente, na reconstrução do HDES de forma a repor, pelo menos, a capacidade instalada à data do incêndio.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Flávio Soares (PSD): É demasiado mau. Um partido com as responsabilidades que tem o PS!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Sras e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo: Cumpre-se o 62º dia após o incêndio que deflagrou no Hospital do Divino Espírito Santo, pelo que subo a esta tribuna para continuar a esclarecer e a informar este Parlamento e todos os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Perante uma operação de elevada complexidade de que não há memória recente de qualquer circunstância semelhante a nível regional, a nível nacional e até mesmo internacional, graças ao esforço, dedicação e resiliência dos nossos profissionais de saúde, conseguimos superar de forma exemplar a primeira fase deste ainda longo desafio.

Evacuámos todo o edifício na altura certa, transferimos os doentes de elevada gravidade para um local que ofereceu o mesmo nível de resposta sem registo de qualquer incidente grave.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Transferimos para outros locais quem necessitava de cuidados imediatos e pusemos sempre em primeiro lugar a segurança dos profissionais de saúde e a segurança dos nossos utentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: São estes os verdadeiros responsáveis pelo sucesso de toda esta operação.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito Bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Governar assenta na necessidade diária de tomar decisões. É certo que haverá sempre quem se oponha, mas nunca se poderá dizer que este é um Governo fechado sobre si próprio.

Este Governo toma decisões ponderadas que têm em linha de conta a opinião do conselho de administração do Hospital do Divino Espírito Santo e de peritos com quem reunimos. A hierarquia é conhecida e os métodos são transparentes. O nosso objetivo está muito bem definido.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Trabalhamos diariamente para um Serviço Regional de Saúde dotado de meios materiais, focados em servir as atuais e futuras gerações de

açorianos, ou seja, ter tudo aquilo que os governos anteriores não fizeram pela saúde dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Há instantes falava de opções, de decisões e de ponderação. Sobre este Governo da coligação recai a decisão política da recuperação do HDES. Um edifício com 27 anos, com fragilidades identificadas ao nível da estrutura física que se encontra desadequada, mas ainda subaproveitada. Impõe-se, assim, ampliar a capacidade de tratamento deste hospital.

Queremos reorganizar a capacidade atual para redimensionar o velho HDES e, assim, torná-lo novo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Queremos uma estrutura renovada, humanizada, zelando por um ambiente que previna a doença, acelere a cura e promova o bem-estar dos utentes e daqueles que nele trabalham.

Temos visão, temos estratégia e teremos em breve um plano funcional. Plano este que assenta na renovação do bloco operatório com ampliação do armazém de consumíveis e de esterilizados. Na reorganização da cirurgia ambulatória para a sala de robótica e vídeo cirurgia avançada. Na ampliação e remodelação do serviço de urgência transformando-o num serviço em *open space*, modelar e adaptável, contemplando uma urgência pediátrica autónoma e independente da urgência geral.

Na ampliação de cuidados intensivos, com a construção de uma unidade de cuidados intermédios integrada e preferencialmente no atual espaço de blocos de partos. Mas ambicionamos mais. Ambicionamos a reorganização e a ampliação da consulta externa polivalente, a

modernização de enfermarias e a atualização da eficiência energética do edifício numa perspetiva de um hospital verdadeiramente auto-sustentável.

A opção de reparar o HDES e torná-lo novo, permite-nos ganhar tempo. E isso, sim, é importante na prestação de cuidados de saúde aos nossos utentes. Mas há também um detalhe do qual este Governo não abdicará, em matéria de segurança e proteção contra incêndios, temos a responsabilidade de fazer tudo bem. A determinação e a necessidade destas ações é inquestionável, tal como foi presenciado pela recente visita da Comissão de Assuntos Sociais ao HDES no passado dia 4 de julho.

Mantendo a postura dialogante deste Governo e no âmbito dos contributos partilhados com este Parlamento, constata-se que a opção de avançar com a instalação de um hospital modelar está vinculada às opções da Comissão de Catástrofe do HDES e do próprio concelho de administração.

É mandatório aumentar a capacidade de resposta aos doentes urgentes e emergentes. E é imperioso concentrar serviços no perímetro do hospital e possibilitar que a CUF seja uma alternativa à prestação de cuidados.

Cientes do momento difícil que o Serviço Regional de Saúde atravessa, o Governo Regional entende que todos os partidos políticos devem ser envolvidos na solução, respeitando naturalmente a atividade fiscalizadora dos mesmos sob a ação governativa.

Deputado António Lima (BE): Agora?!

A Oradora: A apresentação aos partidos políticos do projeto do Hospital Modular acontecerá já no próximo dia 17 de julho. É entendimento do Governo Regional que os mesmos deverão ter conhecimento pormenorizado do investimento a realizar e que mete sempre em primeiro lugar os nossos utentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ainda sobre esta estrutura, poderei avançar que a mesma será composta pelas seguintes valências:

- Urgência geral com capacidade para 12 boxes de atendimento.
- 2 salas de emergência.
- Urgência pediátrica com 6 camas de observação e 1 quarto de isolamento.
- 2 enfermarias com capacidade mínima para 80 doentes.
- 1 serviço de imagiologia com equipamento adequado.
- 2 salas de bloco operatório com 6 camas de recobro.
- 1 unidade de cuidados intensivos intermédios com capacidade para 12 doentes, onde se inclui 1 quarto de isolamento e 1 bloco de partos com serviço de neonatologia e até 9 camas para grávidas. Tudo isto se consegue em menos tempo do que conseguiríamos com a edificação de uma estrutura de raiz.

Deputado António Lima (BE): Como é que prova isso?

A Oradora: À data de hoje já estão nas imediações do HDES os painéis da estrutura modular da urgência geral e pediátrica, cerca de 40 módulos, e as zonas da enfermaria com mais de 55 módulos.

Acresce, ainda, que o hospital modular servirá de estrutura de retaguarda e permitirá manter um reforço da capacidade quando se iniciarem as obras de reparação, redimensionamento e reorganização funcional da atual estrutura física do HDES.

Ouvimos as ordens profissionais, peritos nacionais experientes e o conselho de administração. E mesmo sabendo que é impossível agradar a todos, seguimos focados nos nossos objetivos e assumindo responsabilmente as nossas decisões.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Sras e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Na passada sexta-feira dia 5 de julho tal como fora assumido previamente por mim, o Governo Regional entregou à Assembleia o relatório preliminar com os prejuízos imediatos e danos recorrentes do incêndio do HDES, bem como toda a informação em sua posse.

Deputado José Toste (PS): Entregaram porque a Comissão vos obrigou.

A Oradora: Destes documentos consta também o relatório de peritagem elaborado por dois peritos da Ordem dos Engenheiros que foi solicitado pelo conselho de administração do hospital. A informação que consta do mesmo é relevante e não foi até ao momento colocada em causa por mim. Contudo, considero que a mesma carece de fundamentação técnica documental e que seja testemunhalmente suportada.

Considerando, ainda, que a mesma é de natureza preliminar, não dispensa por isso a elaboração de um relatório mais detalhado, tal como foi avançado inicialmente por estes dois peritos, ou seja, não pode ser tomado como único elemento de determinação das causas do incêndio, de forma isolada, desacompanhado de outro relatório mais factual, repito, cuja necessidade do mesmo foi também defendida pelos seus autores.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sem pronúncia efetiva até ao momento do juiz de instrução criminal do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, face ao requerimento enviado pelo conselho de administração do hospital no passado dia 27 de junho, uma vez que os partidos políticos solicitaram cópia do relatório, foi assumido que o relatório feito pelos dois engenheiros seria também entregue a este Parlamento, deixando de ser tratado como matéria reservada.

Deputado José Toste (PS): Que nunca foi!

A Oradora: Enquanto decisora política com responsabilidade sobre o setor da saúde, é meu dever, perante a informação transmitida que levanta questões de responsabilidade, ir até ao fim deste processo e apurar essas mesmas responsabilidades, doa a quem doer. E assim farei.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: E através de uma resolução irei propor a elaboração de um relatório independente e detalhado quanto às causas do incêndio.

Além de confirmar as questões suscitadas pelo relatório da Ordem dos Engenheiros, este relatório deverá ser ainda proposto um plano de atuação que acolha as recomendações revertidas nesta primeira instância.

Deputado Carlos Silva (PS): Os engenheiros são independentes.

A Oradora: Para finalizar, e tento em conta as dúvidas levantadas pelo referido relatório em relação à ineficiência no combate ao incêndio, o Governo Regional tem o dever de determinar que o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros proceda a avaliação do desempenho do Corpo de Bombeiros de Ponta Delgada no combate ao incêndio que deflagrou no hospital.

É notória a abnegação e coragem inextinguíveis dos nossos bombeiros, cujas funções continuam a ser essenciais para o normal funcionamento do Serviço Regional de Saúde, desde logo com o transporte de utentes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Tal como diz o povo *quem não se sente não é filho de boa gente*.

Nunca – repito - nunca foi colocada em causa a capacidade técnica de quem de forma voluntária teve a amabilidade de colaborar com HDES, contudo a minha palavra enquanto governante foi.

A forma de reparo a mim dirigida vem intencionalmente passar a ideia de que o Governo Regional estaria a enganar a população quanto à origem do incêndio. Nada mais errado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: No manual de eficiência energética em estabelecimentos escolares elaborado pela EDA e aprovado pela entidade reguladora de serviços energéticos, na página 28 do referido documento poder-se-á ler: “para anular o consumo de energia reativa utilizam-se equipamentos que corrigem o fator de potência normalmente designadas por *baterias de condensadores* colocados na instalação”.

Espero que assim não restem dúvidas quanto à veracidade das minhas declarações. E espero também que os açorianos compreendam que o maior partido da oposição, que até ao momento não questionou a estratégia apresentada pelo Governo ou apresentou qualquer alternativa à mesma, agende um debate de urgência que tem por base uma mentira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: É este o maior risco de quem faz política.

À engenharia o que é da engenharia.

À medicina o que é da medicina.

À política o que é da política.

O foco da minha missão mantém-se: servir os açorianos e não alimentar novelas de falsidades.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Início esta intervenção começando por agradecer o convite que acabei de receber do Sr. Presidente do Governo para a apresentação do hospital modular no dia 17 de julho.

É verdadeiramente extraordinário que depois de mais de 2 meses passados do incêndio, se convide os partidos da oposição não para darem qualquer contributo, mas para receber a informação sobre a *nobre* decisão do Governo Regional sobre o hospital modular. Contributos ou pedidos da oposição, zero!

Receber a informação do Governo sobre o que já decidiu, cá estamos com um anúncio muito interessante no início de um debate de urgência.

É de uma arrogância, de uma falta de respeito pela oposição e pelo parlamento inqualificável!

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Pelo amor de Deus, já não há paciência para esse discurso!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Início este debate com uma saudação a todos os profissionais que deram e continuam a dar resposta à catástrofe que foi o incêndio no hospital de P. Delgada.

Afirmo sem qualquer hesitação que a prioridade do Governo, de qualquer governo, só pode ser concentrar todos, mas todos, os esforços na reabertura plena do hospital de Ponta Delgada em condições de segurança.

Dissemo-lo logo a 9 de maio, dias depois do incêndio. Dissemo-lo a 4 de junho e voltámos a dizê-lo na semana passada e hoje reafirmamos

É preciso reabrir em pleno o hospital de Ponta Delgada. Garantir o acesso à saúde que neste momento está fortemente condicionado nos Açores. Importa, desde já, neste debate abordar duas questões centrais.

Importa, desde já, neste debate, abordar duas questões centrais.

Em primeiro lugar as causas e a resposta imediata ao incêndio e, em segundo lugar, o futuro do HDES a curto, médio e longo prazo.

Não esperávamos, é certo, boas notícias dos relatórios divulgados na semana passada a pedido da Comissão, a pedido do Parlamento e não pela boa vontade do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O senhor nunca está satisfeito!

O Orador: Mas o que eu o relatório de averiguação das causas do incêndio HDES revelou é arrepiante.

Em primeiro lugar, não compreendemos que essa avaliação sobre as causas do incêndio se tenha iniciado 1 mês depois do mesmo e depois de se ter removido - como refere o relatório - todos os equipamentos do local.

As fragilidades do sistema automático de deteção de incêndios citadas no relatório por parte da própria empresa que fez e faz a manutenção, são preocupantes.

A necessidade de intervenção nesse sistema era conhecida, constava de documentos internos do HDES que a tutela não poderia desconhecer.

O plano de investimentos do HDES para o período 2021/2023 identifica a necessidade de substituição desse sistema e inclui uma proposta de investimento de 500 mil euros durante 3 anos, a terminar no último trimestre de 2023.

Tudo indica que esse investimento não foi realizado - e farei chegar esse

documento à Mesa para distribuição.

Tinha, Sra. Secretária, o Governo conhecimento da previsão deste investimento desde 2021?

Como é que explica que ele não tenha sido efetuado?

A falta de investimento que temos apontado na saúde tem reais e graves consequências. como esta situação demonstra.

Para colocar o HDES em pleno funcionamento exige-se saber que danos existiram em cada serviço. Aguardamos desde 1 de maio com expectativa o relatório de progresso do grupo de trabalho criado pelo Governo para avaliar esses mesmos danos. No entanto, o relatório produzido não tem dados que afirmam o que impede verdadeiramente a abertura dos serviços que continuam encerrados.

O Governo fala amiúde na qualidade do ar como impedimento para a reabertura de serviços. Mas o relatório de progresso dos danos não tem uma linha sobre esse parâmetro, não tem uma linha sobre as causas dessa alegada má qualidade do ar. Pelo contrário, o relatório de danos foca-se de forma surpreendente na estrutura modular que já foi decidida que será construída.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): E bem!

O Orador: Sra. Secretária, diga-nos o que é que impede em concreto a abertura plena e segura do HDES?

Que parâmetros da qualidade do ar não estão a ser cumpridos?

Diga-nos e transmita a este Parlamento, envie a documentação a a esta Casa, das análises pedidas e daquilo que falha.

Seja transparente sobre esta matéria.

Perante a esta grave amputação da capacidade de resposta, que se reflete na brutal redução da atividade do hospital, porque não está toda a infraestrutura da CUF dedicada ao Serviço Regional de Saúde?

Porque continua a fazer a sua atividade como se nada se passasse?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não conseguimos compreender como se pode dizer que estamos perante uma janela de oportunidade, como tem afirmado o Governo?

Nesta situação só conseguimos ver uma calamidade e a urgência em retomar a atividade do HDES o quanto antes.

Abrir o hospital em pleno é o que pode salvar vidas e responde pela saúde dos açorianos.

Os sérios alertas da comissão de catástrofe do HDES têm de ser levados muito a sério. A redução da capacidade de resposta do atual Serviço Regional de Saúde é dramática.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Está lá o hospital modular.

O Orador: E a prioridade só pode ser reabrir o HDES-

Hesitar, desviar o foco ou embarcar numa fuga em frente, dando prioridade à requalificação futura do hospital sem garantido primeiro o funcionamento presente, significa potenciar danos incalculáveis na saúde de milhares de pessoas.

Modernizar é requalificar o HDES e toda a infraestrutura de saúde da Região é essencial, mas é imperioso que o HDES volte a funcionar em pleno rapidamente e de forma segura.

Disse.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra pelo CHEGA o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (*CH*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O povo diz, e com muita razão, que a saúde nos Açores é caótica, é um caos. Não se resolve, não melhora, adia-se, remenda-se, mas simplesmente não se encontra soluções.

Nós demos uma solução, uma pequena solução ou uma grande solução - depende da forma como a podemos executar – que foi o *cheque saúde*. A verdade é que não foi executada. Estamos para ver a sua execução. Eu só ouço desculpas. A ação vejo pouco.

O incêndio, Sra. Secretária, foi em maio. Nós estamos em julho. Que eu saiba, ao que parece - ainda não percebi bem e os açorianos ainda não perceberam bem - há dois relatórios.

Deputado Carlos Silva (PS): Há mais.

O Orador: E ao que parece, brigam entre eles.

A senhora diz que quer fazer mais um estudo, mais um relatório.

Sra. Secretária, não está na altura de começarmos a trabalhar e deixou-se estudos?

Não está na altura de dar soluções e dar respostas aos açorianos?

Eu acho que está nessa altura, porque o que eu mais ouço nesta Casa é a palavra **estudos, grupos de trabalho** e mais **estudos**.

Estudos é para quem não quer fazer nada!

Estudos é adiar o problema. E a saúde dos açorianos jamais poderá ser adiada!

Sra. Secretária, o que é uma *bateria de condensadores*? – perguntam os açorianos. Esta tem sido a grande discussão.

O que é da política é dos políticos.

O que é dos técnicos dos técnicos.

O que é da medicina é da medicina.

Quando os políticos substituem-se aos técnicos, algo que está errado. Quando os técnicos se substituem aos políticos, algo está errado.

Eu acho que é melhor começarmos a pôr as peças do xadrez cada uma no seu lugar e não brigarmos todos uns com os outros e sim ouvirmo-nos todos uns aos outros.

Eu não compreendo quando ouço o Sr. engenheiro Mota Vieira dizer uma

versão e a senhora dizer outra. Eu, cidadão açoriano, fico na dúvida sobre quem está a falar a verdade. E o bom povo, sabem em quem é que acredita? Não é nos políticos garantidamente, porque esses vão perdendo a credibilidade todos os dias.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não me diga que está tão desacreditado assim!

O Orador: Eu, infelizmente, como político, sinto-me desacreditado por estar no meio de políticos que mentem constantemente às populações, porque enrolam e adiam.

Querem um exemplo?

Eu dou-vos um exemplo: nós estamos aqui com uma obra necessária e urgente para se fazer. Mas há 1 ano atrás nós exigimos e pedimos em nome dos açorianos, que se reativasse o bar do HDES. Nada foi feito.

Há 2 anos atrás exigimos e pedimos ao Governo que fosse aberto o SAU no centro de saúde de Ponta Delgada. Zero, nunca aconteceu!

A desculpa será agora o incêndio.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Já abriu!

O Orador: A verdade é que quem não conseguiu fazer coisas tão simples como reativar um bar, vai conseguir fazer um hospital?! Vai conseguir mesmo?!

É que eu começo a ter muitas dúvidas, Sra. Secretária, mas muitas dúvidas mesmo. E estudar por estudar, nós vamos estudando todos, o tempo passa, vamos envelhecendo e a única coisa que acontece é que os problemas ficam mais velhinhos.

Por agora é isto.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos anos 80 do século passado havia uma campanha publicitária na televisão sobre as instalações de gás. No final daquele spot publicitário uma conhecida atriz de teatro perguntava: “E se há azar mulher?! E se há azar?!”.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Põe em risco o prédio todo!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Ora é isso que se me apraz agora perguntar ao Governo Regional dos Açores, a bem da cabal informação a todos os açorianos sobre o estado da saúde na Região, motivo deste debate que afinal se está a centrar na questão do Hospital do Divino Espírito Santo.

Eu percebo que o Hospital do Divino Espírito Santo seja de relevante importância para todo o sistema de saúde regional, mas eu temo que aquilo que aconteceu no Hospital do Divino Espírito Santo tenha sido o corolário de um conjunto de medidas de prevenção e de manutenção, de equipamentos que não foi feito adequadamente ao longo dos tempos, desde a sua construção e inauguração até ao dia 4 de maio deste ano. Aliás, convém também lembrar que a 3 de maio deste ano, já o Hospital do Divino Espírito Santo carecia de uma enormíssima intervenção. Mas como a saúde na Região não se cinge apenas ao Hospital do Divino Espírito Santo, e estando a Região na situação financeira calamitosa que nós sabemos, importa perceber o estado em que está a manutenção de todas as infraestruturas de saúde desta Região.

Deputado José Pacheco (CH): Ora bem!

O Orador: Porque não é só o problema no HDES.

E se ocorrer no Hospital da Horta?

E se ocorrer no Hospital do Divino Espírito Santo na Ilha Terceira? E se ocorrer no centro de saúde de São Roque do Pico ou Madalena do Pico?

E se ocorrer no centro de saúde das Flores?

Como é que estão essas instalações?

Como é que está a ser acompanhada pela tutela toda a infraestrutura que existe na saúde na Região Autónoma dos Açores?

É isso que nós temos que perceber, porque é preciso usar este incidente – chame-se catástrofe ou o que se quiser - no HDES, para percebermos o que é que faltou fazer nesta Região nos últimos anos, inclusivamente nos últimos 4 anos. Porque não é uma questão só de 20 ou 30 anos, é também uma questão nomeada em 2021, andou preocupada em pôr vasinhos no sítio onde os senhores doutores se sentavam para tomar café. Mas não se preocupou em ver o que é que se passava no PT, nem com o que se passava na manutenção do edifício, ou em saber se o edifício carecia ou não de manutenção ao nível do seu sistema elétrico que culminou naquilo que aconteceu no dia 4 de maio, em plenas festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Foi um milagre não ter havido um outro problema qualquer no meio da festa, no meio de milhares de pessoas que estavam concentradas na baixa da cidade de Ponta Delgada que fizesse com que tivessem que acorrer ao HDES naquela hora. Foi um milagre mesmo!

Portanto, o que é preciso neste momento é saber o que está a ser preparado - se é que alguma coisa está a ser preparada - para acudir a todas as unidades de saúde desta Região que carecem de investimento e de manutenção. Essa é que tem de ser a prioridade. Como um certo Presidente do Governo há uns anos dizia “não é gastar o dinheiro a violência e brasileiras e depois faltar o dinheiro para a saúde e para a educação”.

Este é que é o problema desta Região neste momento, é uma questão de

prioridades.

Nos últimos 4 anos nem nos últimos 20 anos ninguém olhou para a situação do HDES.

Ninguém olhou para a manutenção dos PT, para a manutenção do sistema elétrico, para a manutenção do ar condicionado e dessas coisas todas.

Já aqui foi falada a questão do hospital modular. E queria apenas fazer uma pergunta à Sra. Secretária: o hospital modular vai servir para 2 anos, 3 anos, 10 anos ou ad *aeternum*?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(* **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, o recente incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo colocou à tona a necessidade de toda a sociedade açoriana se unir e fazer prevalecer o seu sentido de solidariedade.

Esta situação de calamidade, de facto, exigiu da parte de todos uma ação pronta, uma imediata resposta coordenada e eficaz para minimizar os danos. E foi, de facto, isso que aconteceu.

Portanto, os nossos bombeiros, todos os nossos profissionais de saúde e as próprias autoridades governamentais, trabalharam incansavelmente para dar resposta a esta situação e para garantir a segurança de todos os envolvidos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E conseguiu, porque a 4 de maio tudo correu bem. As vidas foram salvas e os danos foram minimizados. E é por isso mesmo que nós sabemos mais uma vez todo o trabalho dos profissionais, sem exceção, pela ação hercúlea que foi dar resposta a tudo aquilo que era emergente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E conseguir realmente colocar um hospital a funcionar fora do hospital. Portanto, estão de parabéns todos sem exceção.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Enaltecemos também a abertura e o diálogo que é proposto pelo Governo Regional que já falou aqui numa reunião que terá lugar no dia 17 de julho para apresentar a estrutura modular e para ouvir os partidos políticos, envolvendo toda a gente.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é diálogo, é arrogância!

(Apartes inaudíveis do Deputado Pedro Neves)

A Oradora: Portanto, o que acontece é que alguns são muito apressados e não esperam pelos *timings*.

Não podemos trabalhar ao vosso ritmo. Temos de trabalhar ao ritmo daquilo que é possível para garantir a segurança de todos os utentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Eu confesso que é com algum espanto que voltamos aqui a testemunhar aquilo que já é habitual no Partido Socialista. Essa ânsia de alarmismo, de vir cá para fora tirar dividendos políticos, porque é isso que está a acontecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Onde há eficácia, inventa-se sempre um problema.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Oh sim, grande eficácia!

A Oradora: Onde há transparência, o Partido Socialista levanta sempre suspeitas.

Onde há fatos, o Partido Socialista cria sempre teorias da conspiração.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: É assim o Partido Socialista atua!

Apesar do recém-eleito líder do Partido Socialista, que foi quem decidiu fazer esse debate de urgência, ter dito há pouco tempo quando foi eleito que iria agora inaugurar uma nova forma de fazer política, o que nós encontramos aqui à nossa frente é o velho Partido Socialista.

Portanto nada mudou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Continuam exatamente apressados, mal intencionados e alarmistas. Deveriam seguir alguns conselhos que vimos ainda hoje num jornal, de alguém que já trabalhou convosco quando diz:

“Os Açores precisam de um novo PS. Um PS que diga presente. E dizer presente no caso do HDES, é dizer sim às soluções e não ao ruído”.

Deviam seguir essas sugestões.

Ora bem, e porque é que são alarmistas?

Porque este debate é agendado com base em mentiras e em falácias. Já foi dito ali na tribuna. E eu vou ler para não me enganar, até porque foi a Sra. Deputada Sandra Costa Dias que disse que “toda a ação do Governo é pautada pela opacidade”.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E é verdade!

A Oradora: Foram as suas palavras.

Pela incapacidade de preparar o futuro, foram as suas palavras. Pelas contradições do Governo, de acordo com o perito.

Três razões falsas!

Vamos perceber porque é que elas são falsas.

Vamos então à primeira parte.

Dizem que não há informação.

Oh Srs. Deputados isto é de uma desfaçatez inqualificável!

Então foi divulgada toda a informação, tiveram reuniões, foi uma catadupa de reuniões pedidas logo a seguir ao incêndio. Quer dizer, nem deixavam os profissionais trabalhar, queriam logo saber toda a informação. Foi com a administração, porque queriam saber o que é que se estava a passar, depois queriam visitar as instalações, tiveram oportunidade de ouvir a Sra. Secretária em Comissão durante 2 horas de interrogatório. Foi isso que aconteceu.

Deputado António Lima (BE): Oh... interrogatório!

A Oradora: E não saíram satisfeitos, porque não conseguiram obter as respostas.

O que acontece é que não ouviram aquilo que os senhores queriam ouvir, mas ouviram a realidade que se estava a passar.

Deputado Carlos Silva (PS): Não está a acontecer nada. A cozinha está igual. Nem foi limpa 2 meses depois.

A Oradora: Portanto, não é o que os senhores querem ouvir, é a realidade que se está a passar e foi isso que foi transmitido com toda a clareza e toda a transparência.

Por isso, não podem acusar que não há transparência.

Além disso, visitaram o HDES e ouviram da voz do próprio conselho de administração tudo o que estava a acontecer.

Deputado Carlos Silva (PS): Não está a acontecer nada.

A Oradora: Está a acontecer e muito.

O Sr. Deputado está a contradizer aquilo que a Presidente da Comissão disse em declarações à RTP de que muito estava a ser feito.

Entendam-se! Haja diálogo no vosso partido!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, parece-me, Srs. Deputados, que tiveram sempre à vossa disposição toda a informação.

Não considerem que estes partidos são iguais àqueles que já estiveram no poder no passado que quando eram enviados requerimentos e não davam qualquer informação.

Deputado Carlos Silva (PS): São muito piores!

A Oradora: E desculpem que vos diga, mas isto tem que ser dito, porque quem diz aquilo que quer ouve o que não quer: então e toda a celeuma e casos escondidos? Aqui não há casos escondidos.

Recordam-se da polémica do helicóptero da evacuação?

Pois, essa foi uma dessas situações.

Recordam-se daquele relatório de inquérito em que os senhores deturparam todas as conclusões e depois veio a Sra. Deputada Sandra dizer aqui “ah vamos fazer mais um relatório que abrigue a as opções do Governo”.

(Apartes inaudíveis do Deputado Carlos Silva e Deputada Andreia Cardoso)

A Oradora: Portanto, não vamos criar um relatório com as conclusões do Governo. Vai ser criado um relatório que detalhe o que realmente aconteceu.

Vamos então ao relatório que foi feito por dois engenheiros.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Vamos a ele!

A Oradora: Este relatório foi feito por dois engenheiros.

Nós não colocámos em causa todas as questões técnicas que são aqui

levantadas, nós não temos capacidade para nos pronunciarmos em relação a eles. No entanto, algumas há dúvidas legítimas que nós apresentamos.

(Apartes inaudíveis do Deputado Carlos Silva e Deputada Andreia Cardoso)

A Oradora: Calma Sr. Deputado!

Ora nós temos aqui dois engenheiros cuja área de formação nós desconhecemos. Mas são peritos. Só que não assumem este relatório como perícia para a origem do incêndio. Portanto, alguma coisa aqui não está bem.

Segundo, apresentam várias conclusões.

Ora estas conclusões deveriam ser tecnicamente fundamentadas e documentalmente e testemunhalmente suportadas. E não estão, Sr. Deputado. Lamento dizê-lo.

Mais: este relatório tem uma natureza preliminar.

Deputado Carlos Silva (PS): E não são?!

A Oradora: Nós sabemos e foi dito pelos senhores engenheiros que era necessário um relatório detalhado, que eles não querem fazer, mas assiste-lhes todo o direito. Ou seja, os senhores engenheiros não querem fazer e têm todo o direito de se negar a fazê-lo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porque será?!

A Oradora: Agora, a questão é que isto não pode figurar como um relatório final e não podemos analisá-lo isoladamente.

Mais: criou-se aqui uma celeuma à volta do foco do início do incêndio, quando é uma questão de sinonímia, ou seja, criou-se um caso à volta disso, quando se estava a falar exatamente das mesmas coisas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então o Sr. engenheiro não sabe do que fala?

A Oradora: Portanto, a Sra. Secretária foi desmentida e foi dito que estava a

enganar a população, porque não eram as mesmas coisas que estavam a ser ditas pelos engenheiros, quando na realidade nós verificamos que tudo se resume ao mesmo.

Deputado Carlos Silva (PS): E as conclusões?

A Oradora: Mais: nós temos aqui equipamentos e um conjunto de riscos que se conjugaram e diz que os equipamentos de bateria de correção de fator de potência estavam em fim de vida. Mas, Srs. Deputados, eles ainda estavam dentro do período útil de vida, porque acabava em 2025 - não sabemos quando mas era em 2025.

Depois também diz que não havia manutenção preventiva corretiva, que havia omissões.

Ora então, eu pergunto: se ainda aguardavam - como dizem no relatório - documentação técnica específica sobre o histórico de manutenção, como é que se pode concluir pela *omissão de manutenção*?

É uma questão curiosa para a qual nós não temos resposta.

Portanto, há aqui um conjunto de situações que se levantam e dúvidas legítimas que se levantam que nós poderemos depois ter oportunidade de esclarecer.

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é que desligou o alarme?

A Oradora: Como já disse, este era um relatório preliminar, respondendo também ao Sr. Deputado José Pacheco que diz que não percebe porque é que era preciso mais um relatório. É porque este não serve, como relatório, não serve sozinho, isoladamente. É preciso um outro detalhado.

Deputado José Pacheco (CH): Não serve?!!

Então para que é um relatório?!

Quem é que está a mentir?!!

Estou farto de mentirosos!!

Deputado Carlos Silva (PS): É isso mesmo. “Este não serve”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Este é preliminar.

A Oradora: Para concluir, este relatório isoladamente não serve, Srs. Deputados, porque os próprios engenheiros disseram que era necessário um relatório detalhado e não fizeram. Por isso é que vai ser pedido.

Deputado José Pacheco (CH): Mas então quem é que está a mentir?!!

A Oradora: É isso que vamos perguntar na Comissão.

Assim eu não tenho condições para continuar.

Sras. e Srs. Deputados, nós estamos perante a maior fragilidade de sempre no Serviço Regional de Saúde!

Isto não é um tema para ser politizado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas a senhora é que está a politizar!

A Oradora: Não, não estou. Os senhores é que vieram cá fazer isso.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ou faz-se silêncio na sala ou eu suspendo os trabalhos.

Faça favor Sra. Deputada.

A Oradora: Eu vou terminar já...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não, não termine!

A Oradora: ... deixando para uma próxima intervenção mais algum conteúdo. Mas queria só dizer que é lamentável essa postura ao tentarem politizar um assunto demasiado sério para a nossa Região e para a nossa população.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui neste debate, com um tipo de política a que eu chamo de política *necrófaga*. É uma política fácil. Neste caso, quando uma pessoa está frágil, todos os animais necrófagos aproveitam para tirar sempre o seu quilo de carne.

Não que já não estejamos habituados a que o PS faça, mas o PSD faz exatamente igual. Aliás, devem ter aprendido com o PS como é que devia ser feito e, pelos vistos, querem fazer da mesma forma. E essa é uma política que não é construtiva e em relação à qual o PAN não vai fazer política da *terra queimada*. Primeiro, porque não tem competência para relatórios técnicos e não tem competência para a parte judicial nem para a parte da justiça. Fazemos política aqui e é política que nós temos que fazer. Não vamos estar aqui a esmiuçar os relatórios. Podemos esmiuçar, sim, aquilo que foi dito pela Sra. Secretária Regional da Saúde, que eu acho que de uma forma construtiva e positiva quis abraçar todos os partidos políticos para uma união e para a construção de um diálogo. Só que o problema foi o *timing*, porque enquanto dizia isso, todos nós recebemos um email. E não é um email de união, não é um email de construção, não é um email de auscultação, Sra. Deputada Délia Melo. É apenas uma reunião de *encher a cadeira* ou, como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, e muito bem, de *adorno* dum apresentação. Aparecemos lá e damos o protagonismo ao Governo Regional que vai dizer que está aberto para ouvir os problemas que nós temos. Não é. Trata-se apenas dum apresentação e estão à espera de que nós nos calemos.

Há aqui um problema relativamente ao relatório e eu queria fazer uma pergunta à Sra. Secretária. Para mim, esta é uma pergunta válida e construtiva. Eu acredito que a Sra. Secretária falhou, porque já está à defesa e num ato de sobrevivência, em que é na união de todos os partidos que a gente pode arranjar uma solução para um problema extremamente grave na Região Autónoma dos

Açores, que mostrou as fragilidades da Região sem culpa de ninguém. É uma culpa da própria ultraperiferia. E só com todos os partidos é que nós conseguimos arranjar uma solução. Não é a Sra. Secretária colocar-se à defesa e os partidos da oposição estarem completamente ao ataque de uma forma necrófaga. É essa política de construção que nós temos que fazer. Este email que recebemos não é sem dúvida uma tentativa de abertura, é apenas um *abraço de urso* é um *mata-leão*.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas o que é isso?!

É *necrófago ... é urso... é leão*.

O Orador: E para que todos os partidos e as pessoas acharem à partida que nós também estamos (ou não) de acordo.

A Sra. Secretária disse que queria ouvir todos os partidos, mas só falou naquela tribuna em decisões que já estavam tomadas. Não quer ouvir os partidos políticos. E, por isso, eu pergunto apenas o que é que aconteceu entre os engenheiros, que pelos vistos estão a ser *abafados*, porque se calhar o Governo não gosta do que está a ser dito no relatório e então vai tentar criar uma comissão independente até que venha um relatório que seja apazível ao Governo.

Deputado Berto Messias (PS): É isso mesmo!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor não ouviu as minhas palavras!

O Orador: Sra. Secretária, ou há aqui uma situação de falta de interpretação ou há uma tentativa da parte dos técnicos quererem ser políticos, ou se calhar a comunicação não foi a melhor entre os senhores engenheiros e a Sra. Secretária e a única pergunta que eu tenho para fazer é esta para já.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional da Saúde faça favor, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Chegados a esta fase do debate, eu confesso que ainda tenho dúvidas como é que, passados mais de 2 meses do incêndio e passado mais de 1 mês e meio sobre o anúncio de uma solução integrada que se consubstanciou na decisão do hospital modular, ainda consigo ouvir que o Governo escondeu, que o Governo não tornou isto público, que o Governo decide sozinho, quando no relatório de catástrofe que aqui já foi mencionado, mais do que uma vez, isto não pode ser só mencionar o relatório para aquilo que os Srs. Deputados querem.

Deputado Paulo Gomes (PS): Muito bem!

A Oradora: Se fizerem o exercício de ler o relatório da comissão de catástrofe, facilmente perceberão que é a partir dessa que surge a decisão do hospital modular. E, portanto, continuar a dizer que o Governo decide sozinho, que é preciso dotar a resposta, que é preciso repor toda a atividade à data do dia 3 de maio, é ignorar aquilo que está escrito no relatório da comissão de catástrofe que também diz que, à data do dia 3 de maio, o HDES já não cumpria os seus propósitos a nível de atividade clínica e atividade assistencial para os nossos utentes. E, portanto, enquanto não estiverem esclarecidas todas as dúvidas relativamente a questões de segurança, o HDES não poderá reabrir aqueles serviços que estavam instalados no dia 3 de maio. E este Governo tem dito sempre que em primeiro lugar está naturalmente a segurança dos nossos utentes.

Sobre a preocupação de que a atividade está comprometida, oh Srs. Deputados! estamos em estado de calamidade.

Deputado José Toste (PS): Estamos?! No papel!

Deputado Carlos Silva (PS): Quais foram os eventos que foram cancelados, Sra. Secretária?

A Oradora: Há algo que não perceberam ainda. É que não temos uma estrutura física que dê a resposta que dava antes. Estamos em estado de calamidade. É expectável, tal como já aconteceu noutras calamidades, nomeadamente em 2020, que tudo o que seja atividade assistencial, infelizmente, seja interrompida e haja aqui uma quebra de produção. É expectável que isso aconteça e quem o diz é que a comissão de catástrofe, não é o Governo. Contudo, também me parece muito relevante que 66 dias após o incêndio, se veja o que é que tem sido feito pela direção clínica do HDES e pelos profissionais que em circunstâncias difíceis e com um enorme esforço, têm-se desdobrado por vários locais para continuar a dar a resposta aos nossos utentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Se numa fase inicial e naquilo que consta do relatório da comissão de catástrofe, comparando com aquilo que são os números à data do dia 9 de julho, nós estamos ainda longe daquilo que são os números habituais, mas já há uma subida.

A nível de sessões do hospital de dia, estamos neste momento com os níveis muito semelhantes àquilo que era antes da pandemia, nomeadamente em especialidades tão cruciais como a hematologia clínica e a oncologia médica.

A nível dos laboratórios de patologia clínica, começámos em maio com 264 colheitas de análises e já vamos em cerca de 3 mil.

Deputado Carlos Silva (PS): E cirurgias, Sra. Secretária?

A Oradora: A nível das sessões de fisioterapia, passámos de 139 no mês de maio para 260.

A nível de exames de imagiologia, passámos de 60 exames por dia para 105.

É claro que estes números ainda são inferiores aos que eram realizados antes do incêndio. Mas há aqui uma atividade que está a crescer e que naturalmente com

a reabertura dos serviços vai continuar a crescer.

Em relação ao bloco operatório, o Sr. Deputado não pode tratar este assunto de forma leviana.

Deputado António Lima (BE): Mas quem é que está a tratar de forma leviana?!

A Oradora: O senhor esteve na Comissão dos Assuntos Sociais e foi-lhe explicado tecnicamente o que é que estava a ser feito. E mais, foi-lhe sugerido que a diretora clínica explicasse estes números aos Srs. Deputados.

O que é que aconteceu?

A Sra. Presidente da Comissão disse que não era necessário.

Portanto, não houve aqui uma apresentação destes resultados.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): A senhora nem sequer estava lá!

A Oradora: Mas em relação ao bloco operatório, a média diária de cirurgias é inferior àquela que é produzida como seria expectável. Nós partimos de um bloco de um hospital com 6 blocos operatórios que agora não tem 6 blocos operatórios.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que não tem a gente já sabe. Queremos é saber quando é vamos ter?

A Oradora: Temos o Hospital da CUF que disponibilizou 2 salas de bloco operatório e mais uma sala híbrida. E, naturalmente, durante os meses de julho e agosto será possível aumentar esta capacidade, uma vez que os médicos que se deslocam ao Hospital da CUF estarão de férias e já houve uma reunião para garantir aqui um ou incremento de toda a atividade cirúrgica.

Em relação à clínica do Bom Jesus continuam a funcionar 2 blocos operatórios para cirurgia menos pesada. Com o hospital modular, vamos garantir as 2 salas de urgência que habitualmente funcionariam e, portanto, vamos ter aqui um incremento muito significativo da atividade.

Deputado António Lima (BE): Mas porque é que não abrem o bloco

operatório...?

A Oradora: Em relação ao bloco operatório, ele não abre garantidamente à data de hoje, porque não estão asseguradas as condições de segurança.

Deputado António Lima (BE): Quais são?!

A Oradora: E portanto, desde já, a nível daquilo que é a qualidade do ar...

Deputado António Lima (BE): Mas quais são?!

A Oradora: ... o senhor não me deixa explicar.

Aquilo que lhe estou a dizer seguramente o senhor já ouviu e já percebeu que os profissionais de saúde reconhecem que não estão garantidas as seguranças ideais para voltarem ao HDES. E enquanto isso não for acautelado, este Governo não vai pôr a vontade do Bloco de Esquerda à frente da vontade dos nossos utentes e dos nossos profissionais de saúde.

Isso este Governo não faz!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em relação ao relatório dos senhores engenheiros, eu volto a repetir que nunca pus em causa a avaliação técnica que é feita. Eu não tenho capacidade para o fazer, nem tenho que o fazer. Em relação ao facto do Governo propor a elaboração de outro grupo para fazer esta análise técnica e detalhada, em nada – repito - em nada põe em causa aquilo que está no relatório. E eu disse naquela tribuna que inclusive esse grupo tinha obrigação de confirmar aquilo que está no relatório dos dois peritos da Ordem dos Engenheiros e apresentar fundamentação.

Dou-lhe como exemplo a questão que consta do relatório da Siemens de 2022 que é versado no relatório pela Ordem dos Engenheiros. Claro que a minha

primeira preocupação, porque não tinha conhecimento, foi saber o que foi feito com aquilo que ali está. A resposta do hospital foi que as recomendações do relatório da Siemens de 2022 foram cumpridas na íntegra. E, portanto, se esta é uma formação que, ao contrário, está no relatório dos peritos, nós temos naturalmente que detalhar tudo o que ali está. E é isso que nós queremos fazer.

E para já, Sr. Presidente, fico-me por aqui.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

(* **Deputada Sandra Costa Dias (PS):** Sr. Presidente, peço primeiro a palavra para uma interpelação.

Presidente: Faça favor, tem a palavra.

A Oradora: Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação enquanto Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais para esclarecer esta câmara que em momento algum da visita ao HDES, a Presidente da Comissão dispensou os esclarecimentos. Aliás, os esclarecimentos foram prestados ao longo da visita, com a concordância de todas as Sras. e Srs. Deputados e no final da mesma, eu própria questioneei se haveria mais questões a fazer. Portanto, em momento algum foi colocado em causa os esclarecimentos e dúvidas.

Presidente: Está registada a sua interpelação.

Tem a palavra para uma intervenção.

(* **Deputada Sandra Costa Dias (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da

Saúde:

Continua a refugiar-se no passado e na demagogia para fugir a respostas que se impõem neste momento dar aos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora não ouviu o que acabou de ser dito!

A Oradora: Isto é um sinal claro da arrogância com que este Governo trata este Parlamento e igualmente trata os açorianos. E com isto faço notar também aqui hoje, num debate com esta gravidade e com esta importância para os açorianos, assim como já aconteceu noutros momentos, registo a ausência do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Oh já cá faltava!

A Oradora: Dou nota ainda de que durante a intervenção e do início do debate de urgência, os Deputados desta Assembleia receberam um convite para a apresentação do hospital modular. Mais uma prova da falta de diálogo, da falta de disponibilidade deste Governo para dialogar com os partidos e apenas comunica aquilo que já decidiu. É a prova cabal daquilo que referi há pouco naquela tribuna.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: E, Sra. Secretária, é a própria comissão de catástrofe que diz que “houve uma redução drástica na capacidade de resposta com danos incalculáveis na lista de espera cirúrgica” ou ainda “o comprometimento do diagnóstico precoce, bem como o atraso do doente com patologia crónica”. (...) “Estes números promovem o significativo impacto negativo na saúde dos açorianos”.

Sra. Secretária, nega esta realidade?

E quais são as condições que acabou de dizer faltarem para que o HDES possa retomar com a capacidade que tínhamos instalada há 4 de maio?

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente é para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente:

Foi referenciado pela bancada do Partido Socialista a ausência do Sr. Presidente do Governo deste debate.

É para dizer que o debate de urgência realiza-se 8 dias após a sua entrada e que o Partido Socialista solicitou que se realizasse na 4ª feira. Podia ter solicitado que se realizasse na 5ª feira, um dia em que o Presidente do Governo está cá com agenda na ilha do Faial.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E a gente sabe como?!

O Orador: E, portanto, se o Sr. Presidente do Governo não está, é porque o Partido Socialista agendou precisamente para o dia em que o Presidente não está na Região e está a defender os interesses dos Açores em Lisboa ao serviço dos interesses dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quem o viu e quem o vê!!!

Presidente: Sr. Secretário essa não é propriamente uma interpelação. É uma intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves creio que também para uma interpelação.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só fazer uma pergunta à Mesa.

Gostava de saber se essa decisão do debate para esta semana não foi tida em conta na Conferência de Líderes por todos os partidos? **Presidente:** Foi com certeza.

O Partido Socialista apresentou a sua preferência para 4ª feira e todos os membros na Conferência de Líderes concordaram.

Bem, vamos continuar o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(Apartes inaudíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PS, PSD, Deputado Pedro Neves e Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu acabei de dar a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, a quem tenho grande curiosidade para ouvir. Faça favor Sra. Deputada.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Com essa agora desconcentrou-me Sr. Presidente.

Em relação a este debate que o Partido Socialista nos traz aqui hoje, aliás sobre uma matéria que, como tem sido agora a prática do Partido Socialista, em requerer debates de urgência e audições em Comissão e depois fazer crer que o Governo tem participado sempre nas Comissões, e a Sra. Secretária já esteve na Comissão de Assuntos Sociais a falar sobre esta matéria no dia 4 de junho, mas depois quer fazer passar a imagem de que o Governo não é dialogante e não tem colocado dado conta daquela que tem sido toda a sua ação.

Dizer que efetivamente a situação que ocorreu no dia 4 de maio no maior hospital da Região é grave, tem sido um desafio diário para todos os profissionais de saúde, mas nunca será demais dizer que efetivamente a evacuação de todos os doentes naquele momento, uma situação difícil e exigente, foi realizada com a maior eficácia por profissionais de saúde e por quem combateu o incêndio. E realmente quando falamos da situação, temos que valorizar todo este processo, colocando os doentes em segurança, quer no hospital da Horta quer no hospital da Terceira, quer ainda na Madeira e no continente, garantindo aquilo que é a premissa mais importante que é, sem dúvida, a segurança dos doentes e os cuidados prestados a esses doentes.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*) e **Deputado Pedro Pinto** (*CDS/PP*): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Depois, toda esta situação de ocorrência deste incêndio, o foco do Governo, no entender do Grupo Parlamentar do CDS, tem que ser, e tem sido efetivamente, dar a resposta necessária a curto prazo, quer na resposta aos cuidados de saúde dos nossos doentes quer também numa resposta a curto prazo para aumentar a capacidade de resposta e restabelecer alguma normalidade ao nível dos cuidados prestados aos açorianos.

É esse o trabalho que tem sido desenvolvido.

A verdade é que a questão do hospital modular, no entender do Grupo

Parlamentar do CDS, é a resposta adequada a curto prazo que tem de ser dada. Efetivamente, virá aumentar a nossa capacidade de resposta, permitirá realizar uma intervenção mais aprofundada, reorganizando e reabilitando todo o HDES, porque todos nós que estamos aqui neste debate sabíamos qual era a realidade do HDES a 3 de maio, 1 dia antes do incêndio, e da necessidade de aumentar a sua capacidade de resposta aos utentes que não era uma não era algo identificado no dia 3 de maio, mas muito antes do dia 3 de maio. E já todos sabíamos e várias vezes falámos sobre isso. E, portanto, entendemos que o hospital modular, dando uma resposta aos utentes, irá permitir fazer uma intervenção mais aprofundada, reorganizando os serviços e adequando o HDES aos dias de hoje. E isso será possível por via desta estrutura modular.

Esta posição poderá não ser a posição nem o entendimento de outros partidos, nomeadamente do Partido Socialista, que ainda não se percebeu se é favor ou se é contra o hospital modular...

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não sou contra, mas eu quero saber quanto tempo é que ele vai ficar lá?!

A Oradora: ... mas este é o entendimento da bancada do CDS/PP. Depois, temo-nos que focar sem dúvida naquilo que é a estratégia a médio e a longo prazo para que tenhamos um hospital que dê resposta, quer na questão dos blocos operatórios quer na resposta das consultas de especialidade, nas mais diversas áreas, para que tenhamos um hospital que dê uma resposta eficaz e atual aos nossos utentes. E é isso que tem que ser a ação e o objetivo do Governo. Tem que ser isso e está a ser isso. E parece-nos que esse é o caminho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Relativamente à questão já aqui levantada (não vou entrar em questões técnicas) do relatório detalhado, como se o Governo, já tendo um relatório, quer ir à procura do relatório que quer, todos nós sabemos que isso é uma falácia, porque foi dito desde o início que iria existir um relatório

preliminar e posteriormente o relatório detalhado. E é isso mesmo que está aqui no parecer, que “o presente relatório de carácter técnico será seguido do relatório técnico detalhado em data oportuna”. Está aqui escrito, não é a Sra. Secretária ou o Governo Regional que inventaram, está aqui escrito. E, portanto, não sei porque é que estão agora a querer fazer um caso à volta disso.

Relativamente às questões do dia 5 de julho e das polémicas e àquilo a que os partidos da oposição se querem agarrar do que são posições contraditórios àquilo que tem sido a opção de Governo, é

normal acontecer, porque é impossível a qualquer governo agradar a todos, a todo o momento e a todas as circunstâncias. E, portanto, é normal que existam pessoas que não concordem com a questão do hospital modular ou com outras questões relacionadas com a ação do Governo. Isso é normal acontecer. Para nós o que é importante é efetivamente aquilo que já foi dito pela Sra. Secretária, de que as opções estão a ser tomadas, são ouvidos os profissionais de saúde, a direção clínica do hospital, o conselho de administração e, com base nisto, são tomadas as decisões políticas que têm que ser tomadas.

Entendemos que esse é o caminho e achamos que fazer um caso ou um *casinho* e levantar alarmismos sobre esta questão, que é demasiado séria não só para S. Miguel mas para toda a Região, não deve ser o caminho e nunca será essa a nossa postura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da Saúde:

Eu gostaria que nos explicasse e enviasse documentação técnica a este Parlamento sobre os motivos que impedem a abertura do bloco operatório. Esta questão não foi respondida cabalmente nem por si nem na visita ao HDES.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O Senhor não quis ouvir!

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Na visita da Comissão foi bem explicada essa questão!

O Orador: Não foi não e não está provado o que impede.

Segunda questão: eu referi aqui o plano de investimentos para o HDES para 2020 e 2021 e 2023 elaborado pelo conselho à data.

O investimento no sistema automático de deteção de incêndios que estava previsto para 3 anos, tudo indica não foi realizado. O relatório dos peritos indica que ele estava em péssimas condições, com 30% dos sensores do sistema pendurado.

Perante isto, eu gostaria de perceber porque é que esse investimento não se fez e se tinha conhecimento desse projeto de investimento e porque é que ele não avançou?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional... desculpe, Sr. Deputado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Credo, cruzes canhoto!

Presidente: Pergunto se há alguma inscrição?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje reunidos, nesta Assembleia, para discutir a resposta ao recente incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo, um evento que abalou profundamente a nossa comunidade.

Gostaria, antes de mais, de expressar a minha solidariedade com todos os afetados por este trágico incidente.

Começo por enaltecer, porque é de justiça, a resposta rápida e eficaz da Sra. Secretária Regional da Saúde e de todas as entidades e pessoas que estiveram envolvidas no combate ao incêndio e a todos os que se encontravam no edifício. Assim que o incêndio foi detetado, foram tomadas todas as medidas necessárias para garantir a segurança de pacientes, profissionais de saúde e visitantes. A evacuação foi realizada de forma coordenada e eficiente, demonstrando a preparação e a competência das nossas equipas de emergência.

Além disso, a Sra. Secretária mobilizou recursos extraordinários para garantir a continuidade dos cuidados de saúde.

Os pacientes foram transferidos para outras unidades e foram estabelecidas parcerias com hospitais e clínicas privadas para assegurar o atendimento a todos. Este tipo de resposta, rápida e abrangente, reflete o compromisso inabalável do nosso Governo com a saúde e o bem-estar dos açorianos.

Meus senhores!

É crucial destacar a transparência com que a Sra. Secretária geriu esta crise.

Desde o início foram fornecidas informações, claras e regulares, à população sobre o progresso das investigações e as medidas tomadas.

Esta postura contrasta, fortemente, com a resposta dada pelo antigo Governo do PS ao incêndio do Centro de Saúde de Ponta Delgada, ocorrido em 2014, onde faltou a comunicação e a transparência, uma situação que gerou incerteza e desconfiança entre os cidadãos.

Deputada Délia Melo (PSD): É isso mesmo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já não se lembravam?!

O Orador: A abordagem da Sra. Secretária não só garantiu a informação à população, como também reforçou a confiança no nosso sistema de saúde.

A transparência é um pilar fundamental da boa governança e a Sra. Secretária demonstrou um compromisso inabalável com este princípio.

Estamos agora focados na recuperação do Hospital do Divino Espírito Santo. O Governo está a trabalhar arduamente para garantir a recuperação, a modernização e ampliação das instalações, para que reúnam as condições de segurança e a rápida retoma dos serviços de saúde prestados pelo Hospital.

Este processo será conduzido, estou certo disso, com a mesma transparência e dedicação que caracterizaram a resposta inicial ao incêndio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste momento de crise é essencial reconhecermos e apoiarmos os esforços daqueles que trabalham incansavelmente para proteger e servir a nossa comunidade.

A resposta da Secretaria Regional da Saúde foi exemplar e merece o nosso reconhecimento.

Peço a todos os membros desta Assembleia e ao nosso Povo para que continuem a apoiar estas iniciativas, para que possamos, juntos, superar este desafio e fortalecer o nosso sistema de saúde.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo.

Retomamos os nossos trabalhos às 11h50.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de continuarmos os nossos trabalhos, gostaria de vos informar que na minha última deslocação à ilha Terceira fui convidado a visitar a Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira, designadamente a sua casa de acolhimento “Mãos que Acolhem crianças”, a partir dos 12 anos e jovens até aos 18 anos.

É com muito gosto que eu hoje vos informo que a meu convite, estão de visita ao nosso Parlamento, (já estiveram esta manhã no museu) 8 dos 10 jovens que estão nessa casa, estão connosco e vão acompanhar um bocadinho dos nossos trabalhos.

São eles, o Adriano Pinheiro, o Augusto Nascimento, o Dércio Costa - que já me autorizou a tratá-lo por *Dédé* - o Miguel Mendes, o Miguel Rocha, o Paulo Vieira - o Paulinho - o Rafael Soares, que é o mais pequenino, é mais do meu tamanho, o Rafa e o Tomás Silva acompanhados pelo Dr. Miguel Garcia.

É com muita alegria que nós vos recebemos, que vos damos as boas-vindas e que eu vos saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Presidente: A Mesa neste momento não tem inscrições para o debate.

(Pausa)

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) Deputada Délia Melo (PSD): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Chegados a este ponto do debate, parece que ainda há aqui algumas dificuldades da oposição em compreender que estamos num estado de calamidade e que houve uma catástrofe e que, naturalmente, isso afetou os números de atividade assistencial.

Portanto, não venham perguntar porque é que os números estão na fase em que estão, porque é natural que assim seja.

Agora os números estão a ser retomados lentamente...

Deputado José Toste (PS): Muito lentamente!

A Oradora: ... e a voltar à sua normalidade e seguramente o Governo apresentará um plano de recuperação dessa atividade assistencial e das listas de espera a seu tempo.

Queria dizer também sobre o presente da saúde, mais propriamente em São Miguel devido àquilo que foram os efeitos do incêndio, os cuidados de saúde primários também nunca foram postos em causa.

É preciso não esquecer toda a resposta imediata que este Governo conseguiu assim que deflagrou o incêndio no HDES. Estamos a falar aqui num aumento de oferta de serviços de urgência, o serviço de atendimento urgente em Ponta Delgada e na Lagoa, o aumento da capacidade de resposta médica também noutros espaços. Não nos esqueçamos que a Ribeira Grande tem dado um grande apoio, se não dá mais é porque aquele centro de saúde foi deixado ao abandono no passado e foi despido de todas as suas valências.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem lembrado!

A Oradora: Felizmente, estamos numa trajetória diferente, porque já foi assinado na semana passada o contrato-promessa para a compra do terreno, já é um primeiro passo coisa que o Partido Socialista nunca deu.

Portanto, está-se a trabalhar na cobertura de médicos de família em São Miguel agora é de 97%. Há cerca de 150 consultas extra de dia USISM. É certo que a capacidade instalada em termos de internamento na ilha de São Miguel é menor, mas ela existe e os cuidados de saúde não são negados de forma alguma, nem qualquer tipo de internamento hospitalar a quem clinicamente necessite, nem que seja necessário evacuar doentes.

Deputado Carlos Silva (PS): Já foram evacuados doentes.

A Oradora: Não chegámos a este ponto, temos dado as respostas, está tudo preparado para acudir a quem necessita.

Por isso, não é preciso os senhores criarem alarmismo na população, pois estão a ser dadas as respostas à população. E as pessoas têm de se sentir seguras, porque em São Miguel e o HDES estão todos a trabalhar para que se consiga responder eficazmente aos problemas que surgem. E depois também nas dificuldades surgem oportunidades. Portanto, agora inicia-se também a parte da hospitalização domiciliária que era algo que também já estava projetado e que agora também será reforçado.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso já existia.

A Oradora: Sobre o futuro do HDES os senhores levantam muitas dúvidas em relação ao hospital modular.

Oh meus senhores para já, dizer que o HDES precisa de uma robusta e precisa de ter um espaço de retaguarda para poder fazer as suas obras.

Portanto, já foi dito que o hospital modular vai servir precisamente para esse efeito e para também dar mais resposta às necessidades do hospital.

Deputado Carlos Silva (PS): Durante quanto tempo?

A Sra. Secretária disse que era para 25 anos.

A Oradora: É uma solução transitória, ao contrário daquilo que os senhores tentam passar a toda a hora. Mas, de facto, o incêndio pôs a nu aquilo que são as fragilidades e a grande degradação do HDES e das suas instalações. Isso foi devido ao desinvestimento que foi feito ao longo dos anos. Temos agora oportunidade de intervir, aproveitemo-la. Faremos agora as intervenções necessárias, robustas e teremos aqui um espaço de apoio. Mas os senhores complicam, os senhores não querem. O que eu gostaria mesmo de perceber é qual é a solução que os senhores avançam, porque até agora ainda não ouvimos nada da vossa parte.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Não sabemos o que é que os senhores querem.

Digam exatamente o que é que pretendem.

Os senhores reclamam que não têm acesso à informação. Até parece que não foi dada informação. Fingem que não receberam nenhuma informação. Foi sempre dada toda a informação. E depois o mais grave é que o Partido Socialista também não tem uma alternativa e ainda critica o Governo por querer dialogar e mostrar em primeira mão aquela que foi uma solução também avançada pelos profissionais de saúde.

Não é este Governo que toma as decisões sozinho, ao contrário daquilo que muita gente pretende passar.

Este Governo decidiu-se pelo hospital modular em conformidade com as opiniões das ordens profissionais de enfermeiros, de médicos, do conselho de administração, da direção clínica e da direção de enfermagem. Portanto, há aqui um conjunto de profissionais que estão na linha da frente e que propõem essa solução.

Vão os senhores dizer que esses profissionais fazem parte de um plano maquiavélico e que estão aliados para poderem ter algo diferente?

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora é que disse que eram falsidades!

A Oradora: Estes profissionais anuíram e consideram que é isto que deve ser feito. Mas vem aqui sempre o PS com essa postura proclamar as catástrofes. Pela voz da Sra. Deputada Sandra Dias vem aqui proclamar, já quando foi dos Arrifes veio proclamar o grande desastre das cheias. Leia o jornal de hoje, porque parece que já há soluções. E este Governo é que vai avançar. Hoje veio avançar aqui uma catástrofe do HDES, pois é este Governo que está a dar soluções.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): As pessoas não deixaram de ser lesadas!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui com uma postura séria para ajudar os açorianos. E todas as respostas têm sido preparadas e dadas. Não há motivos para se sentirem inseguros.

Por isso, não criem mais alarmismos, por favor.

Tenham uma atitude responsável que é aquilo que se exige de quem vos elegeu.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(* Deputada Olivéria Santos (CH): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Não foram ainda emitidas orientações para o novo projeto do hospital, no entanto só em outubro é que deverá estar concluído o programa funcional que,

por aquilo que nos foi informado, é fundamental para se lançar o projeto em termos de engenharia e arquitetura.

Também nos foi informado que este projeto só vai ser feito nessa altura, porque terão de ser ouvidos todos os serviços do hospital, para que se crie uma estrutura de hospital de futuro.

Deputado José Pacheco (CH): Uma semana dava para isso!

A Oradora: Ora, mais do que falar em hospital do futuro, eu acho que temos que ter açorianos com futuro. E só se pode ter açorianos com futuro com uma saúde digna, capaz e que dê resposta a todas as solicitações e urgências.

Compreendemos a demora que é necessária nessas situações, mas também não compreendemos a demora excessiva.

Gostaria que a Sra. Secretária me dissesse se não será possível abreviar todos esses procedimentos?

Muito obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Tem que ser possível!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi atentamente a Sra. Secretária nesta sua última intervenção e não estava à espera de que ela me respondesse, mas pelo menos que esclarecesse algumas das minhas preocupações relativamente à situação de todas as infraestruturas do Serviço Regional de Saúde na Região Autónoma dos Açores.

Já vem a ser... - e vou citar um ex-primeiro ministro deste País, “chateia-me” este clima de permanente vitimização do estado de calamidade, quando o estado

de calamidade não é para o Governo se vitimizar. O estado de calamidade é precisamente para o Governo ter uma ferramenta e um instrumento que lhe permita acudir de forma mais célere e mais eficaz a este estado de coisas. Portanto, não vale a pena passarmos a vida aqui a tentar vitimizar o Governo e a maioria parlamentar com a catástrofe.

A questão que se coloca mesmo é *e se acontecer mais uma como é?*

O que é que está preparado para a eventualidade de termos mais um problema destes em qualquer outra unidade de saúde da Região?

Esta é a minha preocupação e eu gostava de ouvir a Sra. Secretária sobre o assunto e ela não me disse nada.

Ainda a esse respeito, e pegando nas palavras da Sra. Secretária que disse que foram feitas as correções que estavam no relatório das SIEMENS de 2022, acho que a câmara devia ter pelo menos conhecimento de evidências dessas correções.

Eu não ponho em dúvida que tenham sido feitas as correções e que o conselho de administração tenha comunicado à Sra. Secretária que foram feitas essas correções. Mas eu penso que o HDES tem pelo menos um sistema de qualidade, tem um sistema de higiene e segurança do trabalho e há-de haver evidências dessas manutenções e dessas correções. E acho que a câmara, enquanto representante do povo açoriano, tinha essa necessidade de ser esclarecida nessa matéria.

O que também me incomoda de certa forma, é este *passar de mão ao pelo* dos utentes e profissionais de saúde. E eu vou dizer aqui, mais uma vez, uma coisa que já tenho dito várias vezes a respeito de outros assuntos: não fora a boa vontade de toda a gente e este País não funcionava.

Portanto, não vale a pena *passar a mão ao pelo* dos pacientes - no termo literal e não no termo médico - que foram os utentes, nem dos diligentes que foram os profissionais, porque ninguém põe isso em causa.

Os profissionais foram extremamente diligentes. Os utentes foram extremamente pacientes. E é por isso que tudo correu melhor do que se calhar se estava à espera.

Portanto, custa-me também, “chateia-me pá!”, como dizia o Pinheiro de Azevedo que se passasse a vida a *passar a mão ao pelo*

Destas pessoas, quando muitas vezes 3 dias depois do assunto estar resolvido, se esquecem algumas reivindicações dessas pessoas. E ainda bem que esta calamidade veio trazer capacidade de olhar para o HDES e para as preocupações destes mesmos profissionais e destes mesmos utentes, que estavam a ser reivindicadas já há quase 10 anos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Ou mais!

O Orador: E como eu disse na minha intervenção inicial, os problemas do HDES não residem a 4 de maio. É a 3 de maio de 2024 que o HDES já tem problemas.

É por isso que eu achava que a Sra. Secretária devia dar mais esclarecimentos à câmara, porque nós estamos perante uma situação de calamidade - é um facto - mas é uma calamidade que ninguém nos livre de hoje para amanhã termos um assunto igual ou um problema idêntico e de não conseguirmos acudir a ele de forma eficaz e eficiente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado José Toste** (*PS*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo deste debate, a estratégia da Secretária Regional ficou evidente.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): A do Partido Socialista também!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Onde é que isso foi escrito?

O Orador: Esconde-se e evita o escrutínio atrás, primeiro do mérito dos profissionais de saúde, atrás da segurança dos utentes, atrás de relatórios e atrás de segredos de justiça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que falou de segredos de justiça?!

O Orador: Foi a Sra. Secretária que se escondeu atrás do segredo de justiça para não divulgar o relatório. E, portanto, Sra. Secretária, o que lhe peço é que não se esconda agora atrás do silêncio para não responder às perguntas que são essenciais e que necessitam resposta.

A primeira delas é porque é que, até à presente data, o Governo incumprir a resolução da declaração de calamidade? Uma vez que os pressupostos legais da mesma deviam já estar vertidos num relatório de progresso que deveria ser elaborado até 31 de maio. E até hoje não foi elaborado este relatório e até hoje os pressupostos legais da situação de calamidade não são conhecidos dos açorianos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Uma segunda questão que se coloca tem que ver com a capacidade de atual e a capacidade de resposta futura.

A Sra. Secretária tem oportunidade neste debate de garantir e dar a garantia de sabermos se quando da abertura do hospital modular, vamos ter a mesma capacidade de resposta que o HDES tinha antes do incêndio?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Já explicou!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso foi explicado pela Diretora Clínica do Hospital!

O Orador: Será que vamos ter a mesma capacidade de resposta em termos de cuidados intensivos?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso não é para si!

O senhor tem muito mais nível do que isso!

O Orador: Vamos ter a mesma capacidade de resposta em termos de urgência?

Vamos ter a mesma capacidade de resposta em matéria de bloco operatório?

Vamos ter a mesma capacidade de resposta em número de câmaras de enfermaria?

A Sra. Secretária deve esclarecer se no final do verão, com a abertura do hospital modular, vamos ter exatamente a capacidade que tínhamos antes incêndio? É porque isto não foi clarificado nesta câmara.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Foi, foi. O senhor é que não ouviu nada!

O Orador: Uma última pergunta que se prende com a retoma da infraestrutura. Passaram-se 2 meses do incêndio e o que resulta da visita da Comissão de Assuntos Sociais é que a infraestrutura do HDES não foi ainda completamente limpa. E, portanto, colocam questões a nível da qualidade do ar, mas nunca haverá qualidade do ar naquela infraestrutura, se não se proceder de imediato a uma limpeza.

A situação de calamidade não pode ser só no papel. A situação de calamidade obriga o Governo a atuar e o Governo não tem atuado. Já se perderam 2 meses e o que se prevê é que sejam perdidos outros 2, porque tudo o que a Sra. Secretária faz é apontar para setembro as soluções que os açorianos necessitam.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Aguardamos novas inscrições.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PS, e bem, traz-nos este debate de urgência sobre a saúde que eu tinha posto nas minhas notas supostamente sobre o hospital. E é nisso que se tem centrado.

O Sr. Deputado Nuno Barata - já que é meu apoiante eu vou citá-lo – disse e bem: “nós temos questionado o que é que se está a fazer nos Açores para termos centros de saúde em condições e hospitais em condições”.

Eu, pessoalmente, não sou um grande defensor de mais hospitais, mas sim de bons centros de saúde e porquê? Porque há uma coisa de que nos esquecemos todos, é que vivemos todos num arquipélago vulcânico, onde há terremotos, eventualmente poderá haver um erupção vulcânica, enfim, poderá haver uma série de coisas.

Por outro lado, temos um fluxo turístico que também nos obriga a ter um atendimento a nível de saúde eficaz.

Eu vou só dar aqui um exemplo, Sra. Secretária: o ar condicionado do centro de saúde da Madalena de Pico já está a funcionar? É Parece que não. As condições eram desumanas.

Sabe quando é que falámos nisso? Há 3 anos atrás.

Agora o PS trazendo este debate é uma hipocrisia, porque as coisas não se avariaram ontem nem no dia 3 de maio. As coisas estão-se avariando há anos. A última visita que fiz ao hospital há 2 anos, a administração disse-me que havia (e há) equipamentos naquele hospital – a Sra. Secretária sabia disto? - que desde o dia em que foi inaugurado nunca sofreram uma manutenção, nunca!

Sabia disto? É bom que saiba!

Mas há uma coisa curiosa, porque isto é muito bonito o PS vir para aqui *limpar a água* e tal. Não, os senhores são responsáveis pelo estado em que o hospital está. Não vale a pena fingirem que não só são. São os senhores. E a única coisa

que fizeram foi pegar no sono, porque os senhores é que deviam ter feito esse trabalho todo!

Deputado José Toste (PS): Mas *pegar no sono* é uma coisa boa ou má?

O Orador: Os senhores pegaram no sono durante 24 anos e obrigaram os açorianos a pegar no sono

(Pausa)

Calma, eu estou aqui à procura.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Pegou no sono?!

O Orador: Sra. Secretária:

“Serviço de instalações e equipamentos, um número reduzido de elementos especializados, instalações elétricas e central térmica operadas por funcionários, alguns a recibo verde, sem capacidade técnica e ausência de total de formação pelo efeito”.

A Senhora sabia disto?!

Porque é que a Senhora não sabia?!

A responsabilidade é sua no que toca àquele hospital!

Como é que temos técnicos sem formação a tomar conta daquilo que precisamente falhou? Porquê?!!

Expliquem os açorianos porquê!

E nos outros centros de saúde está tudo revisto?

Já fizeram esse trabalho? Já mandaram lá alguém?

Já contrataram uma empresa que fosse lá fazer a fiscalização?

Já temos um relatório sobre isso ou já temos qualquer coisa?

Nós podemos os açorianos que vivem nestas ilhas condenados ao esquecimento de que as coisas estão a ser feitas? Ou vamos fazer mais 10 estudos até isso bater certo?

É porque acho que também o PS quer fazer uns estudos que é para ficar ilibado de toda a responsabilidade. Mas não tem capacidade para isso! Os senhores são os culpados de tudo o que estiver caduco no hospital de Ponta Delgada!

Não há outra hipótese!

Foram os senhores e mais ninguém!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Deputado Berto Messias (PS): Oh Sr. Deputado Pacheco, o senhor está completamente perturbado.

O seu inimigo está à sua frente!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais intervenções inscrições?

Não havendo inscrições, podemos caminhar para o encerramento do debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso estou expectante com a sua intervenção, faça favor.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Foram feitas questões pelo Sr. a Sra. Secretária ainda não teve oportunidade de responder. E, portanto, nós aguardamos por essa resposta.

Obrigada.

Presidente: Está registada a sua interpelação.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou naturalmente conseguir responder a tudo, mas não é porque não queira. No entanto, estou disponível para continuar noutras circunstâncias, se assim entenderem. Mas é imperioso nesta fase do debate, e depois de já termos

aqui dois protagonistas no Partido Socialista, o maior partido da oposição, eu confesso que ainda não percebi qual é a estratégia que efetivamente o Partido Socialista defende.

Deputado José Toste (PS): É que a senhora responda!

A Oradora: Não é claro se é a reativação do HDES à data do dia 3 de maio, mesmo sabendo que não estão reunidas as condições de segurança, mesmo sabendo que isto não satisfaz os profissionais de saúde, se é esse o caminho do Partido Socialista?

Mas então quais são as alternativas? Se não é esta a estratégia, quais são as alternativas?

Deputada Andreia Cardoso (PS): A senhora é que nos tem que explicar.

A Oradora: Como é que se reativa um hospital e em simultâneo se faz a sua requalificação, comprometendo a qualidade dos cuidados de saúde aos açorianos?

Afinal o PS é contra ou é a favor do hospital modular?

E vamos aqui simplificar: o hospital modular não são contentores, isso é falso!

Deputado Carlos Silva (PS): Então durante quanto tempo vão ficar?

A Oradora: São módulos de qualidade.

Só para terem uma ideia, são as estruturas que no âmbito do PRR estão a ser edificadas rapidamente em centros de saúde da responsabilidade dos municípios, recorrendo a esta estrutura. Portanto, para que não restem dúvidas, não são contentores, são módulos de qualidade.

Em relação a outras questões levantadas ainda pelo Partido Socialista, eu nunca disse que estava tudo bem.

Eu reconheço que em virtude do estado de calamidade e com tudo o que aconteceu na ausência de uma estrutura física, é expetável que haja disfunções no Serviço Regional de Saúde. E isso está escrito na exposição que é feita pela comissão de catástrofe. Mas também é meu papel dizer que no meio daquilo

que corre menos bem, felizmente, também há experiências boas. E olhemos, por exemplo, para os números que são apresentados pela unidade de cuidados intensivos da responsabilidade do HDES.

Comparativamente a 2023, onde o número de camas era francamente superior àquele que temos na atualidade, em 2024 foram admitidos mais 10 doentes do que em 2023.

Onde é que está aqui a necessidade de *escolher doentes* como muitos andam para aí a apregoar? É falso e não corresponde à verdade!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Nós estamos a dar a resposta que é essencial e que é necessária.

Para terminar, só em relação à mortalidade, todas as sextas-feiras o meu gabinete faz a monitorização com os dados que nos são enviados pela DGS. É feita a comparação com as diferentes regiões do país. Quero dizer aos Srs. Deputados que em matéria de mortalidade, e comparativamente com outras regiões, os Açores à data de hoje, apresentam a segunda taxa de mortalidade mais baixa do país. Portanto, não podemos aqui afirmar que nos Açores e concretamente na ilha de São Miguel, se morre mais por comparação ao mesmo período do ano passado.

Para terminar mesmo, em relação ao hospital modular e à capacidade aqui colocada em causa pelo Sr. Deputado José Toste que claramente não se preparou para este debate...

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: é imperioso dizer que, em relação ao bloco operatório, nós não podemos pedir a um hospital modular que não tem a dimensão do HDES, que

faça tudo aquilo que este não está a fazer. Isso não é possível. Nós estamos preocupados em dar uma resposta a nível do serviço de urgência e também que essa estrutura sirva de retaguarda. E a nível dos blocos operatórios, quando o hospital modular abrir, nós teremos em funcionamento 2 blocos operatórios na clínica de Bom Jesus, teremos pelo menos 2 blocos na CUF, 2 salas no HDES que não servirão para cirurgia *major*, mas sim para cirurgia *minor*, porque é necessário substituir as unidades de tratamento diário do HDES e teremos mais 2 salas da estrutura modular.

Portanto, se tudo correr conforme planeado, teremos uma capacidade acima daquela que era a capacidade no dia 3 de maio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Eu fiz várias perguntas e a senhora só responde ao PS!

Deputado Berto Messias (PS): Mal, respondeu ao PS mal!

O Orador: Pode não gostar do CHEGA, pode não gostar de mim, mas eu sou um deputado regional que lhe faz perguntas e exige respostas. Caso contrário, eu é que vou dar as respostas por si, mas não-de ser as que eu quiser. E não-de ser especulativas.

Sobre a fiscalização dos outros centros de saúde, como é que isso está? Eu quero saber.

O que é que se está a fazer?

Ou vamos todos cantar o *We are the World*?

Vamos todos cantar aqui a solidariedade?

Ó senhores, nós estamos na catequese ou estamos no Parlamento dos Açores?!

Vamos andar para a frente, vamos dar resposta, vamos dizer aos açorianos o que é que vamos fazer quanto à saúde nos Açores!

Se a Sra. Secretária não tiver respostas que venha alguém para o seu lugar e que dê as respostas!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apesar da minha *impreparação* para este debate, o que fica claro na resposta da Sra. Secretária é que no final do verão, com a instalação do hospital modular, não vamos recuperar a capacidade que tínhamos antes do incêndio. Isto fica muito claro na resposta que deu. E, portanto, a solução que apresenta não é uma solução de qualidade para açorianos.

Deixo-lhe apenas uma última questão de forma muito direta e que tem que ver com os sinais sonoros do SADI:

- Quem os desligou e porque os desligou?

A Sra. Secretária tem conhecimento de que os sinais sonoros do SADI encontravam-se desligados no HDES?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Obrigada Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Quando da visita da Comissão de Assuntos Sociais às unidades de saúde de São Miguel, visitámos também o pavilhão Carlos Silveira onde está instalado o posto médico avançado. E o que encontrámos lá é **desumano**, as condições são lamentáveis, é tanto calor - o Sr. Deputado também estava lá e também se queixou do calor - que o ar condicionado não é suficiente nem para os funcionários, nem para os pacientes, nem para os familiares dos pacientes que estão ali a acompanhá-los.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Ó Sra. Deputada, atenção à linguagem!

A Oradora: Para situações extraordinárias claro que sim, tem que haver medidas extraordinárias. É preciso ter tempo e também ponderar todas as situações. Mas não se pode tomar medidas extraordinárias com mais alguma dignidade, dando melhor conforto às pessoas?

É que aquele pavilhão Carlos Silveira realmente, daquilo que eu pude ver – e eu não estava sozinha, não fui a única a reparar nessa situação - não há condições e os próprios médicos também já disseram que qualquer dia *dão o berro*, porque não aguentam trabalhar naquelas condições.

Muito obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para responder ao partido CHEGA em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado José Pacheco.

A nível das vistorias que acontecem nas unidades de saúde de ilha, elas ocorrem regularmente e são feitas por uma empresa subcontratada que faz a vistoria quer ao posto de transformação, quer aos quadros elétricos.

A nível dos hospitais, no hospital da Horta decorre de momento uma intervenção, uma obra profunda, como todos têm conhecimento, atendendo ao estado de degradação que aquela estrutura apresenta e está a ser feita uma intervenção a nível da parte elétrica, porque efetivamente foram detetadas não conformidades e também porque é uma obra já com muitos anos.

No HSEIT estes problemas não se colocam, porque é uma obra mais recente e tem uma equipa específica em acompanhamento permanente.

Em relação ao centro de saúde da Madalena, efetivamente o concurso foi lançado já este ano. Até agora, e com o atraso da publicação do plano de investimento, uma vez que era uma obra que não estava contemplada no plano de investimentos para 2023, mas está contemplada no plano de investimentos para 2024...

Deputado José Pacheco (CH): Então enganaram o CHEGA quando disseram que estava no orçamento!

A Oradora: ...é nossa intenção que o quanto antes essa situação se ultrapasse pela parte burocrática, porque efetivamente há um problema de temperatura que nós reconhecemos dentro daquela infraestrutura.

Deputado José Pacheco (CH): Abstivemo-nos no orçamento, precisamente por essas mentiras!

A Oradora: Em relação à questão de antecipar o programa funcional, como também já tive oportunidade de dizer, no mês de julho virão à ilha de São Miguel projetistas programadores que têm a responsabilidade de alinhar um programa funcional e que tem por base vários pormenores, desde já, tudo o que é a atividade assistencial do hospital no último ano e, a partir desses dados, projetar a atividade do hospital a 30,40, 50 anos, sendo certo que essa projeção da atividade assistencial necessariamente implicará uma requalificação. E é óbvio que todo este programa tem de ter em conta aquilo que é a atividade dos próprios serviços e dos diretores de serviço.

Portanto, é importante que sejam ouvidas todas as pessoas envolvidas na produção da atividade assistencial.

Deputado José Pacheco (CH): 3 meses senhora!! Essa gente gagueja?! São gagos?!

Estamos a falar da saúde dos açorianos!

A Oradora: Naquilo que depender de mim, vou tentar que falem mais depressa.

Em suma, nesta fase do debate importa responder ao Sr. Deputado José Pacheco e resolver esta situação.

Quanto ao Partido Socialista, tudo aquilo que foi questionado já foi por mim esclarecido e amplamente divulgado, portanto, não merece nesta fase que seja repetido.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Como é agora *não merece?*!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social levantou-se duas vezes, mas não tive a honra de ter respostas concretas às perguntas que fiz. E elas foram duas.

Em primeiro lugar, se não conhece o documento que referi relativamente ao plano de investimentos de 2021/2023, terei o gosto de entregar-lhe em mão esse documento.

Relativamente ao sistema de proteção de incêndios, gostaria de saber se a senhora tinha conhecimento de que a substituição estava prevista nesse plano de investimentos de 2021 para terminar em 2023? E porque é que isso não foi feito?

É uma questão muito simples Sra. Secretária.

Relativamente às condições que impedem a abertura dos restantes serviços do HDES, a senhora falou há pouco do bloco operatório, dizendo que irá reabrir 2 salas.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que de modo algum isso significa que a capacidade instalada será superior àquela que existe, porque está a contar com a capacidade que não é do HDES, nomeadamente de instituições que não são do HDES, nem são públicas.

(Protestos impercetíveis do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Por isso, Sra. Secretária, vamos lá ver se consegue reabrir 2 salas do bloco operatório.

O que é que impede de abrir todas as salas? Explique-me por A mais B o que é

que impede?

E quanto tempo é que demora a substituir as unidades de tratamento do ar - porque já ouvi essa explicação – que danos é que elas têm e o que é que impede? Explique-nos, porque ainda tem tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Russel Sousa.

(*) Deputado Russel Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo e restantes Membros do Governo:

Este é um Governo que se diz transparente e dialogante, aliás são as suas principais bandeiras de governação, em teoria, diga-se.

Este processo todo do hospital do Divino Espírito Santo é um claro exemplo daquilo que o Governo diz ser, mas na realidade não é.

Após o incêndio que ocorreu no passado dia 4 de maio, o Partido Socialista mostrou-se, desde o início desta calamidade pública, disponível para fazer parte da solução e para o diálogo. Não foi esse o entendimento do Governo que em vez de alegar, optou por fechar-se nos partidos que o suportam e esconder a informação dos partidos e desta Casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor escreveu isso antes e não ouviu o debate?!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Já vinha escrito de casa!

O Orador: O Partido Socialista requereu este debate de urgência sobre o HDES, devido à falta de transparência face aos partidos com assento nesta Casa e acima de tudo para com os açorianos.

Por falar em transparência, gostaríamos de saber qual é a razão por que após 2 meses depois do incêndio do HDES, o Governo ainda não mobilizou todos os recursos disponíveis para uma reparação mais rápida do HDES. Refiro-me às

obras públicas, às empresas públicas e todos os recursos disponíveis à disposição do Governo, para que fosse necessário termos o mais rápido possível o nosso hospital operacional.

Como este é um debate para esclarecermos os açorianos, gostaríamos de questionar o que está a ser feito para combater o aumento drástico das listas de espera para as cirurgias, sendo que estão a ser feitas menos 21 cirurgias por dia, o que coloca em risco vários doentes e terá danos irreparáveis segundo o relatório da comissão de catástrofe do HDES.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Não é verdade!

O Orador: Ainda neste sentido, gostaríamos de questionar o que está a ser feito relativamente à gestão dos recursos humanos do Serviço Regional de Saúde, porque é de louvar o esforço que esses profissionais fazem e o que estão a fazer para dar resposta às necessidades que existem, mas ninguém é de ferro, há limites ao que cada profissional consegue fazer, tendo já havido inclusive alertas da Ordem dos Médicos e do Sindicato dos Enfermeiros para o elevado nível de exaustão que já estão a sentir os nossos profissionais de saúde.

É também, por isso, urgente assegurar rapidamente a recuperação do edifício do HDES, de forma a termos melhores condições de trabalho e melhores cuidados de saúde.

Já passaram 2 meses e tudo o que nós queremos é o nosso hospital de volta e que dê resposta às necessidades de saúde dos nossos açorianos.
Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista agendou um debate de urgência sobre saúde *especificamente*, dizia o seu novo líder, para abordarmos esta questão do HDES. Mas o Partido Socialista não quer um debate, quer um monólogo de maledicência, quer um monólogo de má-língua, porque o Governo praticamente já esgotou o seu tempo - e muito bem usado – a esclarecer tudo aquilo que foi perguntado. E não importa o que o Governo diz e esclarece. O Governo diz que vai fazer e o Partido Socialista pergunta *vão fazer o quê?*

O Governo diz o que vai fazer e o Partido Socialista pergunta, *mas vão fazer quando?*

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo diz que vai fazer quando e o Partido Socialista diz que *não quer saber quando é que é.*

É estratégia comunicativa da vossa parte, eu lamento imenso e eu lamento bastante nossa bancada. A bancada do Partido Social Democrata lamenta muito que este debate seja feito sobre uma questão tão importante, sobre um assunto que é neste momento talvez o assunto mais importante para os açorianos, que tem a ver com a saúde e com a solução para a tragédia que aconteceu no HDES, que da parte da oposição, nomeadamente do maior partido da oposição, mas também do Bloco de Esquerda, diga-se de passagem que acompanha sempre nesta senda de maledicência e de má-língua o Partido Socialista.

Deputado António Lima (BE): E o Chega não conta?!

O Orador: Não houve uma ideia, não foi apresentado um único contributo.

Deputado António Lima (BE): Já demos bastante!

O Orador: Mas pior do que isso, para além de não querer os esclarecimentos que foram dados pelo Governo toda esta manhã, para além do Partido Socialista não querer os esclarecimentos que foram dados, também não é capaz de dizer se concorda com aquilo que é o plano que o Governo está a apresentar e aquilo que são as ideias que o Governo pretende concretizar, de acordo com aquilo que tem sido dito neste debate.

Os senhores digam lá: concordam ou não concordam com o hospital modelar?

Concordam ou não concordam com a utilização de meios dos privados para suprir as falhas causadas pelo incêndio no HDES? Diga-me lá Sr. Deputado António Lima, não vai propor a nacionalização da Clínica do Bom Jesus, do Hospital da CUF e dos outros meios privados que existem na Região, que só existem, porque o senhor nunca sentou o digno do seu... enfim, nunca se sentou num governo nesta Região, porque se o tivesse feito, não havia privados para suprir estas falhas que agora existem por causa de um incêndio na caldeira.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu peço desculpa aos açorianos se por vezes me indigno com a vossa falta de racionalidade quando discutimos coisas sérias nesta Assembleia, é porque agendar um debate de urgência mas não ter uma ideia para dar aos açorianos, ouvir as explicações do Governo, mas não ser capaz de as assumir e não ser capaz de olhar para elas e dizer se concordam - digam lá se concordam! Digam o que é que querem, porque durante 24 anos ficámos sempre sem saber aquilo que os senhores pretendiam dos Açores e da saúde dos açorianos.

Se calhar olhe, a produtividade assistencial neste momento é menor, por causa

de um incêndio num hospital de fim de linha, no maior hospital dos Açores, que foi uma tragédia que aconteceu há 2 meses, e se calhar a produtividade **naturalmente** e **objetivamente** agora tem que ser menor, porque não há a mesma capacidade instalada, mas se calhar é maior do que no tempo que o Partido Socialista era governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E isso também é preciso lembrar para os açorianos não esquecerem.

Eu intervenho nesta fase do debate, porque efetivamente da parte do Governo, depois de todos os esclarecimentos, custa-me muito a que agora nos próximos minutos iremos assistir a um conjunto de monólogos do Partido Socialista, como aquele que agora fez o Sr. Deputado Russel Sousa - peço desculpa se me enganei no nome – que fez aqui uma intervenção que ignorou por completo quase 3 horas de debate que aconteceu neste Parlamento.

É lamentável que o senhor não tivesse a capacidade de ouvir o que foi aqui dito e olhar para aquilo que tinha escrito e perceber que tudo aquilo que o senhor falou já estava esclarecido pelo Governo Regional.

Espero que os Srs. Deputados do Partido Socialista que estavam a pensar em inscrever-se a seguir, se lembrem de duas coisas: primeiro, que os esclarecimentos já foram prestados e, segundo, lembrem-se dum passado que não tem nada de muito bom para apresentar aos açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(* **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para relembrar à Sra. Secretária Regional da Saúde, relativamente ao pavilhão Carlos Silveira e à minha intervenção, se há alguma novidade? Se vão ser melhoradas as condições? Como é que está esse processo?

Obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui hoje, porque apesar da centralidade do Parlamento ser letra morta para o Governo, não é letra morta para o Partido Socialista, não é letra morta para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

É por isso que estamos aqui, Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Entendemos que é aqui que o Governo presta contas.

É aqui que o Governo deve esclarecer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais ainda?!

A Oradora: Porque há um tempo que é de união, há um tempo que é de emergência, mas como já aqui foi dito, há um tempo que é de legítimo escrutínio por este Parlamento.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Nem sequer a senhora acredita no que esta a dizer!

A Oradora: Estamos aqui hoje, porque o Governo tem tido, nesta matéria, Sr. Deputado João Bruto da Costa, uma matéria sensível e crítica que diz muito aos Açores e aos açorianos, o Governo tem tido, infelizmente, um comportamento

errático e um comportamento muito pouco transparente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Estamos aqui, Sr. Deputado João Bruto da Costa, porque o Governo nesta matéria do incêndio do HDES, teima de facto em esconder dos açorianos e daqueles que o representam, informação crítica sobre esta tragédia, sobre as suas causas e sobre as suas consequências.

Nós fazemos perguntas e o Governo responde com... propaganda!

Foi isto que aconteceu aqui hoje, nomeadamente com o convite que nos foi remetido, ao mesmo tempo que a Sra. Secretária fazia uma intervenção daquela tribuna.

Quer o senhor que respondamos se concordamos com a solução do hospital modular?!

Nós queremos saber que opções estudou o Governo para investir **14 milhões** de euros?

Que soluções foram estudadas em alternativa para que o Governo decidisse que aquela é a melhor solução?

Nós queremos a resposta e não tivemos essa resposta!!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Quer o Sr. Deputado que tratemos do assunto com seriedade, o que é para si tratar de um assunto *com seriedade*?

É ficarmos aqui quietos e caladinhos?!

Não Sr. Deputado.

Seriedade não é sinónimo de **silêncio**!

Começam pela mesma letra, mas não são sinónimos uma da outra!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: O PSD fala como se estivesse no Governo, eu diria, eventualmente

há 4 dias. Mas, não Sr. Deputado, o PSD não está no Governo nem há 4 dias, nem há 4 semanas, nem há 4 meses. Está no Governo há 4 anos e tem que assumir a responsabilidade pelos seus atos e pelas suas omissões!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Falso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Volto a repetir Sr. Deputado: queremos respostas!

Os açorianos querem respostas, não querem propaganda e vídeos propagandistas!

Queremos ser parte da solução, com certeza que sim, mas com informação.

Queremos ser parte da solução mas **com informação!**

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Então proponham!

Os senhores não propõem nada!

A Oradora: Há questões essenciais que foram ditas e aqui perguntadas e que não foram respondidas. O Sr. Deputado diz que foi tudo respondido, mas não foi.

Eu coloquei uma questão, que já foi colocada logo na primeira intervenção, o porquê desta opção pelo hospital modular?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Três vezes que a Sra. Secretária já explicou isso!

A Oradora: Que soluções foram estudadas?

O porquê do programa funcional daquela unidade?

Quem é que aconselhou a Sra. Secretária e o Governo a tomar essa decisão?

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): A senhora não quer ouvir!

A Oradora: Mais: a Sra. Secretária reconhece ou não reconhece que a situação vivida pelos trabalhadores, médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar no pavilhão

provisório são ou não desumanas?

A senhora acabou por reconhecer na Comissão que havia falhas no sistema de refrigeração ou do ar condicionado...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Nem sequer falei nisso!

A Oradora: ... mas a verdade é que ouvimos médicos e ouvimos enfermeiros a dizerem que as condições são desumanas. Quando é que essa situação estará ultrapassada?

A Sra. Secretária falou nos relatórios de 2022 e 2023, do sistema deteção de incêndios, mas não respondeu à pergunta simples que foi aqui colocada sobre quem é que determinou que a sinalização sonora fosse interrompida?

Também foram colocadas aqui questões sobre a equipa técnica de manutenção. O relatório do engenheiro Mota Vieira e do engenheiro Marco Ávila identifica uma equipa reduzida e, se não me falha a memória, até dizem que nem todos os técnicos trabalham lá a tempo inteiro.

Eu gostava que esclarecesse quantos técnicos trabalham lá? E quantos trabalham a tempo inteiro, em que áreas de formação e se estão efetivamente em presença física?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É, no seu tempo trabalhavam todos!

A Oradora: Este aspeto é para nós importante.

O Governo, pelo que percebo, não considera idóneo o trabalho realizado pelos engenheiros Mota Vieira e Marco Ávila, tendo sido isso que a motivou a pedir um segundo relatório.

Sra. Secretária, é fundamental que responda a estas questões que até agora são críticas e não foram respondidas.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Foi porquê o incendio de 2014?

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Andreia Cardoso:

A Sra. Secretária não fez outra coisa senão responder às questões aqui colocadas.

A questão é que se calhar não deu as respostas que os senhores eventualmente gostariam que ela tivesse dado, mas isso é outra questão.

Depois, dizer que relativamente ao HDES que muitas das estruturas - é preciso dizê-lo - estão e estavam degradadas, até mesmo no sítio onde se iniciou o incêndio. Mas também é preciso dizer que muitos dos equipamentos que estavam degradados não foi de há 4 anos, foi há muito mais do que há 4 anos. A falta de manutenção vem muito mais de trás. E este Governo tem que ser responsável, é certo, pela sua governação de 4 anos, mas os senhores têm que ser responsáveis pela governação nesta Região durante de 24 anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Não se passa um pano agora para apagar o passado e a partir daqui este Governo é responsável por tudo aquilo que se passou há 10, 15 ou 20 anos. Isso também não pode ser assim.

É certo que o Governo é responsável pela sua governação, é! E os senhores têm a responsabilidade da governação que tiveram durante 24 anos, pronto é só. E nessa altura, muitos eram os alertas dados sobre a situação do HDES e não vamos estar aqui a fingir que isso não era verdade, porque era a verdade sim.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Depois, também quero dizer que o Partido Socialista promove este debate, está sempre a levantar a suspeição, porque não há diálogo, porque é a opacidade, por isto e por aquilo, a pôr em causa tudo aquilo que tem sido a ação deste Governo. E eu pergunto: então o que é que o Partido Socialista defende?

O que propõe um partido que esteve 24 anos a governar esta Região perante uma situação como esta?

O que é que o Partido Socialista propõe?

É a favor ou não é a favor do hospital modular?

É isso também que todos queremos ouvir e os açorianos querem perceber da parte dum partido que governou a Região durante 24 anos, perante esta situação, defende ou não, em vez de estar sempre a levantar uma suspeição à atividade deste Governo, porque ainda no dia da Comissão o que referiram foi o muito trabalho que foi feito...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não foi assim!

A Oradora: Foi sim senhor. Foi dito pela Sra. Presidente da Comissão - tenho aqui a transcrição. E mais, não podem passar uma imagem errada, porque todos nós queremos que o HDES retome a sua atividade plena e que aumente a sua capacidade, é o que todos nós queremos nesta Casa, como é óbvio. Agora não podemos fazer passar a imagem que é só limpar as paredes, abrir as janelas e está o HDES preparado para receber utentes, porque isso não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E todos vós sabeis das exigências que são necessárias em termos de qualidade, porque há uma premissa pela qual este Governo tem-se pautado, a qual o Grupo Parlamentar do CDS também considera que é essencial que é a segurança dos utentes.

Vai que o Governo se precipita a meter utentes no HDES, para se acontecer alguma situação virem os senhores dizer que é um Governo incompetente. É isso que os senhores querem?!

Nós não queremos. Nós queremos a segurança dos utentes em primeiro lugar. E os senhores não se podem apresentar neste debate a *lavar as mãos*, como se não tivessem qualquer responsabilidade sobre a situação do HDES.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O que diria o Deputado Artur Lima neste debate!

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais do que esclarecimentos, depois destas horas todas de debate, quase de stresse, o que permanece mais são as dúvidas. E eu diria que existindo 8 forças parlamentares nesta Assembleia, sendo que 4 delas não podem ter a iniciativa

de uma comissão de inquérito parlamentar sobre este assunto, exorto uma das que o pode fazer a apresentar um requerimento para uma comissão de inquérito sobre este assunto, porque de facto ao fim destas 3 horas, sem querer entrar no *passa culpas* sobre os 24 anos da falta de manutenção, para os 4 anos de *adormecimento*, como já foi aqui dito por outra força política, o que é facto é que saímos menos esclarecidos do que quando entrámos, saímos com os mesmos dados com que entrámos, saímos com os mesmos esclarecimentos com que entrámos. Sejam eles mais ou menos válidos, sejam eles mais ou menos verdadeiros, eu nunca disse nesta bancada que os esclarecimentos não tinham sido verdadeiros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor também não ouviu as intervenções da Sra. Secretária?!

O Orador: Ouvi sim, Sr. Deputado João Bruto da Costa - e ouvi muito bem! Sabe o que é que eu não ouvi, Sr. Deputado? Foi a resposta a algumas das minhas perguntas, mas eu também já estou habituado! Mas entrará nos serviços o requerimento devido para que essas perguntas sejam respondidas no tal prazo de 30 dias que o Governo assumiu que teria que fazer, e já agora, prazo esse que o Governo não tem cumprido. Mas isso não impede que eu não exorte as bancadas dos grupos parlamentares que têm poder para pedir uma comissão parlamentar de inquérito sobre este assunto para que o façam. E se não quiserem fazer estão no vosso direito. Eu, infelizmente, não posso fazer por razões regimentais, senão fá-lo-ia, porque entendo que esta é uma questão que ultrapassa inclusivamente aquilo que aconteceu no HDES no dia 4 de maio e que tem que ser devidamente esclarecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo.

A Mesa não tem inscrições neste momento.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já percebi claramente, após as várias intervenções que aqui ouvimos, que o Partido Socialista está a tentar passar entre os pingos da chuva e não assume qualquer responsabilidade nem qualquer decisão que possa contribuir para fazer parte da solução.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Foi assim desde o primeiro momento em que Sra. Deputada Sandra Dias foi à tribuna. Foi assim nas sucessivas intervenções dos diferentes deputados e culminou com a última intervenção da Sra. Deputada Andreia Cardoso que claramente está aqui também a tentar fingir que não sabe do que falam os relatórios. Basta só ler aquilo que tem sido o segundo relatório mais citado esta manhã, em relação à estrutura modelar:

“A curto prazo, além da abertura programada da ala nascente, nas próximas semanas sugere-se a implementação da solução modular com a máxima urgência”. Não é o Governo Regional que diz isto, é a comissão de catástrofes do concelho do HDES.

Em relação ao posto médico avançado, foi e tem sido uma solução de emergência no estado de calamidade. Já tive oportunidade de dizer que era expectável que caso estivessem reunidas as condições de segurança, a ala nascente tivesse aberto no dia 1 de julho. As condições de segurança não estavam reunidas, ainda mais depois da exposição do relatório da Ordem dos Engenheiros, estamos a preparar a ala nascente para desativar o posto médico

avanzado, para que ela abra com total segurança no próximo dia 15 de julho. É esse o nosso papel.

Enquanto não houver segurança, eu não abduco desta mesma qualidade para devolver também segurança aos profissionais de saúde e aos utentes que lá estarão...

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ... porque até agora nós tivemos áreas de circulação a funcionar no hospital em que os doentes não pernoitavam. Com a abertura da ala nascente e com a implementação de cerca de 200 camas de internamento, vamos ter uma quantidade significativa de doentes naquele espaço. Portanto, os nossos critérios terão de ser ainda mais apertados e mais rigorosos.

Já reunimos com o Serviço Regional de Proteção Civil, já trouxemos cá por duas vezes o Diretor de Serviços do hospital de Santa de Santa Maria e temos um plano definido para aquela estrutura, porque efetivamente as condições de segurança preocupam este Governo e não abdicaremos das mesmas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para terminar, e atendendo a que até já esgotei o meu tempo, queria deixar uma mensagem de projeção do futuro, porque efetivamente aquilo que aconteceu ao HDES deve-nos pôr a pensar no passado de opções tomadas por sucessivos governos que descuraram totalmente as condições de segurança, os parques de viaturas, os equipamentos do Serviço Regional de Saúde e este Governo tem vindo a corrigir essa situação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: E isso é algo que se paga e que este Governo tem feito com os recursos que tem à sua disposição. Mas efetivamente a decisão de requalificar o

HDES é uma decisão que nós assumimos como sendo a mais acertada, porque vai permitir efetivamente devolver àquela infraestrutura e aos profissionais de saúde com dignidade que se torne um hospital de fim de linha e que efetivamente em complementaridade com todas as instituições do Serviço Regional de Saúde.

É para isso que este Governo está cá, para devolver segurança e cuidados de saúde não só ao povo micalense, mas a todos os açorianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Registo pela quarta vez que já foram quatro intervenções da Sra. Secretária e em nenhuma respondeu às questões que eu coloquei.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acabou de lhe responder!

O Orador: Quando se diz que há transparência e abertura é isto que se tem: zero respostas sobre aquilo que foi perguntado por **três vezes**.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha vergonha!!

O Orador: Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sras. e Srs. Deputados:

A comissão de catástrofe diz também que os danos na lista de espera cirúrgica são incalculáveis. E é por isso que não conseguimos compreender que o Governo seja incapaz de dizer exatamente os danos. Dizer que são condições de

segurança é apenas uma forma muito fácil de saltar por cima, uma fuga para a frente, sem explicar o que é que está a falhar. E esta situação é de facto grave e em grande medida deve-se, sim, ao desinvestimento às opções erradas, à degradação e ao abandono a que foi votado o Serviço Regional de Saúde e o Hospital de Ponta Delgada, em particular.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Isso é falso!! O senhor não conhece o plano!!

O Orador: Mas a senhora e o seu Governo continuaram essa degradação. Durante 3 anos o que é que investiram no hospital Ponta Delgada?! Nada, não fizeram praticamente nada!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): E o 5.º piso? Isso é falso! O Senhor nem sabe o que diz!

A Oradora: Em 2023 tinham 500 mil euros para o hospital Ponta Delgada e investiram 200. Para 2024, no plano, tinham mais 500 mil euros antes do incêndio. Era essa a prioridade que davam ao hospital de Ponta Delgada e ao Serviço Regional de Saúde?!

Bem, deste debate não fica de modo algum clara a opção do Governo sobre o hospital modular e sobre a não reabertura de muitos serviços. E é por isso que abrir o hospital de Ponta Delgada, em todas as suas valências, tem que ser a prioridade. Investir no futuro com certeza, estamos cá para isso, agora garantir o acesso à saúde...

Deputado Pedro Pinto (*CDS/PP*): E está a ser feito!

O Orador: ... já no imediato, tem de ser a prioridade deste ou de qualquer governo que se preocupe realmente com a saúde das pessoas.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda também já esgotou o seu tempo.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária, o Governo Regional já não tem tempo.

(* **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Sr. Presidente, foi proferida aqui uma expressão pelo Sr. Deputado que eu quero questionar se poderei utilizar a defesa da honra, nomeadamente quando disse que o Governo Regional reagia com uma *fuga para a frente*. Desculpem, mas estamos a falar em matéria de saúde e esta expressão é grave.

Presidente: A Sra. Secretária quer usar que figura regimental?

(* **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): A defesa da honra.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Isto é defesa da honra?!

Presidente: Tem a palavra.

Deputado António Lima (*BE*): Já agora a senhora aproveite e responda às questões que eu coloquei!

(* **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu peço a palavra, porque naturalmente não posso ficar confortável com aquilo que foi dito, atendendo ao facto de estarmos a falar em matéria de saúde e não podem restar dúvidas nem pode ficar no ar a especulação daquilo que estão a tentar fazer.

O Governo Regional, desde o primeiro momento, tem diligenciado e tem definido estratégias para que se garantam os cuidados de saúde aos nossos utentes. Já foram aqui enunciadas as demais estratégias, mas eu vou ter que repetir para que não restem dúvidas. Nós conseguimos pôr o hospital a funcionar *fora do hospital*. Isto é uma fuga para a frente?!

Nós conseguimos abrir unidades básicas de urgência para dar resposta aos utentes do Serviço Regional de Saúde da ilha de S. Miguel.

Nós evacuámos os doentes que precisavam de fazer hemodiálise que é uma condição para que não se ponha em risco a sua própria vida. Isto é uma fuga

para a frente, Sr. Deputado?!

É nestas circunstâncias que eu, enquanto Secretária Regional, com o esforço e dedicação de todos, não consigo aceitar que o Sr. Deputado, de forma repetitiva ao longo do debate, deixe no ar sempre a especulação daquilo que o Governo faz e de todo o apoio que é prestado aos nossos utentes. Mesmo depois de eu já ter afirmado que apesar das dificuldades, e de as ter reconhecido, há serviços que até estão a prestar um melhor serviço do que faziam há 1 ano atrás, mesmo com o número de camas inferiores àquela que é a capacidade habitual deste serviço.

Portanto, Sr. Deputado, repudio a sua expressão, porque efetivamente temos dificuldades mas, felizmente, este Governo trabalha diariamente para dar resposta aos utentes e dar condições aos profissionais de saúde.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Lima, querendo, tem direito a dar explicações. Tem 3 minutos.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fico deveras surpreendido com esse pedido de defesa da honra por parte do Governo e por parte da Secretária Regional da Saúde.

Em primeiro lugar, porque a Sra. Secretária teve oportunidade de responder por diversas vezes, porque foram feitas diversas questões. Mas não respondeu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E respondeu!

O Orador: Não, não respondeu.

Quem decide se a resposta à minha pergunta é satisfatória sou eu, não é o Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É exatamente isso!

O Orador: A minha intervenção em momento algum ofende o Governo ou a sua honra.

O Governo aproveitou esta figura regimental para fazer mais uma intervenção, quando já não tinha tempo. Uma intervenção em que reitera aquilo que já tinha dito, nada acrescenta a este debate. Mas eu vou dizer, Sr. Deputado e Sra. Secretária, a que é que o Governo não respondeu.

O Governo não respondeu se tinha conhecimento que o sistema de deteção de incêndios estava previsto em planos de investimento do **vosso** Governo, do PSD, do CDS/PP e do PPM, em orçamentos aprovados também pelo CHEGA, pela Iniciativa Liberal e pelos partidos da Coligação. Nesses orçamentos estava previsto (nos planos de investimento do hospital) a substituição desses e muitos outros investimentos. E o que é que fizeram? Nada!

A Sra. Secretária respondeu a isso?!

E respondeu quais são as condições **objetivas** e **técnicas** por que não reabre o bloco operatório com todas as suas salas?

Não respondeu e não quer que se diga que é uma fuga para a frente?!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Respondi sim. O senhor é que não quis ouvir!

O Orador: É sim uma fuga para a frente, porque não parece haver da parte do Governo a vontade de investir efetivamente e fazer tudo o que está ao seu alcance para reabrir todos os serviços do HDES. E preferiu tomar essa solução do hospital modular que não está explicada a sua racionalidade, porque não está explicado aquilo que impede a reabertura total do HDES.

Falou-se, mais uma vez, neste debate sobre as questões do ar.

Eu li o relatório de progresso que pouco ou nada tem sobre os danos do HDES,

e não há referências à qualidade do ar, não há referências às unidades de tratamento do ar do bloco operatório.

Porque é que esse argumento é avançado vezes após vezes pelo Governo, mas nos relatórios técnicos eles não são citados?!

Não há nenhuma informação. E não querem que tenha dúvidas?!

Temos dúvidas e vamos continuar a tê-las enquanto elas não forem esclarecidas. E faremos tudo o que estiver ao nosso alcance, com os instrumentos que temos, para as esclarecer. E temos feito isso e não vamos desistir de o fazer para esclarecer este Parlamento e, acima de tudo, esclarecer os açorianos e açorianas, mesmo que isso incomode o Governo e a Coligação.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sei que alguns grupos parlamentares e o Governo já esgotaram o seu tempo.

Pergunto se há mais alguém que queira usar do seu tempo, senão o PS encerraria o debate e encerraríamos a parte antes do almoço se concordarem.

Pergunto a algum grupo ou representação parlamentar se quer usar do seu tempo?

Não havendo, dou a palavra ao Partido Socialista para encerrar o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

À data de hoje não temos a inventariação de danos, não temos a identificação de necessidades, não temos a inventariação dos apoios materiais e financeiros necessários e não temos a listagem das obras, equipamentos e serviços necessários à reposição do normal funcionamento do hospital do Divino Espírito Santo.

O que é que defende o PS?

O PS, Sras. e Srs. Deputados, defende a prestação de cuidados de saúde em segurança, com dignidade e em tempo útil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah isso é uma novidade!

A Oradora: O PS defende, Sras. e Sras. Deputados, que devem ser alocados todos os recursos humanos, técnicos e financeiros à total recuperação do hospital do Divino Espírito Santo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é também uma novidade!

O *novo* PS, no passado não era assim!

A Oradora: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista defende que devemos avançar a toda a força na reconstrução das áreas afetadas para garantir capacidade e segurança.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Então quer um hospital igual?!

A Oradora: Isso hoje não ficou aqui garantido!

Passados 2 meses, os danos e os impactos na saúde são mais que muitos e prejudicam os açorianos.

O relatório da comissão de catástrofe evidencia isso mesmo.

A Sra. Secretária recomendou uma leitura, mais uma vez, do relatório e eu segui a sua recomendação.

A Sra. Secretária fez uma leitura parcial do relatório dos engenheiros - coisa que também já nos habituou. Fez uma leitura parcial do relatório da comissão de catástrofe.

Pois, Sra. Secretária, este relatório também propõe que V. Exa. reestabeleça com toda a urgência o funcionamento do hospital do Divino Espírito Santo, que garanta a qualidade dos cuidados de saúde. E diz mais: diz que é “da responsabilidade do Governo garantir a segurança pública, nomeadamente perante uma situação de exceção”.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E????

A Oradora: Tudo isto é dito.

Mas diz mais: incentiva “à preparação de todas as estruturas necessárias ao total

funcionamento do hospital do Divino Espírito Santo” - é isto que é dito.

Mas mais, Sra. Secretária: V. Exa. diz que é este relatório que justifica a sua decisão de investir 14 milhões de euros no hospital modular.

Sra. Secretária, a senhora foi ouvida antes na Comissão de Assuntos Sociais e já avançava com a solução do hospital modular. Aliás, a senhora **já em maio** avançava com a solução hospital do hospital modular.

Afinal, em que base é que a senhora se fundamenta para a tomada desta decisão?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o que é que a senhora defende? Concorda ou não?

A Oradora: Que soluções alternativas foram estudadas?

Este aspeto é determinante e não foi cabalmente esclarecido.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Quais são as soluções alternativas?

A Oradora: As dúvidas persistem, Sras. e Srs. Deputados.

O Governo é reincidente!

O Governo, mais uma vez, não quis esclarecer nada nem ninguém! Consultou e tudo e todos, mas apenas reconhece e admite aquilo que na verdade o Governo quer ou lhe dá jeito.

O PSD e o CDS vieram para aqui proteger o Governo e não para proteger os açorianos!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Isso!!

A Oradora: O Governo desqualifica e voltou a desqualificar pela palavra de outros Deputados aqui nesta Assembleia, desqualificou técnicos reputados e a Ordem dos Engenheiros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso é mentira!

A Oradora: E persiste no ataque desmesurado ao Partido Socialista que tem toda a legitimidade para colocar as questões!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso está escrito desde antes do debate!
É uma coisa incrível!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir...

Sra. Deputada, agradeço que termine.

A Oradora: O Governo, Sr. Presidente, simula o diálogo, convidando os partidos, mas na verdade não quer conversar, quer impor uma solução.

Estamos disponíveis, aliás já o demonstrámos no passado mês de maio, para encontrar soluções.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso já foi escrito há alguns dias!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada termine para irmos almoçar sim?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sim, sim. Ela já devia ter terminado.

A Oradora: Sr. Presidente, estamos disponíveis e voltamos a reafirmá-lo, para encontrar em conjunto soluções. Já o fizemos no orçamento da Região e disponibilizamo-nos para conversar. Mas a verdade, é que o tempo de *cheque em branco* já passou, já caducou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe no seu tempo eram cheques sem cobertura!

Deputado Flávio Costa (PSD): Olhe, o seu tempo é que já passou!

A Oradora: Se querem ajuda e responsabilidade numa obra que é muito importante para os Açores, dialoguem connosco, mas façam-no efetivamente, não simulem diálogos e conversações. Ainda mais quando não têm maioria absoluta, têm o mesmo número de deputados que o Partido Socialista.

Infelizmente, na prática, a Sra. Secretária não respondeu às questões críticas e o Sr. Presidente do Governo esteve ausente.

A Sra. Secretária foi desmentida em relação às causas do incêndio e não foi capaz de clarificar aqui essa situação.

Presidente: Sra. Deputada tem de terminar se faz favor.

A Oradora: Sr. Presidente, eu fui bastante interrompida.

Em suma, este Governo não sabe o que aconteceu e porque aconteceu. Não sabe o que está a fazer e como o fazer. Mas o mais grave, é não saber o que quer para o futuro.

Da nossa parte, há a disponibilidade de sempre para construir soluções, ajudar a resolver, dialogar e assumir responsabilidades. Queira, quem pode, assumir o respeito democrático que é necessário para construir pontes.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades pede a palavra para?

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, para solicitar a realização dum protesto, tendo em conta seguinte expressão: “o governo desqualificou técnicos e a Ordem dos Engenheiros”.

Presidente: Tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós tivemos hoje um debate importante sobre esta matéria. E o que se espera em momentos destes, da parte do Governo Regional e da parte de todos os partidos políticos, é elevação e solidariedade para enfrentar um drama que está a atingir a população dos Açores. Nós não podemos aceitar que nesta discussão se diga que o Governo dos Açores, que respeita obviamente todas as instituições, possa ser acusado por

parte da Sra. Deputada de ter desqualificado a Ordem dos Engenheiros ou qualquer outro técnico.

Uma coisa são discordâncias políticas que foram a outro nível que não neste, outra coisa é qualquer campanha de desqualificação de qualquer instituição e, no caso referenciado pela Sra. Deputada, da Ordem dos Engenheiros. Aliás, é precisamente o contrário, foi a participação e a realização destes trabalhos com técnicos independentes que foi implementado pelo Governo e que foi solicitada por parte das instituições da administração regional responsáveis nesta matéria, ao contrário do que aconteceu noutra tipo de situações, inclusivamente também de incêndios em instituições de saúde no passado.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Bem lembrado!

A Oradora: Há uma grande diferença nessa matéria.

Portanto, o Governo refuta em absoluto e considera inqualificável e ofensivas as palavras dirigidas pela Sra. Deputada em relação ao Governo nesta matéria.

Termino, Sr. Presidente, solicitando que um debate nesta matéria se faça com elevação e com o sentido de que nós todos temos que servir o nosso povo, devemos nos unir para combater catástrofes e não para fazer política da terra queimada.

Há muitas coisas em que podemos discordar, mas nestas matérias é muito importante que exista da parte de todos responsabilidade e respeito por todas as instituições.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Para um contraprotesto tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso,

querendo naturalmente.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS)**: Quero naturalmente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Reitero tudo aquilo que transmiti na minha intervenção final. E de facto não foi só o Governo que desqualificou tecnicamente os engenheiros da Ordem que elaboraram o relatório técnico de averiguação das causas do incêndio.

O PSD disse-o aqui hoje, pela boca de um dos seus deputados, que constavam falsidades dos relatórios técnicos.

Deputada Délia Melo (PSD): Colocámos dúvidas.

A Oradora: O Presidente do Governo colocou em causa a idoneidade dos técnicos que elaboraram os relatórios. E a Sra. Secretária, no culminar de tudo isto, depois de ter sido desmentida por esses técnicos, ainda vem criar uma comissão alternativa em busca de um relatório que *sirva* melhor as pretensões do Governo Regional.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Que alternativa?!

A Oradora: Portanto, eu não sei em que medida é que o Governo protesta contra as palavras do PS.

O Governo eventualmente devia indignar-se pelas palavras dos deputados da Coligação ou do Sr. Presidente do Governo ou da Sra. Secretária Regional.

Sras. e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou-se neste debate com um único propósito, o propósito de colocar questões e ver esclarecidas dúvidas, colocando aquilo que é o **superior interesse dos açorianos** em primeiro lugar.

Houve partidos que desde o início até ao fim, insultaram sucessivamente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e aquela que foi a legítima intenção do Partido Socialista quando traz este assunto a debate.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados das diversas bancadas da Coligação)

A Oradora: Nós representamos os açorianos que têm dúvidas e nós temos a obrigação de colocá-las e de nos colocar ao serviço dos açorianos e dos esclarecimentos que a todos assaltam.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vamos interromper os nossos trabalhos para almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 16 minutos.

Presidente: Muito boa tarde Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Vamos avançar com os nossos trabalhos, entrando no ponto 5 da nossa agenda.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Presidente: Proposta de Resolução nº. 14/XII “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022”.

Os tempos do debate são os seguintes:

- O Governo, PSD e PS têm 20 minutos;
- O CHEGA tem 14 minutos;
- O CDS/PP tem 12 minutos;
- As Representações Parlamentares do PPM, Bloco de Esquerda, IL e PAN têm 10 minutos cada.

Para a apresentação do Relatório tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES**



RELATÓRIO E PARECER

**CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DO ANO DE 2022**

**PONTA DELGADA
1 DE JULHO DE 2024**

Índice

TRABALHOS DA COMISSÃO	104
1.º Capítulo - Enquadramento Jurídico	105
2.º Capítulo - Apreciação na Generalidade	105
3.º Capítulo - Apreciação na ESPECIALIDADE	106
A) RECEITA	106
B) DESPESA	112
C) OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS.....	118
D) PLANO DE INVESTIMENTOS	118
<u>E) COVID-19</u>	<u>17</u>
<u>F) FURACÃO LORENZO</u>	<u>17</u>
<u>G) PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIENCIA (PRR).....</u>	<u>17</u>
H) DÍVIDA PÚBLICA E OUTRAS RESPONSABILIDADES.	121
I) PATRIMÓNIO	131
J) FLUXOS FINANCEIROS	136
K) RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS	137
4.º Capítulo - Conclusão e Parecer.....	152

Índice de Ilustrações

GRÁFICO 1 – <i>EVOLUÇÃO DA RECEITA (2015-2022)</i>	107
GRÁFICO 2 – <i>EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS (2014-2022)</i>	109
GRÁFICO 3 – <i>OUTRAS RECEITAS</i>	9
GRÁFICO 4 – <i>TRANSFERÊNCIAS</i>	10
GRÁFICO 5 – <i>DESPESAS CORRENTES</i>	12
GRÁFICO 6 – <i>DESPESAS DE CAPITAL</i>	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO. 2
GRÁFICO 7 – <i>DESPESAS</i>	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO. 3
GRÁFICO 8 – <i>EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES</i>	1164
GRÁFICO 9 - PAGAMENTOS EFETUADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA	14

Índice de Quadros

QUADRO 1- RECEITAS	106
QUADRO 2 - RECEITA DO SUBSECTOR DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA (2015-2022)	107
QUADRO 3 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA.....	107
QUADRO 4 - RECEITA FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA.....	108
QUADRO 5 - EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS (2014- 2022).....	7
QUADRO 6 - OUTRAS RECEITAS	8
QUADRO 7 - TRANSFERÊNCIAS.....	9
QUADRO 8 - DESPESA DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO REGIONAL.....	11

QUADRO 9 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA POR FUNÇÕES.....	13
QUADRO 10 - PAGAMENTOS EFETUADOS PELA ADMINITRAÇÃO PÚBLICA DIRETA.....	14
QUADRO 11 – DESPESA ADNINISTRATIVA REGIONAL INDIRETA	15
QUADRO 12 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO DE INVESTIMENTOS – 2022 .	16
QUADRO 13 - DÍVIDA FINANCEIRA	20
QUADRO 14 - DÍVIDA NÃO FINANCEIRA.....	21
QUADRO 15 – AVALES	22
QUADRO 16 – VARIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM CARTAS CONFORTO	23
QUADRO 17 - PATRIMÓNIO NÃO FINANCEIRO DA RAA	24
QUADRO 18 – POSIÇÃO DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	25
QUADRO 19 - ENTIDADES CONTROLADAS PELA RAA	26
QUADRO 20 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DA RAA – RESUMO	27

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Especializada Permanente de Economia analisou e emitiu parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2022, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

1.º Capítulo - Enquadramento Jurídico

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

2.º Capítulo - Apreciação na Generalidade

Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução n.º 14/XII, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2022.

A referida Conta teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro.

A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2022 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução do Conselho do Governo n.º 103/2023 de 27 de junho de 2023.

Este documento reflete a estrutura orgânica do XIII GRA, aprovada pelo DRR n.º 28/2020/A, de 10 de dezembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 3/2020/A, de 24 de dezembro, deu entrada na Assembleia no dia 28 de junho de 2023, tendo sido remetido à Comissão de Economia no dia 21 de março de 2024.

O parecer do Tribunal de Contas foi enviado a esta Comissão também em 31 de outubro de 2023.

Após parecer do Tribunal de Contas, foram remetidos os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para a Comissão Permanente de Economia, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do presente relatório e parecer.

3.º Capítulo - Apreciação na ESPECIALIDADE**APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE:****a) Receita**

A Receita Consolidada, do Sector Público Administrativo Regional, em 2022, atingiu o valor de 1.820,7 milhões de euros. Essa receita é constituída, essencialmente, por receitas fiscais, transferências e passivos financeiros.

Quadro 1- Receitas

Quadro 1 - Receita					
Euro					
Capítulos	Administração Regional Direta	Administração Regional Indireta			Sector Público Administrativo Regional
		Serviços e Fundos Autónomos (SFA)	Entidades Públicas Reclassificadas (EPR)	Total	
Impostos diretos	238 379 787	-	-	-	238 379 787
Impostos indiretos	505 842 602	-	-	-	505 842 602
Contribuições SS, CGA e ADSE	-	-	-	-	-
Taxas, multas e outras penalidades	10 001 732	15 340 649	298 172	15 638 821	25 640 553
Rendimentos da propriedade	3 343 070	863	178	1 040	3 344 110
Transferências correntes	208 466 334	422 448 926	255 320 116	677 769 042	242 416 698
Venda de bens e serviços correntes	4 003 795	5 479 769	11 963 735	17 443 504	17 784 460
Outras receitas correntes	246 579	443 375	2 082 268	2 525 643	2 731 960
Receitas Correntes a)	970 283 899	443 713 583	269 664 468	713 378 051	1 036 140 170
Venda de bens de investimento	285 690	-	100	100	285 790
Transferências de capital	197 996 528	82 724 819	19 982 787	102 707 606	201 094 542
Ativos financeiros	1 135 964	47 284	-	47 284	1 183 248
Passivos financeiros	455 000 000	-	8 263 987	8 263 987	463 263 987
Outras receitas de capital	91 878	13 989	356 043	370 032	461 910
Receitas de Capital b)	654 510 060	82 786 091	28 602 917	111 389 009	666 289 477
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 354 027	403 772	60 451	464 223	2 818 250
Saldo da gerência anterior	82 620 851	21 665 184	11 226 969	32 892 153	115 513 004
Outras Receitas c)	84 974 878	22 068 955	11 287 420	33 356 376	118 331 254
Receita Total a+b+c	1 709 768 837	548 568 630	309 554 806	858 123 435	1 820 760 901

a) valor não resulta da soma as transferências correntes e as de capital, porque são deduzidas as transferências intra-internas.

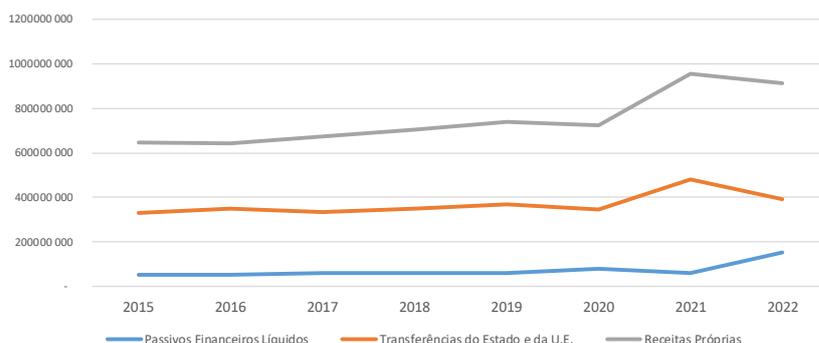
As receitas foram repartidas pela Administração Regional Direta, cujo montante atingiu os 1.709,7 milhões de euros, e pela Administração Regional Indireta, no valor de 858,1 milhões de euros.

Quadro 2 - Receita do subsector da Administração Regional direta (2015-2022)

Quadro 2 - Receita do subsector da Administração Regional Direta (2015-2022)								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Passivos Financeiros Líquidos	49 857 000	49 557 000	59 607 000	59 742 000	60 000 000	77 593 000	60 000 000	152 000 000
Transferências do Estado e da U.E.	330 581 596	350 449 997	331 935 843	350 687 520	367 114 893	346 439 095	481 269 971	389 491 707
Receitas Próprias	647 606 007	641 803 342	673 750 449	702 683 128	740 643 800	723 083 488	954 206 623	913 985 573
Total	1 028 044 603	1 041 810 339	1 065 293 292	1 113 112 648	1 167 758 693	1 147 115 583	1 495 476 594	1 455 477 280

Em 2022 regista-se uma diminuição das Receitas Próprias em 40,2 milhões de euros e (-6,0%), tal como as Transferências do Estado e da U.E. em 91,7 milhões de euros (-26%) e um aumento dos Passivos Financeiros Líquidos em 154% (de 60 milhões de euros para 152 milhões de euros), nos quais está incluído o Covid.

Gráfico 1 – Evolução da Receita (2015-2022)



Quadro 3 - Composição da Receita Própria

Quadro 3 - Composição da Receita Própria		
	Euros	%
Receita Própria	Receita contabilizada	%
Receita Fiscal	744 222 389	81,43
Taxas, Multas e outras penalidades	25 640 553	2,81
Rendimentos da propriedade	3 344 110	0,37
Venda de bens e serviços correntes	17 784 460	1,95
Venda de bens de investimento	285 690	0,03
Ativos Financeiros	1 183 248	0,13
Outras Receitas	3 193 869	0,35
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 818 250	0,31
Saldo da gerência anterior	115 513 004	12,64
Total	913 985 573	100,00

Por sua vez, as Receitas Fiscais, no valor de 744,2 milhões de euros, representam cerca de 81,4 % do total das Receitas Próprias, enquanto as Outras Receitas representam apenas 0,35 %. O Saldo da Gerência Anterior representa 12,6% da Receita Própria.

Quadro 4 - Receita Fiscal da Administração Regional Direta

Quadro 4 - Receitas Fiscais		
Receita Fiscal	Valor	%
IRS	194 946 728	26,19
IRC	43 433 059	5,84
Imposto sobre sucessões e doações	-	-
Imposto de uso, porte e detenção de armas	-	-
Impostos diretos diversos	-	-
Total Impostos Diretos	238 379 787	32,03
ISP	46 844 571	6,29
IVA	362 137 263	48,66
Imposto sobre veículos	4 052 103	0,54
Imposto sobre o tabaco	48 163 329	6,47
Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas	7 683 309	1,03
Imposto selo	28 139 636	3,78
Outros impostos indiretos s/consumo	4 939	
Jogo	1 651 941	
Imposto único de circulação	7 165 513	0,96
Impostos indiretos diversos	-	-
Total Impostos Indiretos	505 842 602	67,97
Total Receita Fiscal	744 222 389	100,00

Os Impostos Diretos, no valor de 238,3 milhões de euros (32,0% do total), são constituídos, sobretudo, pelo IRS e IRC, que representam, respetivamente, 26,1% e 5,8% da Receita Fiscal.

Os Impostos Indiretos, num total de 505,8 milhões de euros (68,0% da Receita Fiscal), são constituídos, essencialmente pelo IVA (362,1 milhões de euros), ISP (46,8 milhões de euros) e Imposto sobre o Tabaco (48,1 milhões de euros).

Quadro 5 - Evolução dos Principais Impostos (2014-2022)

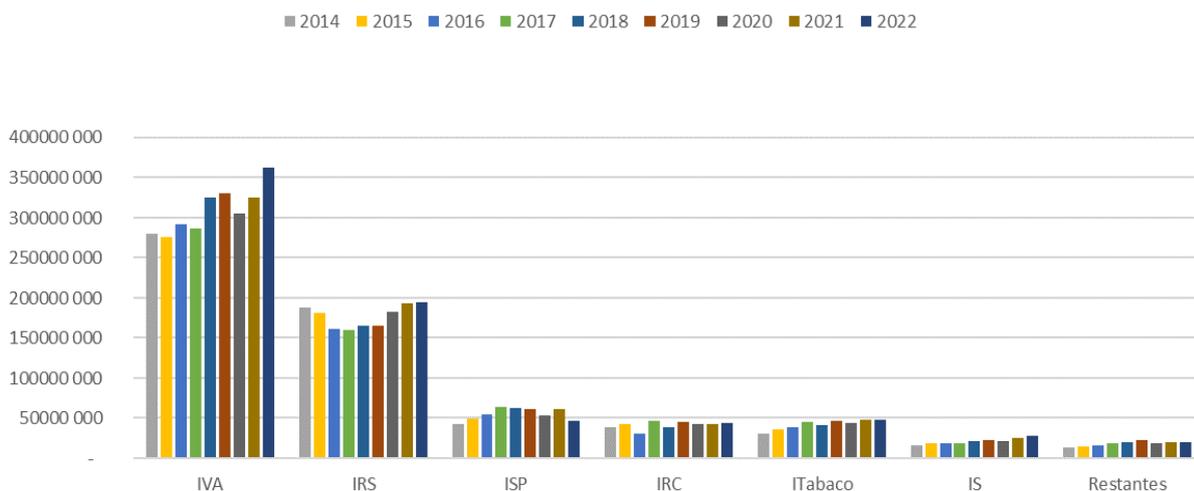
Quadro 5 - Evolução dos Principais Impostos (2014-2022)

IMPOSTOS	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IVA	279 357 461	276 585 589	292 460 343	286 089 233	325 052 610	330 974 646	304 773 963	324 667 164	362 137 263
IRS	188 423 714	181 742 958	160 869 900	160 583 496	165 307 290	165 363 726	182 831 509	193 764 716	194 946 728
ISP	42 861 534	49 416 292	55 079 177	63 810 441	63 118 225	60 728 128	53 540 292	61 907 219	46 844 571
IRC	38 934 901	43 153 779	30 545 201	46 373 559	39 058 280	44 689 020	43 310 273	42 366 016	43 433 059
ITabaco	30 220 409	35 857 721	38 038 910	45 435 025	41 700 493	47 172 245	44 337 449	47 437 759	48 163 329
IS	16 117 465	19 090 540	18 954 582	18 345 926	21 140 949	22 728 714	21 037 665	25 929 767	28 139 636
Restantes	13 398 727	14 202 165	16 241 380	18 767 040	19 991 718	22 883 130	18 195 502	19 853 403	20 557 803
Total	609 314 211	620 049 043	612 189 493	639 404 720	675 369 565	694 539 610	668 026 654	715 926 043	744 222 389

Em comparação com o ano anterior, houve um aumento das receitas fiscais de 28,2 milhões de euros (+4%), merecendo nota de destaque o aumento de 37,4 milhões de euros das receitas com o IVA (+12%), seguidos do IS em 2,2 milhões de euros (+9%), do IRS em 1,1 milhões de euros (+1%), IRC em 1 milhão (+3%), ITabaco em 0,7 milhões de euros (+2%) e nos restantes impostos receitas de 0,7 milhões de euros (+4%).

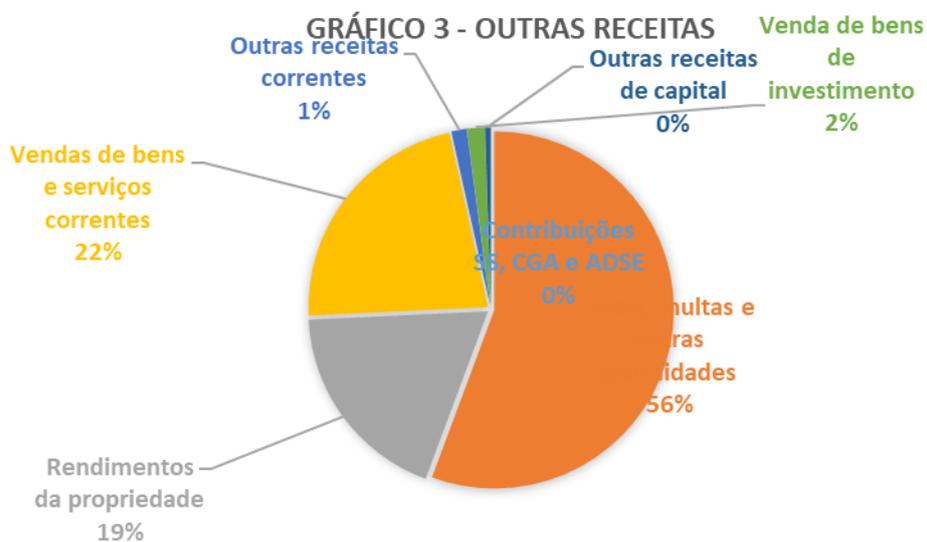
Pelo contrário, registou-se o um decréscimo de 15 milhões de euros do ISP (-24%).

Gráfico 2 – Evolução dos Principais Impostos (2014-2022)



Quadro 6 - Outras Receitas

Euro		
Outras Receitas	Valor	%
Contribuições SS, CGA e ADSE	-	-
Taxas, multas e outras penalidades	10 001 732	55,65
Rendimentos da propriedade	3 343 070	18,60
Vendas de bens e serviços correntes	4 003 795	22,28
Outras receitas correntes	246 579	1,37
Venda de bens de investimento	285 690	1,59
Outras receitas de capital	91 878	0,51
Total	17 972 744	100,00



Nas Outras Receitas, no valor de 17,9 milhões de euros, destacam-se as taxas, multas e outras penalidades, com 55,6% do total e a venda de bens e serviços correntes, com 22,2% do total.

➤ **Transferências**

As Transferências, num total de 389,4 milhões de euros, provieram do Orçamento do Estado (75%) e da União Europeia (25%).

Quadro 7 – Transferências

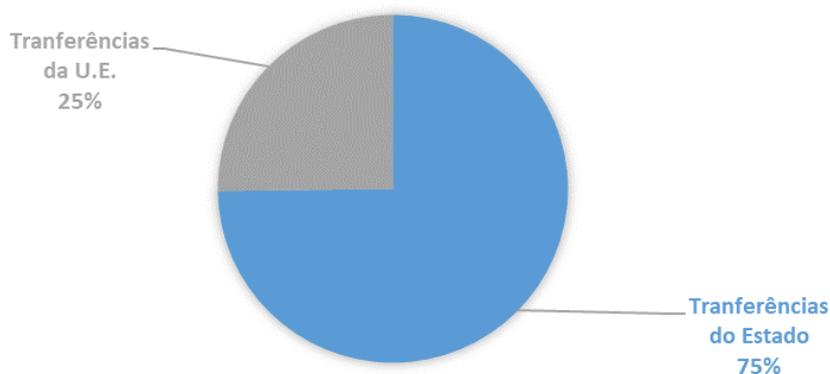
Quadro 7 - Transferências		
Transferências		Valor (€)
Estado	Subsídio Social de Mobilidade	10 052 445
	Princípio da Solidariedade	181 442 734
	Fundo de Coesão	99 769 615
	Sub-total	291 264 794
União Europeia	FEDER	78 737 210
	FSE	-
	FCOESAO	-
	FEADER - PRORURAL	287 170
	FEAMP - MAR 2020	734 668
	PRR	14 533 167
	Outros Fundos	3 934 697
	Sub-total	98 226 913
Total	389 491 707	

As Transferências do Orçamento do Estado atingiram o montante de 291,2 milhões de euros, das quais, as transferências ao abrigo do Princípio da Solidariedade, com 181,4 milhões de euros, as do Fundo de Coesão, com 99,7 milhões de euros e as transferências relativas às obrigações de serviço público, no valor de cerca de 10 milhões de euros.

Nas Transferências da União Europeia, no montante total de 389,4 milhões de euros, assume maior peso a verba proveniente do FEDER, com 78,7 milhões de euros, o PRR, com 14,5 milhões de euros e de Outros Fundos, com 3,9 milhões

de euros, bem como a verba do FEAMP, no valor de 0,73 milhões de euros e FEADER – PRORURAL 0,28 milhões de euros.

GRÁFICO 4 - TRANSFERÊNCIAS



As Transferências do Estado representam 75% do total, enquanto as Transferências da União Europeia atingem 25%.

➤ **Passivos Financeiros**

Os Passivos Financeiros, no ano de 2022 registados na Conta da Região Autónoma dos Açores foram 455 milhões de euros.

B) DESPESA

A despesa global consolidada do sector público administrativo regional, em 2022, atingiu o valor de 2.455,2 milhões de euros, dos quais 1.805,9 milhões de euros dizem respeito a despesas correntes e 649,2 milhões de euros a despesas de capital.

Quadro 8 - Despesa do Sector Público Administrativo Regional

Quadro 8 - Despesa do Sector Público Administrativo Regional				
Euros				
Designação	Administração Regional Direta ARD	Serviços e Fundos Autónomos SFA	Entidades Públicas Reclassificadas EPR	Sector Público Administrativo Regional (Consolidado)
Despesas Correntes				
Despesas com Pessoal	136 836 696	331 180 997	151 321 312	619 339 006
Aquisição de Bens e Serviços	102 582 897	97 611 548	124 489 781	324 684 227
Juros e Outros Encargos	39 762 463	1 065 795	771 947	41 600 206
Transferências [a)]	708 220 932	62 620 626	425 894	771 267 453
Subsídios	3 161 376	28 728 845	503 675	32 393 897
Outras Despesas	13 778 510	676 480	2 184 856	16 639 846
Total Despesas Correntes	1 004 342 875	521 884 292	279 697 466	1 805 924 633
Despesas de Capital				
Aquisição de Bens	50 411 817	6 717 149	13 081 482	70 210 448
Transferências [a)]	262 414 104	1 906 376	247 435	264 567 915
Ativos Financeiros	62 023 471	40 618	75 713	62 139 802
Passivos Financeiros	246 065 959	-	6 178 089	252 244 048
Outras Despesas	109 000	-	-	109 000
Total Despesas de Capital	621 024 351	8 664 143	19 582 718	649 271 213
Total da Despesa	1 625 367 226	530 548 436	299 280 184	2 455 195 846
Despesa Efetiva (1)	1 317 277 796	530 507 818	293 026 382	2 140 811 996
Despesa Primária (2)	1 277 515 333	529 442 023	292 254 435	2 099 211 791
Despesa Corrente Primária (3)	964 580 412	520 818 497	278 925 519	1 764 324 427

a) valor não corresponde ao somatório, porque são deduzidas as transferências intra-externas.

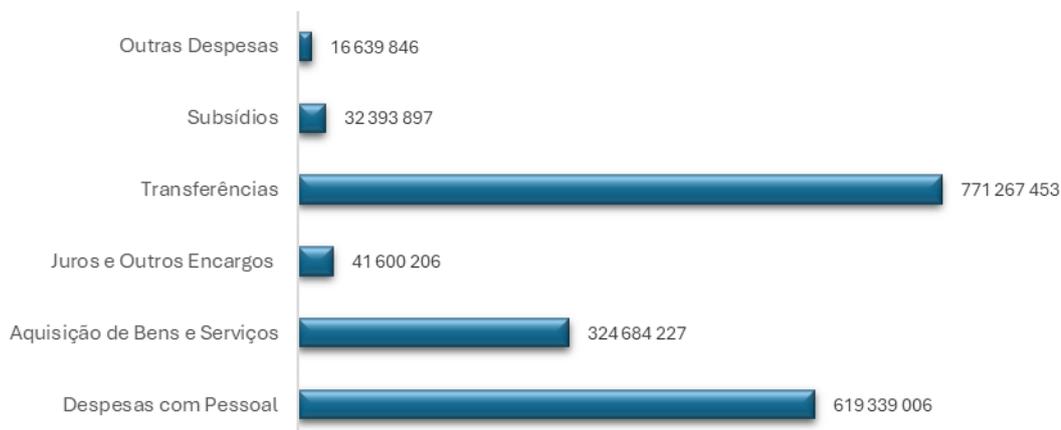
(1) - Total da Despesa menos os Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros

(2) - Despesa Efetiva menos os Juros e Outros Encargos

(3) - Despesa corrente menos os Juros e Outros Encargos

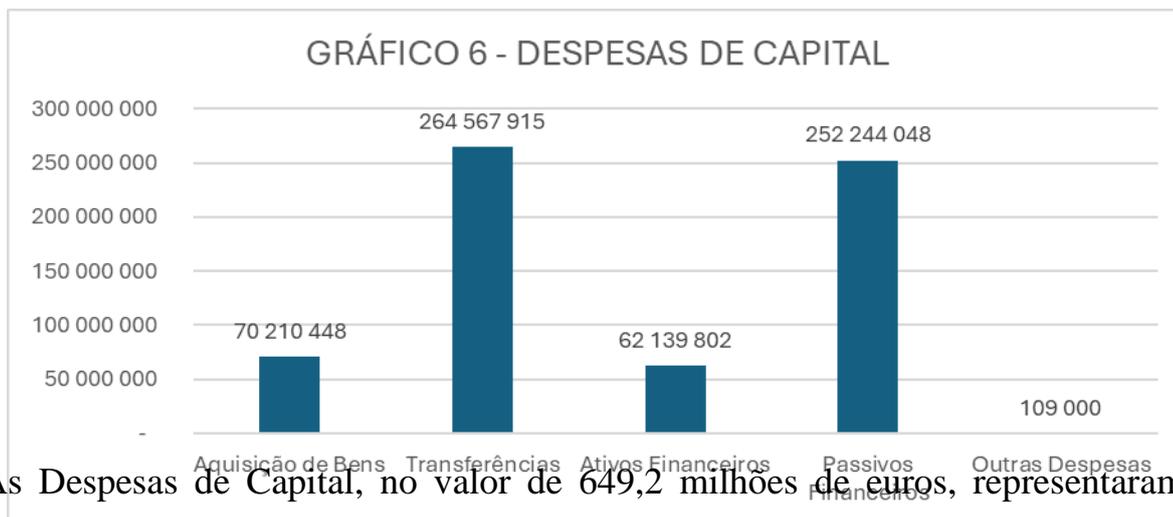
Nas despesas correntes, destacam-se os 619,3 milhões de euros de despesas com pessoal, que representaram 34,3% do total destas e os 324,6 milhões de euros afetos à aquisição de bens e serviços, que equivaleram a 18% deste agregado.

GRÁFICO 5 - DESPESAS CORRENTES



No que concerne às despesas de capital, destacam-se as transferências, 264,5 com milhões de euros (40,7%), os passivos financeiros, com 252,2 milhões de euros (38,9%) e aquisições de bens, com 70,2 milhões de euros (10,8%).

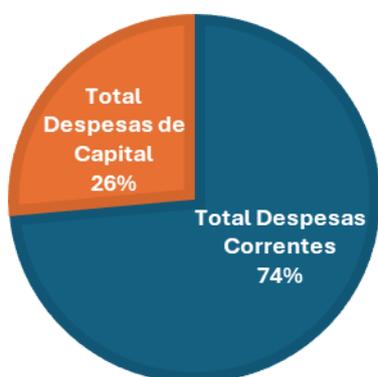
GRÁFICO 6 - DESPESAS DE CAPITAL



As Despesas de Capital, no valor de 649,2 milhões de euros, representaram 26% da Despesa Total, enquanto as Despesas Correntes, com 1.805,9 milhões

de euros, atingiram 74%.

GRÁFICO 7 - DESPESAS



Despesa Efetiva (total das despesas menos os ativos e passivos financeiros) atingiu o valor de 2.140,8 milhões de euros, enquanto a Despesa Primária (despesa efetiva menos os juros e outros encargos) foi de 2.099,2 milhões de euros.

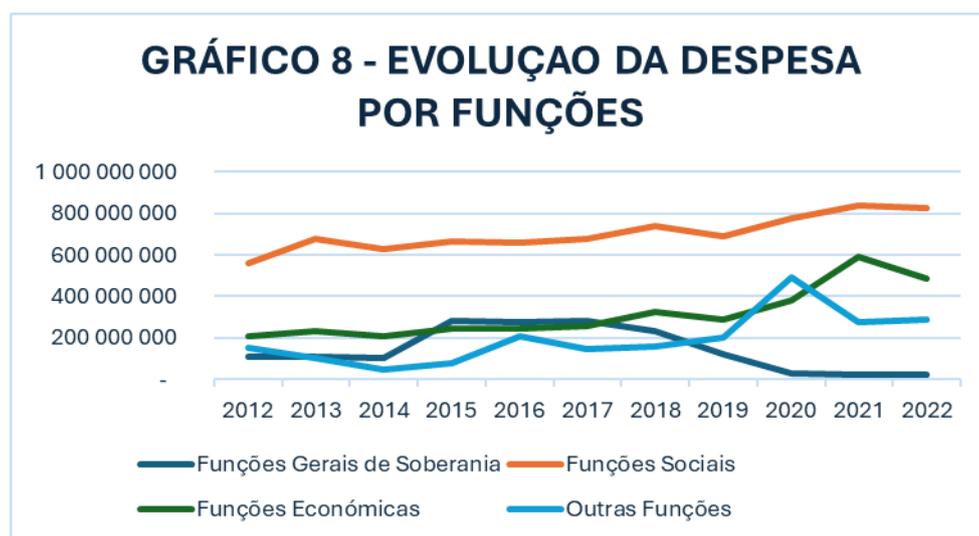
A despesa total da Administração Regional Direta atingiu os 1.625,3 milhões de euros, incluindo os passivos financeiros e operações extraorçamentais.

Quadro 9 - Evolução da Despesa da Administração Regional Direta por Funções

	Euro			
	2019	2020	2021	2022
Funções Gerais de Soberania	121 889 877	28 269 200	22 057 841	23 660 997
Funções Sociais	687 105 423	778 059 064	836 333 941	827 637 755
Funções Económicas	288 030 860	379 038 140	593 129 481	488 286 756
Outras Funções	202 838 111	494 296 165	277 343 156	285 781 719
Total	1 299 864 270	1 679 662 569	1 728 864 419	1 625 367 226

As funções sociais, com 50,9% do total da despesa, (827,6 milhões de euros) representam a maior proporção dos gastos da Administração Pública Regional, onde se incluem a Saúde e a Educação.

Seguem-se, em termos de representatividade, as outras funções, com 17% (285,7 milhões de euros), as funções económicas, onde se incluem a agricultura, as pescas, os transportes e comunicações, com 488,2 milhões de euros (30%) e as funções gerais de soberania, com 23,6 milhões de euros (1,5%).

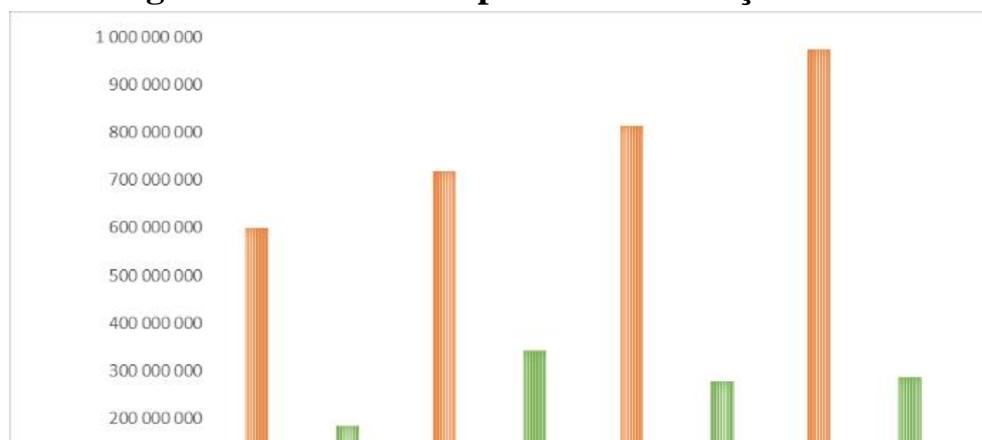


- **Pagamentos efetuados pela Administração Pública Direta** A rubrica Redistribuição de Verbas absorve 62,3% dos pagamentos efetuados, logo seguida da rubrica Operações de Dívida Direta, com 18,3% e Despesas com o Pessoal, com 8,8% do total dos pagamentos.

Quadro 10 – Pagamentos efetuados pela Administração Pública Direta

Quadro 11 - Pagamentos efetuados pela Administração Regional Direta								
Agrupamentos Económicos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Redistribuição de Verbas	599 858 152	572 659 182	561 749 041	612 480 792	600 460 775	717 230 996	814 402 814	973 796 412
Outras Despesas	11 334 126	11 986 467	12 614 866	13 073 888	13 386 615	13 094 048	13 365 512	13 887 510
Aquisição de Bens e Serviços	53 289 705	80 115 268	92 831 557	94 233 507	91 596 482	111 197 729	100 906 239	102 582 897
Aquisição de Bens de Capital	43 113 796	49 001 255	61 535 791	57 388 062	45 822 031	47 547 387	47 994 480	50 411 817
Operações de Dívida Direta	33 229 714	153 613 461	88 030 480	96 649 329	184 745 363	342 851 128	277 411 261	285 828 422
Despesas c/ o Pessoal	306 197 793	313 253 614	320 564 573	320 297 608	120 884 696	127 833 910	128 586 627	136 836 696

Gráfico 9 – Pagamentos Efetuados pela Administração



➤ **Despesa da Administração Pública Indireta**

No que se refere à Despesa da Administração Regional Indireta, esta atingiu os 829,8 milhões de euros em 2022, dos quais 530,5 milhões de euros dos SFA-Serviços e Fundos Autónomos (63,9%) e 299,8 milhões de euros relativos às EPR-Entidades Públicas Reclassificadas (36,1%).

Quadro 11 - Despesa Administração Regional Indireta

Euro

Despesa	Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas Reclassificadas	Total
Despesas Correntes	521.884.292	279.697.466	801.581.758
Despesas de Capital	8.664.143	19.582.718	28.246.862
Total	530.548.436	299.280.184	829.828.620

Face ao total das despesas, cerca de 801,5 milhões de euros resultam das Despesas Correntes (96,6%), enquanto os restantes 28,2 milhões de euros tiveram origem nas Despesas de Capital (3,4%).

O saldo orçamental em 2022, foi deficitário em 152,9 milhões de euros.

C) Operações Extraorçamentais

As operações extraorçamentais registaram uma execução de 230,4 milhões de euros, dos quais 203,3 milhões de euros referentes a Outras Operações de Tesouraria e 27,1 milhões de euros referente a Operações de Tesouraria.

D) Plano de Investimentos

O valor global do Investimento Público previsto, para 2022, ascendeu a 781,4 milhões de euros, tendo sido executados 517,2 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 66,2%.

Quadro 12 - Execução Financeira do Plano de Investimentos – 2022

Quadro 13 - Execução Financeira do Plano de Investimentos - 2022						
Nº	Objetivo / Programa	Dotação Revista		Executado		Tx Exec
		Euro	%	Euro	%	%
Políticas para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades						
		213 151 647	27,28	161 745 589	31,28	75,88
2	Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	56 222 273	7,20	39 528 309	7,64	70,31
3	Competitividade Empresarial e Administração Pública	165 000	0,02	149 011	0,03	90,31
4	Educação	40 105 130	5,13	33 305 617	6,44	83,05
5	Saúde, Desporto e Proteção Civil	45 903 584	5,87	37 235 907	7,20	81,12
7	Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	91 832	0,01	47 036	0,01	51,22
8	Cultura, Ciência e Transição Digital	6 187 248	0,79	4 700 519	0,91	75,97
10	Transportes, Turismo e Energia	113 066	0,01	64 452	0,01	57,00
11	Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	31 348 893	4,01	26 273 995	5,08	83,81
12	Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	33 014 621	4,23	20 440 743	3,95	61,91
Um Futuro Mais Digital e Ecológico no Seio da Sociedade do Conhecimento						
		282 092 481	36,10	137 759 991	26,64	48,84
2	Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	52 416 232	6,71	35 803 790	6,92	68,31
3	Competitividade Empresarial e Administração Pública	42 790 500	5,48	44 970	0,01	0,11
5	Saúde, Desporto e Proteção Civil	1 611 680	0,21	1 343 885	0,26	83,38
6	Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	62 519 265	8,00	49 200 726	9,51	78,70
7	Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	23 338 025	2,99	15 426 830	2,98	66,10
8	Cultura, Ciência e Transição Digital	11 085 496	1,42	5 270 599	1,02	47,54
9	Ambiente, Alterações Climáticas e Território	19 971 409	2,56	11 305 309	2,19	56,61
10	Transportes, Turismo e Energia	45 897 664	5,87	4 009 195	0,78	8,74
11	Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	11 421 000	1,46	8 509 822	1,65	74,51
12	Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	11 041 210	1,41	6 844 865	1,32	61,99
Uma Governação ao Serviço das Pessoas, próxima e Transparente						
		93 485 178	11,96	66 763 973	12,91	71,42
1	Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1 544 500	0,20	1 046 435	0,20	67,75
2	Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	3 254 987	0,42	2 500 112	0,48	76,81
3	Competitividade Empresarial e Administração Pública	13 728 455	1,76	7 867 517	1,52	57,31
11	Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	36 296 214	4,65	36 243 985	7,01	99,86
12	Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	38 661 022	4,95	19 105 924	3,69	49,42
Afirmar os Açores no Mundo						
		192 623 860	24,65	150 868 624	29,17	78,32
1	Informação, Comunicação e Cooperação Externa	511 349	0,07	219 800	0,04	42,98
2	Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	3 136 321	0,40	2 144 359	0,41	68,37
7	Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	699 858	0,09	334 644	0,06	47,82
10	Transportes, Turismo e Energia	184 596 407	23,63	146 520 918	28,33	79,37
12	Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	3 679 925	0,47	1 648 903	0,32	44,81
TOTAL		781 353 166	100,00	517 138 177	100,00	66,18

E) COVID-19

No âmbito da pandemia COVID-19 e das correspondentes medidas de combate e mitigação do risco, o valor pago em 2022 ascende 42 132 522,03€.

F) FURACÃO LORENZO

Na proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022 foram tidas em conta as seguintes transferências: 10 milhões de euros relativos aos montantes pagos aos operadores pela prestação de serviço público no transporte inter-ilhas e 35 milhões de euros destinados aos apoios financeiros para fazer face aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo.

Contudo, o Orçamento do Estado para 2022 não contemplou os apoios financeiros para fazer face aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo.

G) PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)

No que respeita ao Plano de Recuperação e Resiliência – Açores, foram transferidos 97, 2 milhões de euros até 31-12-2022, dos quais 75,4 milhões de euros em 2021 e 21,8 milhões de euros em 2022. Nestes dois anos foram executados 29,3 milhões de euros.

A Conta refere que a execução do Plano de Recuperação e Resiliência – Açores foi condicionada pela «(...) instabilidade económica e a crise energética, agravada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, com reflexo ao nível da escassez de mão de obra, matérias-primas e outros materiais nos mercados regional, nacional e mundial, que levaram à subida generalizada dos preços, os quais vieram a refletir-se em atrasos nos procedimentos de contratação pública e concursos desertos».

Na conta bancária relativa ao Plano de Recuperação e Resiliência – Açores foram creditados 21,7 milhões de euros em 2022, dos quais 14,5 milhões de euros contabilizados como receita da Região Autónoma dos Açores, sendo

que a diferença, no montante de 7,2 milhões de euros, consta do saldo na respetiva conta bancária a 31-12-2022.

(em Euro)

Anos	Recebido	Adiantamento/Pago	Saldo
2021	75 399 997,72	8 310 450,00	67 089 547,72
2022	21 750 000,00	14 533 167,12	7 216 832,88
Total	97 149 997,72	22 843 617,12	74 306 380,60

Fonte: Conta da Região de 2021 e 2022 e [Relatório de Auditoria ao Plano de Recuperação e Resiliência – Açores](#).

valor que foi registado como receita na conta da região, correspondente às ordens de pagamento do gestor de programa foi de 14.533.167,12 € (Quadro da página 21 da conta da região)

O valor de execução financeira efetuado pelas entidades beneficiárias finais foi de 20.952.684,93€ (este valor entra-se no volume da conta região página 25).

H) Dívida Pública e outras responsabilidades

A Dívida total do sector público administrativo regional, reportada ao final de 2022, ascendia a, pelo menos, 3.108,4 milhões de euros, evidenciando um agravamento de 472 milhões de euros (+17,9%) comparativamente ao ano anterior.

De acordo com o Orçamento 2022, o Governo Regional estava autorizado a contrair empréstimos, incluindo créditos bancários, até ao montante de 455 milhões de euros, dos quais, em termos previsionais, 303 milhões de euros respeitavam a operações de refinanciamento e 152 milhões de euros ao financiamento de projetos com participação de FEEI, para colmatar os efeitos económicos e sociais provocados pela pandemia da Covid-19 e à regularização de pagamentos em atraso.

O Governo também ficou autorizado a assumir integralmente a dívida financeira resultante dos processos de extinção/liquidação das empresas públicas regionais.

Foi ainda autorizada a realização de operações de locação financeira, até ao montante de 3,5 milhões de euros.

Foi efetuada uma emissão obrigacionista em 2022 no montante de 455 milhões de euros.

De acordo com a informação divulgada na Conta, a parcela dos recursos provenientes da emissão obrigacionista no total de 152 milhões de euros, destinados ao financiamento de projetos com participação de fundos europeus e para fazer face aos efeitos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19, foi alocada do seguinte modo:

- ações com cofinanciamento europeu – 52 milhões de euros;
- medidas de combate aos danos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19 – 100 milhões de euros.

Sobre esta matéria o Tribunal de Contas refere que relativamente ao montante de 52 milhões de euros, não se comprova que foi efetivamente aplicado em ações com cofinanciamento europeu. Idêntica circunstância ocorre com as verbas que terão sido despendidas com as medidas destinadas a dar resposta aos efeitos da crise pandémica da COVID-19.

O montante máximo acumulado das emissões vivas de dívida flutuante ascendeu a 90,4 milhões de euros, tendo sido cumprido o limite legal estabelecido no artigo 39.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

A regra do limite à dívida regional prevista no artigo 40.º, n.º 1, da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, manteve-se suspensa em 2022 devido aos efeitos da pandemia da COVID-19.

O limite anual fixado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para a emissão de dívida fundada com recurso à contratação de empréstimos, incluindo créditos bancários, foi excedido em 132,7 milhões de euros.

De acordo com o Tribunal de Contas o Governo Regional continua a não cumprir o disposto no artigo 27.º, alínea V), subalínea 1), da Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, na medida em que não demonstra a aplicação que foi conferida ao produto dos empréstimos contraídos pelas entidades que integram o perímetro orçamental.

No pressuposto de que o produto do empréstimo obrigacionista foi efetivamente aplicado nas finalidades previstas, conclui-se que as operações de crédito contraídas pela Administração Regional direta cumprem o limite anual para o aumento do endividamento líquido fixado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A dívida de 3,9 milhões de euros do Clube de Golfe da Ilha Terceira assumida pela Ilhas de Valor, S.A., não integra o elenco das operações de financiamento autorizadas pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores de 2022 (refinanciamento ou financiamento de projetos com participação de fundos comunitários e para fazer face aos efeitos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19).

Para além disso, a assunção desta dívida implicou o aumento do endividamento líquido, contrariando o estabelecido no Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022 (artigo 17.º, alínea d), do Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro).

Quadro 13 - Dívida Financeira

milhares
Euro

Entidades	Total		Variação 2021-2020		
	2021	2022	Absoluta	Relativa %	
Administração Regional Direta e SFA (1)	2.400.371	2.811.526	411.155	17,13	
EPR Entidades Públicas Reclassificadas (2)	IROA	2.947	2.559	388	13,15
	Hospital DES PDL	-	-	-	-
	Hospital SE Terceira	-	-	-	-
	Hospital Horta	-	-	-	-
	ENTA	-	-	-	-
	Ilhas de Valor	11.456	500	10.956	95,64
	Atlanticoline	500	14.005	13.505	2.701,00

AAFTH	-	-	-	-
Teatro Micaelense	486	486	-	-
AVAE	-	-	-	-
PJCSC	-	-	-	-
Azorina	6.181	-	6.181	100,00
Sub-total (2)	21.570	17.550	4.019	18,63
Total Dívida Financeira (1) + (2)	2.421.942	2.829.076	407.135	16,81

No final do ano económico de 2022, a dívida financeira ascendia 2.829,1 milhões de euros, um aumento de 16.81%, relativamente a 2021.

Quadro 14 - Dívida Não Financeira

milhares Euro

Entidades	Total		Variação	
	2021	2022	Absoluta	Relativa %
Serviços Integrados				

	52.396	94.293	41.897	80,0
Serviços e Fundo Autónomos (menos SRSaúde)	4.491	9.964	5.473	121,9
SRSaúde	18.830	37.465	18.635	99,0
Sub-total (Administração Regional Direta e SFA)	75.717	141.722	66.004	87,2
Associação Açoriana Formação Turística e Hoteleira	-	-	-	-
Associação Nonagon	-	-	-	-
IROA	14	97	83	594,8
AVEA	731	332	400	120,5
Hospital DES PDL	63.700	77.392	13.692	21,5
Hospital SE Terceira	31.378	37.046	5.668	18,1
Hospital Horta	13.938	20.416	6.478	46,5
Ilhas de Valor	66	1.196	1.131	1.726,3
Atlanticoline	666	826	160	24,0
ATA	-	-	-	-

Teatro Micaelense	36	62	26	73,4
Pousada da Juventude Caldeira Santo Cristo	1	3	2	416,7
AZORINA	45	-	45	100,0
ADFMA	-	134	134	100,0
Escola de Novas Tecnologias	4	36	32	781,2
Observatório do Turismo dos Açores	3	6	3	94,5
Sub-total (Entidades Públicas Reclassificadas)	110.582	137.546	26.964	24,4
Outras*	28.100	-	28.100	100,0
Total	214.399	279.268	64.868	30,3

* A Conta de 2021 sobre a dívida total do sector público administrativo regional foi incompleta, pois em relação à dívida não financeira limitou-se a considerar a dívida comercial já vencida, omitindo as restantes obrigações que integravam o passivo exigível, no montante de, pelo menos, 24 milhões de euros, a que acresceu uma verba de 4,1 milhões de euros, relativa às responsabilidades emergentes dos contratos-programa celebrados com a Diocese de Angra informação que, apesar de divulgada, não foi considerada para o efeito.

A dívida não financeira, no final de 2022, ascendia a 279,3 milhões de euros, um aumento de 30,3% face ao ano anterior.

➤ **Avales**

No final de 2022, a responsabilidades da Região com avales atingiu os 326,4 milhões de euros.

As EPR - Entidades públicas não reclassificadas, com 314,4 milhões de euros, representam 96,3% do total dos avales.

Quadro 15 - Avales

milhares Euro

Mutuário	31-12-2021	31-12-2022
EPR - Entidades públicas reclassificadas:		
IROA	2.947	2.559
Ilhas de Valor		

	10.481	9.009
Hospital da Horta	-	-
Hospital de Santo Espírito - Terceira	-	-
Hospital Divino Espírito Santo - PDL	-	-
Teatro Micaelense, S.A.	486	486
Azorina	4.817	-
Subtotal (1)	18.730	12.054
Entidades públicas não reclassificadas:		
EDA	27.911	25.446
Lotaçor	29.763	15.616
Portos dos Açores	69.770	73.262
SATA	267.500	200.000
Subtotal (2)	394.944	314.324
Total (3) = (1) + (2)	413.674	326.378

➤ **Cartas de Conforto**

Quadro 16 - Variação das responsabilidades com Cartas Conforto

2022	2021	2020	2019	2018	Variação	
23.028.116	60.313.415	79.087.967	173.860.718	188.751.443	-37.285.299	-162%

A 31 de dezembro de 2022, a responsabilidade da RAA com cartas de conforto cifrou-se em 23 milhões de euros, menos 37,3 milhões face ao mesmo período de 2021. As entidades beneficiárias com maior representatividade nesta variação foram o grupo SATA, com menos 31,1 milhões de euros, e a Santa Catarina, S.A., com menos 6,4 milhões de euros. A UNILEITE, CRL constitui-se como a principal beneficiária desta natureza de garantia, concentrando cerca de 43% do total de responsabilidades, seguida pela UNIQUEIJO, CRL e pela Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, CRL.

➤ **Parcerias Público Privadas (PPP) da RAA**

O valor atual dos encargos previstos, com referência a 31.12.2022, totaliza 640,8 milhões de euros, dos quais 494,0 milhões de euros respeitam à concessão rodoviária e os restantes 146,8 milhões de euros à concessão do setor da saúde.

O atual contexto inflacionista tem repercussões ao nível da execução financeira desta tipologia de contratos, resultando no agravamento das

correspondentes responsabilidades futuras, como se denota no caso da concessão para a gestão do edifício do Hospital da Ilha, Terceira, em que atinge os 3,2 milhões de euros.

Esse efeito é também notório na concessão rodoviária, sendo, contudo, totalmente absorvido e suplantado pelo facto de a Concessionária da SCUT de S. Miguel ter revisto em baixa a previsão do montante a receber a título de reposição do equilíbrio financeiro para 12,1 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 29,3 milhões de euros comparativamente ao valor inicial que constava das projeções do ano anterior.

Pelo exposto, no cômputo geral, há de facto um desagravamento homólogo desta natureza de responsabilidades em 7,3 milhões de euros.

I) Património

▪ **Património Não Financeiro**

No final do ano de 2022, o valor líquido do Património Não Financeiro da RAA atingiu os 1.150,7 milhões de euros.

A afetação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e equipamento de transporte, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional.

Quadro 17 - Património Não Financeiro da RAA

Euros

Bens	Ativo Bruto	Ativo Líquido 31/12/2021	Ativo Líquido 31/12/2022
Móveis	337.708.384	90.889.771	91.556.994
Imóveis	1.334.161.818	995.784.775	1.054.539.853
Equipamento de Transporte	24.856.858	4.139.456	4.580.364

Totais	1.696.727.060	1.090.814.002	1.150.677.210
---------------	----------------------	----------------------	----------------------

▪ **Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros da Região Autónoma dos Açores são constituídos por participações financeiras, por créditos resultantes de empréstimos concedidos e participação num fundo.

No final de 2022, a carteira de ativos financeiros da Região Autónoma dos Açores ascendia a 307,2 milhões de euros, dos quais 281,9 milhões de euros respeitam a participações financeiras, 11,7 milhões de euros a créditos concedidos e 13,6 milhões de euros a outros ativos financeiros. No total, os ativos financeiros atingem os 307,2 milhões de euros.

Quadro 18 - Posição da carteira de participações financeiras

Designação	Participações financeiras em:			
	EPR	Sociedades não financeiras Públicas	Instituições s/ fins lucrativos Públicos	Subtotal
Administração Regional Direta	164.025.048	104.637.187	825.762	269.487.997
Administração Regional Indireta e S.F. Autónomas (SFA)	12.450.425	-	-	12.450.425

	176.475.47	104.637.18		
Total	3	7	825.762	281.938.422

▪ **Entidades controladas pela Região Autónoma dos Açores**

A Região Autónoma dos Açores detém participações financeiras, diretas e indiretas, em 26 empresas, em entidades públicas empresariais e em instituições sem fins lucrativos públicas.

No decorrer do ano 2022 foram realizadas as seguintes alterações na composição do SPER:

Liquidação da Sinaga, S.A. determinada pelo DLR n.º 30/2021/A, de 19 de outubro, e ocorrida a 3 de janeiro de 2023;

□ Participação direta em 31,68% no capital social da Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, Lda., concretizada a 26 de dezembro, em resultado da liquidação da Sinaga, S.A.;

□ Alienação da Naval Canal Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda., ocorrida a 31 de outubro, autorizada pela RCG n.º 178/2021, de 22 de julho.

Quadro 19 - Entidades controladas pela RAA

		percentagem
RAA - Região Autónoma dos Açores	Saúde	HDESPDL - 100% HSEIT - 100% HH - 100%
	Transportes Aéreos	Sata Air Açores SA - 100%
		Sata Internacional - 100% Sata Gestão Aeródromos - 100% AZORES EXPRESS INC. USA - 100% AVEA - 4,39% Ass. RAEGE Açores - 14,29%
	Energia	EDA - 50,10%
		Segma - 90% Eda Renováveis - 99,68% Globaleda - 74,9% NOS Açores - 6,18% INOVA - 0,39% Fund Eng José Correia - 29,85%
	Portos e Transportes marítimos	Portos dos Açores - 100%
		Operpdl, Lda - 20% Operterceira, Lda - 20% Opertri, Lda - 20%
		Atlânticoline, SA - 100%
		Azorina - 100% (em liquidação)
		Lotaçor - 100% Santa Catarina - 100%
	Agricultura, Pescas e Ambiente	IROA - 100%
		Sinaga - 100% (em liquidação)
		Melo Abreu, Lda - 31,68%
	Serviços diversos	Ilhas de Valor - 100% PJCS - 60,87%
	Cultura	Teatro Micaelense - 99,81%
	Instituições s/fins lucrativos	INOVA - 65,59% AVEA - 91,23% OTA - 55,56% Nonagon - 70% Ass. GEOAÇORES - 78,95% Associação RAEGE Açores - 85,71% ADFMA - 53,85% CALL - Centro Açoriano Leite e Laticínios CERCA Associação PCTTER Associação AD AIR CENTRE

Quadro 20 - Participações financeiras da RAA

Diretas

Euro

Sector de Atividade	2021		2022		Peso %	Var. Anual	
	Nº	Valor	Nº	Valor		(€)	(%)
Agricultura, pescas e ambiente	4	10.923.320	4	12.568.987	5%	1.645.667	15,1%
Energia	4	35.070.000	1	35.070.000	13%	-	0,0%
Habituação e Obras Públicas		-		-	0%	-	0,0%
Portos e Transportes Marítimos	2	47.384.100	2	47.384.100	18%	-	0,0%
Saúde	3	148.059.038	3	148.059.038	55%	-	0,0%
Transportes Aéreos	1	16.809.500	1	16.809.500	6%	-	0,0%
Cultura	1	4.220.610	1	4.220.610	2%	-	0,0%
Turismo		-		-	0%	-	0,0%
Serviços Diversos	1	4.550.000	1	4.550.000	2%	-	0,0%
Instituições s/fins lucrativos	7	590.762	7	825.762	0%	235.000	39,8%
Total	23	267.607.330	20	269.487.997	100%	1.880.667	0,7%

Indiretas

Sector de Atividade	Devidas por Entidades Públicas Reclassificadas						
	2021		2022		Peso %	Var.	
	Nº	Valor	Nº	Valor		(€)	(%)
Agricultura, pescas e ambiente	0	-		-	0%	-	0,0%
Energia	0	-		-	0%	-	0,0%
Habituação e Obras Públicas	0	-		-	0%	-	0,0%
Portos e Transportes Marítimos	0	-		-	0%	-	0,0%
Saúde	0	-		-	0%	-	0,0%
Transportes Aéreos	0	-		-	0%	-	0,0%
Cultura	1	8.000.425	1	8.000.425	3%	-	0,0%
Turismo	0	-		-	0%	-	0,0%
Serviços Diversos	1	4.450.000	1	4.450.000	2%	-	0,0%
Instituições s/fins lucrativos	0	-		-	0%	-	0,0%
Total	2	12.450.425	2	12.450.425	5%	-	0,0%

O setor da Saúde continua a ter o maior volume de participações, com 148,1 milhões, seguido do setor Portos e Transportes Marítimos, com 47,4 milhões de euros, Energia, com 35,1 milhões de euros e os Transportes Aéreos, com 16,8 milhões de euros.

J) Fluxos Financeiros

O somatório da despesa classificada em transferências correntes e de capital, subsídios e ativos financeiros, no sector público administrativo regional, ascendeu a 1.130 milhões de euros. Através da análise comparativa de diversos mapas da Conta, incluindo o Quadro A27, validou-se 1 037 milhões de euros (92%).

Do montante validado, 743,7 milhões de euros (72%) destinaram-se a entidades do perímetro orçamental (serviços e fundos autónomos e entidades públicas reclassificadas) e 293,8 milhões de euros (28%) a entidades externas ao perímetro (privados, empresas públicas não reclassificadas, administração

(em Euro e em percentagem)

Entidades	Montante	Estrutura (%)
Entidades do perímetro	743 668 812,08	72%
Serviços e fundos autónomos	475 092 508,72	46%
Entidades públicas reclassificadas	268 576 303,36	26%
Entidades externas ao perímetro	293 847 762,83	28%
Privados	150 477 817,77	15%
Empresas públicas não reclassificadas	130 647 311,58	13%
Administração local	7 714 173,41	1%
Administração central	4 451 419,76	0%
Instituições sem fins lucrativos públicas	557 040,31	0%
Total	1 037 516 574,91	100%

Fonte: Conta da Região de 2022, volumes I e II, e Quadro A27.

local, administração central e instituições sem fins lucrativos públicas).

Para os serviços e fundos autónomos foram transferidos 475,1 milhões de euros, sendo

274 milhões de euros (58%) reservados aos fundos escolares e 127 milhões de euros (27%) às unidades de saúde e ao Centro de Oncologia dos Açores.

Para as entidades públicas reclassificadas foram movimentados 268,6 milhões de euros, dos quais 258,4 milhões de euros (96%) destinados aos três hospitais da Região. Este fluxo aumentou, na globalidade, 19,7 milhões de euros relativamente a 2021, em resultado do reforço de verbas atribuídas ao Hospital da Horta, E.P.E.R. (+37,2 milhões de euros) e do decréscimo de fluxos financeiros para o Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R. (-18,3 milhões de euros).

O montante transferido para a entidades externas ao perímetro orçamental (293,8 milhões de euros) é inferior ao movimentado em 2021 em 114,5 milhões de euros.

Neste âmbito, 150,5 milhões de euros (51%) foram para o sector privado e 130,6 milhões de euros (44%) para as empresas públicas. O remanescente destinou-se a entidades da administração local (7,7 milhões de euros), da administração central (4,5 milhões de euros) e a instituições sem fins lucrativos públicas (557 mil euros).

K) RECOMENDAÇÕES do tribunal de contas

O Tribunal de Contas procedeu à avaliação do grau de acolhimento do conjunto de recomendações anteriormente formuladas ao Governo Regional e reiteradas no Relatório e Parecer sobre a Conta de 2021.

Das três recomendações formuladas, duas foram parcialmente acolhidas (apresentar à Assembleia Legislativa uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental que respeite os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e demonstrar na Conta, com referência ao conjunto do sector público administrativo regional, o grau de

cumprimento dos limites legais aplicáveis à dívida) e uma não foi acolhida (adoção do referencial contabilístico SNC-AP).

Apesar do número restrito de recomendações formuladas no referido Relatório e Parecer, o Tribunal de Contas incentivou o Governo Regional a prosseguir na adoção de medidas no sentido do acatamento das recomendações anteriormente formuladas, importando, por isso, fazer também referência ao grau de acolhimento das recomendações formuladas no Relatório e Parecer sobre a Conta de 2017.

Das nove recomendações formuladas no Relatório e Parecer sobre a Conta de 2017 que se mantêm atuais, uma foi acolhida (inventariação do património da Região), quatro foram acolhidas parcialmente (informação incluída na proposta de orçamento, organização das entidades com funções de tesouraria, aperfeiçoamento do processo de consolidação de contas e regularização das operações de tesouraria) e as restantes não foram ainda acolhidas (coerência entre os mapas orçamentais, contabilização das transferências do Orçamento do Estado ao abrigo do princípio da solidariedade de acordo com a sua natureza, cumprimento do princípio da universalidade e apresentar a análise consolidada dos resultados da atribuição de subvenções públicas).

O Tribunal de Contas, em sede de Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma de 2022, formulou recomendações à Assembleia Legislativa e ao Governo Regional, com vista a suprir as deficiências apuradas nos diferentes domínios analisados.

Na sequência das observações efetuadas, incluindo as constantes dos relatórios das ações preparatórias do presente Relatório e Parecer, e tendo em conta a análise das respostas obtidas em sede de contraditório e o acompanhamento do grau de acatamento das recomendações anteriores, o Tribunal entende reiterar o número restrito de recomendações formuladas ao

Governo da Região Autónoma dos Açores relativamente à Conta de 2021, as quais ainda não se mostram acatadas na sua plenitude.

Apresentar à Assembleia Legislativa, até 31 de maio de cada ano, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental que respeite os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e elaborar o Orçamento com observância do quadro plurianual aprovado, desenvolvendo gradualmente a orçamentação integral por programas, mediante, designadamente:

- a) Criação dos programas orçamentais com os respetivos níveis de desagregação;
- b) Definição dos objetivos e metas de cada programa orçamental;
- c) Dotações orçamentais;
- d) Conceção de indicadores de economia, eficiência e eficácia;
- e) Mecanismos de avaliação do grau de realização dos objetivos.

Apresentar as demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas, quer previsionais, juntamente com o Orçamento, quer integrando a Conta, de acordo com o SNC-AP.

Demonstrar na Conta, com referência ao conjunto do sector público administrativo regional, o grau de cumprimento dos limites legais aplicáveis à dívida.

Assinala-se em particular a recomendação relativa à apresentação da análise dos resultados da atribuição de subvenções públicas, permitindo uma avaliação da eficácia e eficiência.

Sem embargo, o Tribunal incentiva a Administração Regional a prosseguir na adoção de medidas no sentido da resolução das restantes situações que afetam a fiabilidade da Conta e do acatamento das recomendações anteriormente formuladas.

Contabilizar atempadamente os fluxos financeiros decorrentes das operações de dívida flutuante e de dívida fundada, cumprindo o princípio orçamental da universalidade.

Incluir no relatório e elementos informativos que acompanham a proposta de Orçamento, a informação necessária à apreciação do princípio da equidade intergeracional.

Conclusões

Com base nas observações do Tribunal de Contas, incluindo as constantes dos relatórios das ações preparatórias do presente Relatório e Parecer, e tendo em conta a análise das respostas obtidas em sede de contraditório, destacam-se as seguintes conclusões:

Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022 baseou-se no quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2022 a 2025, no qual foi previsto um limite total de despesa de 2 090 milhões de euros.

A proposta de Orçamento foi apresentada à Assembleia Legislativa no prazo legal e observou, de um modo geral, as disposições legais aplicáveis quanto ao conteúdo do articulado e à estrutura dos mapas orçamentais. Os anexos informativos não contemplaram um conjunto significativo de informação, na qual se destaca a apreciação do princípio orçamental da equidade intergeracional.

O Orçamento aprovado compreende as receitas e as despesas da Assembleia Legislativa, de 47 entidades contabilísticas da Administração Regional direta, de 60 serviços e fundos autónomos e de 13 entidades públicas reclassificadas.

O orçamento da Administração Regional direta ascende a 1 941 milhões de euros (menos 18 milhões de euros do que a proposta apresentada na Assembleia Legislativa), enquanto o dos serviços e fundos autónomos, incluindo entidades públicas reclassificadas, atinge o montante de 830 milhões de euros.

No Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2022 foram previstas receitas para cobrir todas as despesas. Não obstante, previa-se um saldo global negativo de 165,6 milhões de euros e um saldo primário negativo de 123,3 milhões de euros.

No decurso de 2022, as previsões de receita e as dotações de despesa foram alteradas, sem modificar a estrutura e os valores globais da receita e da despesa.

No Orçamento para 2022 e nas alterações orçamentais de gestão flexível, a previsão de verbas provenientes da União Europeia, no mapa I – «Receita da Região Autónoma dos Açores», difere da refletida na 3.ª alteração ao Orçamento, no mapa X – «Despesas de investimento da administração pública regional». A diferença ascende a 5,5 milhões de euros, não tendo sido apresentada justificação no relatório da Conta.

Conta da Região Autónoma dos Açores para 2022

A Conta foi aprovada pelo Governo, através da Resolução do Conselho de Governo n.º 103/2023, de 27 de junho, e remetida ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito.

A Conta tem uma estrutura idêntica à do Orçamento e compreende o relatório e a generalidade dos mapas previstos nos artigos 26.º e 27.º da Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores. Ainda não foi apresentada de acordo com o referencial contabilístico SNC – AP.

A exposição efetuada na Conta sobre as recomendações do Tribunal de Contas não considerou as nove recomendações formuladas no Parecer sobre a Conta da Região de 2017, que se mantinham atuais por não terem sido plenamente acolhidas.

A Conta apresenta, pela primeira vez, informação sobre despesas consolidadas por classificação funcional/programa orçamental do sector público administrativo regional. A informação divulgada permite verificar que, na generalidade, foram respeitados os limites das despesas fixados para o ano de 2022, no quadro plurianual de programação orçamental.

Receita e despesa do sector público administrativo regional

A receita do sector público administrativo foi de 1 820,8 milhões de euros e a despesa de 1 708,1 milhões de euros. A receita efetiva perfez 1 240,8 milhões de euros e a despesa efetiva 1 393,7 milhões de euros.

A receita fiscal, os passivos financeiros e as transferências contribuíram com 90,7% para a receita total.

As despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências e os passivos financeiros absorveram 91,2% da despesa total.

A receita diminuiu 126,6 milhões de euros, em resultado dos decréscimos das transferências (-108,6 milhões de euros) e das outras receitas (- 78,5 milhões de euros). Os aumentos da receita fiscal em 28,3 milhões de euros e dos passivos financeiros em 22,3 milhões de euros atenuaram a quebra global da receita.

A despesa decresceu 123,6 milhões de euros face a 2021. Para esta diminuição contribuiu sobretudo o decréscimo de 70,2 milhões de euros em transferências de capital.

A regra de equilíbrio orçamental prevista no artigo 4.º da LEORAA não foi observada, dado que o saldo global ou efetivo do sector público

administrativo regional foi negativo em 152,9 milhões de euros. O saldo primário atingiu o valor negativo de 111,3 milhões de euros.

De acordo com o Sistema Europeu de Contas (SEC 2010), os valores provisórios divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P., apontam para um défice orçamental do sector público administrativo regional de 413,8 milhões de euros, com um agravamento de 27,5 milhões de euros relativamente a 2021.

A receita da Administração Regional direta ascendeu a 1 709,8 milhões de euros, sendo 744,2 milhões de euros de receitas fiscais, 455 milhões de euros de passivos financeiros e 406,5 milhões de euros de transferências.

A despesa perfaz 1 625,4 milhões de euros, destacando-se as transferências e subsídios com 973,8 milhões de euros.

Relativamente às projeções orçamentais:

- a receita teve uma execução inferior à prevista em 231,7 milhões de euros, menos 11,9%, devido sobretudo ao recebimento de menos 237,4 milhões de euros de transferências da União Europeia face ao estimado;
- despesa ficou aquém da dotação prevista em 316,1 milhões de euros, menos 16%. O desvio mais expressivo ocorreu nas transferências de capital, com uma execução inferior à prevista em 123,4 milhões de euros.

A Conta não desenvolve satisfatoriamente os motivos dos desvios da execução face ao Orçamento.

A receita fiscal, de 744,2 milhões de euros, aumentou 28 milhões de euros (4%) relativamente a 2021, em resultado, principalmente, do acréscimo de 37,1 milhões de euros na arrecadação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e da diminuição de 15,1 milhões de euros do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP).

Relativamente ao previsto no Orçamento, foram arrecadados mais 53,1 milhões de euros de IVA e menos 15,9 milhões de euros de ISP, neste caso, como reflexo das políticas que visaram a diminuição/manutenção dos preços máximos de venda ao público dos combustíveis.

As transferências do Orçamento do Estado totalizaram 291,3 milhões de euros.

As transferências da União Europeia ascenderam a 98,2 milhões de euros, menos 69,6 milhões de euros do que em 2021, decorrente, essencialmente, do decréscimo de 60,9 milhões de euros das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência.

O valor registado na Conta corresponde a 29,3% do montante inscrito no Orçamento para 2022.

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência – Açores, foram transferidos 97,2 milhões de euros até 31-12-2022, dos quais 75,4 milhões de euros em 2021 e 21,8 milhões de euros em 2022. Nestes dois anos foram executados 29,3 milhões de euros.

Os montantes executados em 2021 e 2022 correspondem a 86% e 66% do previsto nos respetivos orçamentos e, em conjunto, a 40% do projetado para o período 2021-2024 nas Orientações de Médio Prazo, considerando as verbas atualizadas pelos orçamentos de 2022 e

O Tribunal validou 98% da receita da Administração Regional direta registada na Conta.

No entanto, foram realizadas operações à margem da Conta nos montantes de 510,6 milhões de euros na receita e 362,9 milhões de euros na despesa, associados à dívida e a fundos europeus, pondo em causa o princípio orçamental da universalidade.

Tendo por base uma amostra dos pagamentos efetuados em 2022 através do agrupamento aquisição de bens de capital da Administração Regional direta,

verificou-se que, na generalidade, as regras de processamento das despesas foram observadas.

O relatório e os anexos informativos que acompanham a proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022 não contêm a apreciação da incidência orçamental de despesas previstas, na perspetiva da equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações.

Relativamente aos encargos futuros com as parcerias público-privadas e com os contratos ARAAL e acordos de cooperação, o exercício de 2023, o período de 2026 a 2030 e os anos de 2032 e de 2036 afiguram-se particularmente exigentes.

Despesas classificadas em transferências e subsídios

O somatório da despesa classificada em transferências e subsídios, no sector público administrativo regional, ascendeu a 1 130 milhões de euros. Através da análise comparativa de diversos mapas da Conta, incluindo o Quadro A27, validou-se 1 037 milhões de euros (92%).

Do montante validado, 743,7 milhões de euros (72%) destinaram-se a entidades do perímetro orçamental (serviços e fundos autónomos e entidades públicas reclassificadas) e 293,8 milhões de euros (28%) a entidades externas ao perímetro (privados, empresas públicas não reclassificadas, administração local, administração central e instituições sem fins lucrativos públicas).

Os 293,8 milhões de euros transferidos para entidades externas ao perímetro orçamental, com a seguinte distribuição: sector privado – 150,5 milhões de euros; empresas públicas – 130,6 milhões de euros; entidades da administração local – 7,7 milhões de euros; entidades da administração central – 4,5 milhões; e instituições sem fins lucrativos – 0,6 milhões de euros.

As subvenções a privados foram inferiores às de 2021 em 41,6 milhões de euros (-22%), e destinaram-se maioritariamente a empresas (83 milhões de euros – 55%), instituições sem fins lucrativos (50 milhões de euros – 33%) e famílias (18 milhões de euros – 12%).

A avaliação apresentada na Conta aos resultados obtidos com a atribuição de subvenções é uma compilação da análise realizada por 50 entidades que processam aquele tipo de despesa, na maior parte sem informação quanto à fixação e grau de concretização de indicadores e metas. A informação prestada revela-se insuficiente para que se possa considerar acolhida a recomendação formulada sobre a matéria.

Tendo por base os processos de prestação de contas de 2022, remetidos ao Tribunal pelas entidades responsáveis pela gestão de apoios financeiros, conclui-se que 85,7% das entidades apresentaram informação sobre a matéria em relatório específico (31 entidades) ou no relatório de gestão (11 entidades), embora sem consubstanciar uma avaliação dos resultados.

Tesouraria

A Conta de 2022 continua a não apresentar informação completa e sistematizada no domínio da tesouraria, faltando divulgar: mapas referentes à situação de tesouraria; informação relativa a entidades do perímetro orçamental; elementos necessários à verificação do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria.

Verificaram-se progressos no modelo organizativo e funcional da área da tesouraria decorrentes da aprovação da nova orgânica da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. No entanto, a Entidade Contabilística Região ainda não foi regulamentada.

Tendo por base as informações prestadas pela Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, as entidades do sector

público administrativo regional detinham 145 contas bancárias, das quais apenas 91 foram movimentadas no âmbito do Safira. Neste contexto, verifica-se que as entidades que integram o sector público administrativo regional continuaram a movimentar fundos com inobservância do princípio da unidade.

Dívida e pública regional e outras responsabilidades

As entidades do sector público administrativo regional recorreram a operações de dívida flutuante no montante de 168,8 milhões de euros.

Daqueles, 165 milhões de euros foram contratados pela Administração Regional direta.

Dívida fundada. Foram contraídos 795,7 milhões de euros de dívida fundada, o que inclui: 303 milhões de euros para operações de refinanciamento; 152 milhões de euros para financiamento de projetos participados por fundos europeus e para fazer face aos efeitos económico e sociais provocados pela pandemia da COVID-19; 8 milhões de euros para a liquidação de financiamentos contraídos pela Santa Catarina, S.A., e pela Sinaga, S.A.; 124,7 milhões de euros para liquidação de operações de crédito assumidas da Saudaçor, S.A.; 202,2 milhões de euros para assunção de dívidas de entidades do sector público empresarial regional; 1,4 milhões de euros decorrentes de contrato de locação financeira; e 4,4 milhões de euros por parte da Ilhas de Valor, S.A.

Os encargos da dívida foram de 40,1 milhões de euros.

Apesar do aumento da dívida financeira em 407,1 milhões de euros (16,8%) face ao ano anterior, os encargos da dívida cresceram apenas 1,9 milhões de euros, verificando-se uma redução da taxa de juro implícita.

Em 31-12-2022, a dívida financeira do sector público administrativo regional ascendia a cerca de 2 829,1 milhões de euros, tendo aumentado 407,1

milhões de euros (+16,8%) face a 31-12-2021. O rácio da dívida na definição de Maastricht fixou-se em 60% do PIB da região

A expansão da dívida pública regional foi determinada pela necessidade de financiar o défice orçamental de 152,9 milhões de euros, pela assunção de dívida financeira da Lotaçor, S.A., e da Sata Air Açores, S.A., no montante global de 187,1 milhões de euros, e pela realização de operação de aumento de capital social da Sata Air Açores, S.A., na importância de 62 milhões de euros.

Em 31-12-2022, a dívida não financeira ascendeu a 279,3 milhões de euros, mais 64,9 milhões de euros face a 2021 (30,3%).

A Conta adota, pela primeira vez, o conceito de dívida não financeira que decorre do n.º 5 do artigo 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

A dívida total do sector público administrativo regional manteve a tendência ascendente, aumentando 472 milhões de euros (17,9%), atingindo no final de 2022 o montante de 3 108,4 milhões de euros. A assunção de dívida do sector público empresarial regional que estava fora do perímetro de consolidação.

As entidades do perímetro orçamental contraíram dívida flutuante, cujo montante máximo acumulado de emissões vivas atingiu, ao longo do ano, 90,4 milhões de euros, verificando-se que o limite legal foi cumprido.

As operações realizadas pelo Governo Regional para refinanciamento de dívida ultrapassaram em 132,7 milhões de euros a autorização concedida pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A parcela dos recursos provenientes da emissão obrigacionista, no total de 152 milhões de euros, destinados ao financiamento de projetos com participação de fundos europeus e para fazer face aos efeitos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19, de acordo com a Conta, foi alocada do seguinte modo: ações com cofinanciamento europeu – 52

milhões de euros; e medidas de combate aos danos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19 – 100 milhões de euros.

Não foi possível comprovar que aqueles valores foram efetivamente aplicados nas respetivas finalidades. O Governo Regional dos Açores continua assim a não cumprir o disposto no artigo 27.º, alínea V), subalínea 1), da Lei n.º 79/98, de 24 de novembro.

Tendo por base a informação disponível, e no pressuposto de que o produto do empréstimo obrigacionista foi efetivamente aplicado nas finalidades previstas, conclui-se que as operações de crédito contraídas pela Administração Regional direta cumprem o limite anual para o aumento do endividamento líquido fixado pela Assembleia Legislativa.

A dívida de 3,9 milhões de euros do Clube de Golfe da Ilha Terceira assumida pela Ilhas de Valor, S.A., não integra o elenco das operações de financiamento autorizadas pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores de 2022.

O empréstimo de curto prazo (conta corrente caucionada) contratado pela Ilhas de Valor, S.A., em 2013, para fazer face a necessidades de tesouraria, transitou para o exercício orçamental de 2023 com um montante em dívida de 130 mil euros, passando, deste modo, a constituir dívida fundada.

As operações realizadas pela Ilhas de Valor, S.A., implicaram o aumento do endividamento líquido, contrariando o estabelecido no Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022 (artigo 17.º, alínea d), do Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro).

Património

No final de 2022, os ativos financeiros da Região Autónoma dos Açores totalizavam 307,2 milhões de euros, sendo: 281,9 milhões de euros de participações financeiras; 11,7 milhões de euros de créditos concedidos; e 13,6 milhões de euros de outros ativos financeiros.

O desempenho económico das entidades participadas pela Região Autónoma dos Açores piorou. Observou-se, também, um agravamento da dívida total destas entidades em 62,2 milhões de euros (4,9%), passando a totalizar 1.323,3 milhões de euros.

Persistem entidades com património líquido e capitais próprios negativos e com estruturas financeiras debilitadas, situações que poderão exigir da Região um esforço financeiro acrescido de modo a garantir a continuidade das operações das mesmas.

Em 2022 não foram realizadas operações ativas ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro. Todavia, no âmbito do n.º 2 do mesmo artigo, foram realizadas operações que ascenderam a 62,3 milhões de euros.

O património não financeiro da Região Autónoma dos Açores divulgado na Conta ascendia a 1.150,7 milhões de euros, dos quais 1 054,5 milhões de euros respeitam a bens imóveis.

O processo de inventariação encontra-se quase concluído, subsistindo uma réstia de situações relativas a aquisições de pretérito que tem vindo progressivamente a ser reduzida à medida que vão sendo conhecidas.

Riscos inerentes às entidades públicas não reclassificadas

As responsabilidades emergentes das garantias às entidades do sector público regional não incluídas no perímetro orçamental ascendiam a 314,3 milhões de euros, destacando-se a exposição ao Grupo SATA, com créditos garantidos no montante de 200 milhões de euros.

A formalização de um pedido de auxílio de emergência junto da Comissão Europeia e subsequente apresentação de um plano de reestruturação do Grupo SATA contribuiu para atenuar os riscos implícitos e potenciais impactos no Orçamento da Região.

Juízo sobre a Conta

Compete ao Tribunal de Contas, através da Secção Regional dos Açores, emitir parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores, cabendo-lhe apreciar a atividade financeira da Região nos domínios da receita, da despesa, da tesouraria, do recurso ao crédito público e do património .

O relatório e parecer visa emitir um juízo sobre a legalidade e a correção financeira das operações examinadas. Nesse sentido, o Tribunal de Contas emitiu um juízo favorável com reservas sobre Conta da Região Autónoma dos Açores de 2022, documento que apresenta melhorias em divulgações e conceitos comparativamente a anos anteriores.

As reservas que se formularam não foram tão generalizadas que ponham em causa a imagem apropriada e verdadeira da Conta no seu todo.

Para o efeito assinalou que as transferências do Orçamento do Estado em cumprimento do princípio da solidariedade, no montante de 181,4 milhões de euros, foram contabilizadas na íntegra no agrupamento transferências correntes sem ter em conta o disposto no artigo 17.º, n.º 3, do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Verificou também que os totais de receita e de despesa estão afetados pela falta de registos contabilísticos nos montantes de 510,6 milhões de euros e de 362,9 milhões de euros, respetivamente, pondo em causa o princípio orçamental da universalidade.

Para além disso, o saldo contabilístico à data de 31-12-2022 não foi passível de confirmação com a informação inserta nos mapas síntese de movimentos bancários.

Formulou ainda ênfases relativamente a matérias que importa ter presente aquando da apreciação da execução orçamental.

Neste contexto, destacou a não observância da regra de equilíbrio orçamental prevista na Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos

Açores, tendo-se apurado um saldo global ou efetivo do sector público administrativo regional negativo de 152,9 milhões de euros.

Verificou-se também que as entidades que integram o sector público administrativo regional continuaram a movimentar fundos com inobservância do princípio da unidade de tesouraria.

Das 145 contas bancárias detidas, apenas 91 foram movimentadas no âmbito do sistema de centralização de tesouraria.

Acresce que os saldos iniciais e finais da Conta de 2022 indicados nos mapas relativos à situação de tesouraria da Administração Regional direta apresentam incoerências entre si e com os inscritos nos mapas de execução orçamental.

Em matéria de limites ao endividamento, o limite anual para a contratação de empréstimos foi excedido em 132,7 milhões de euros e não foi demonstrado o cumprimento do limite do endividamento líquido da Administração Regional direta.

Por fim, o relatório e os anexos informativos que acompanham a proposta de Orçamento para 2022 não contêm a apreciação do princípio da equidade intergeracional.

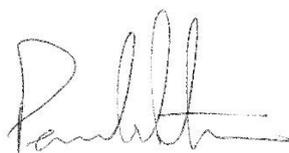
4.º Capítulo - Conclusão e Parecer

A Comissão de Economia após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2022, dos pareceres das restantes Comissões permanentes da ALRAA, do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas, procedeu à votação, com os votos a favor PSD e a abstenção, com reserva de posição para Plenário, do PS, CHEGA, BE, pelo que se **emite parecer favorável** relativamente à iniciativa. A Conta da Região de 2022 está em condições de ser

debatida e votada em Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 1 de julho de 2024.

O Relator

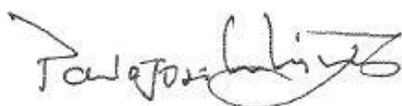


Paulo Silveira

O presente relatório foi aprovado por maioria com votos a favor do PSD e Chega e abstenção do PS e BE.

Ao presente relatório são anexos os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2022 e o Relatório do SPER 2022.

O Presidente



Paulo Simões

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo para este debate.

(Risos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um agradecimento ao Sr. Deputado Paulo Silveira pelo relato que aqui nos trouxe, naturalmente extensivo à Comissão de Economia...

Deputado Nuno Barata (*IL*): Em modo velocidade de relato de futebol!

O Orador: ...e às outras Comissões Parlamentares que fizeram o trabalho sobre a Conta da Região, que foi entregue no Parlamento dentro do prazo estipulado que é o dia 30 de junho do ano seguinte, que teve parecer do Tribunal de Contas de 30 de outubro de 2023, tendo depois sido trabalhada e analisada nas várias Comissões Parlamentares, o que permitiu a subida hoje a plenário.

Para além daquilo que o Sr. Deputado já aqui nos trouxe, gostaria de destacar duas ou três situações relativamente à Conta de 2022.

Em primeiro lugar, é a Conta em que se espelha pela última vez as entradas em capital dos investimentos no grupo SATA. A partir de 1 de janeiro de 2023 já não o podemos fazer.

Também foi a Conta onde ficam espelhados alguns movimentos de capital que tiveram a ver com a Lotaçor e com a fábrica Santa Catarina, bem como outros movimentos também excecionais que se verificaram no ano de 2022.

Gostaria, em nome do Governo, de me regozijar pelo facto de termos um parecer positivo em relação à Conta de 2023 pelo Tribunal de Contas, algo que não acontecia desde 2015. E passo a citar o Tribunal de Contas:

“O relatório e parecer visa emitir um juízo sobre a legalidade e correção financeira das operações examinadas.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas emite um juízo favorável, com reservas, sobre a Conta da RAA de 2022, documento que apresenta melhorias em divulgações e conceitos comparativamente a anos anteriores”

“As reservas que se formulam” - continua o Tribunal de Contas – “não são tão generalizadas que ponham em causa a imagem apropriada e verdadeira da Conta no seu todo”.

Quer isto dizer que a Região, não só com o XIII Governo, também com o XII Governo e agora com o XIV, continua a fazer um esforço de poder corresponder àquilo que são as recomendações do Tribunal de Contas.

É evidente que elas não foram todas cumpridas em 2022 e em 2023, por mais esforço que façamos, se calhar também não conseguimos cumprir todas, mas é um processo inacabado que vamos tender a que essas recomendações sejam cada vez menos ou cada vez com menor substância.

Permitam-me, também, que sublinhe aquilo que o Tribunal de Contas vem dizer sobre a dívida não financeira, a referência de que

A informação apresentada na Conta apresenta melhorias, “porquanto foi adotado pela primeira vez o conceito de *dívida não financeira* que decorre do nº. 5 do Artigo 40º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas”.

Em relação ao *património financeiro*, a referência no que respeita aos bens inventariados e de acordo com o relatório, o processo de inventariação está quase concluído, subsistindo uma réstia de situações relativas à aquisições de pretérito que têm vindo progressivamente a ser reduzidas e que vão sendo conhecidas.

Em relação ao *património financeiro*, refere o Tribunal de Contas “a Conta relativa a 2022 apresentou melhorias nas divulgações relacionadas com os créditos detidos pelas entidades públicas reclassificadas”.

Em relação à Conta consolidada, refere o Tribunal de Contas que “a Conta apresenta, pela primeira vez, informação sobre despesas consolidadas por classificação funcional do programa orçamental do setor público administrativo regional”.

Já foi referido também, para além dos movimentos excecionais que tiveram a ver com as empresas do setor público empresarial que eu já referenciei, e tal como já foi referido pelo Sr. Relator, houve aqui naturalmente algum défice de execução, por via das despesas relacionadas com o furacão Lourenzo e que a Região não foi ressarcida em 2022 nem em 2023, mas temos a expectativa de que em 2024 possa ser ressarcida.

Gostaria, para terminar, de dar nota em relação ao departamento do Governo que elabora estas Contas - a Direção Regional de Orçamento e Tesouro - que faz um trabalho extraordinário, com pessoas empenhadas, já há mais de duas dezenas de anos e que merecem o reconhecimento público de todos, nomeadamente do Governo, mas também, penso, de todas as bancadas deste Parlamento, pelo rigor e credibilidade que emprestam ao seu ofício.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Conforme já se verificou, o debate sobre a Conta é sempre um momento de grande exaltação nesta Assembleia, a começar pela leitura exaustiva...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E clarificadora!

O Orador: ... feita pelo seu Relator Paulo Silva Vieira. É uma leitura que, sendo exaustiva, é proporcional ao aumento da dívida da Região em 2022 que é de facto **enorme**.

(Risos do Deputado Pedro Neves).

E sobre isso falaremos com mais pormenor mais adiante.

Como referi, esta é uma oportunidade que temos para avaliar a situação financeira da Região, em particular sobre a Conta de 2022 e tudo aquilo que ela significa. E, desde logo, há uma matéria que merece um destaque particular e que tem a ver com o nível de investimento público da Região em 2022. Esse é um dado que merece ser destacado, porque o investimento público nesse ano teve das mais baixas taxas de execução dos últimos 10 anos. Este é um fator relevante. Uma taxa de execução que rondou os 60% e que é manifestamente baixa, face ao que foi prometido e que não foi efetivamente cumprido.

Quando falamos de plano de investimento, é importante dar aqui alguns exemplos para que possamos esclarecer os açorianos do que é que estamos a falar.

Falamos nomeadamente de terem ficado por executar cerca de 264 milhões de euros em 2022. É um valor muito significativo e que muita falta fez, certamente, para colmatar algumas lacunas que existem na Região há alguns anos. No entanto, sabemos que nem todos os problemas nasceram em 2020.

Mas vamos a um exemplo muito claro: *ampliação e remodelação de infraestruturas na saúde*, um tema que foi aqui debatido esta manhã que merece obviamente uma particular atenção e que incluía no plano de 2022 uma intervenção no HDES. E a verdade é que a taxa de execução rondou apenas os 8%, o que denota bem a fraquíssima execução realizada no plano de investimentos de 2022. Além das infraestruturas na saúde que tiveram um

investimento muito baixo, também no caso da *competitividade empresarial*, Sr. Secretário Regional, ficaram por executar cerca de 60 milhões de euros em 2022. Isso impacta diretamente com as empresas que continuam a aguardar, por exemplo, os apoios no âmbito das linhas Covid que chegam demasiado tarde e de forma muito lenta, o que impacta no dia a dia das empresas e na competitividade das mesmas.

Falamos também dos atrasos sistemáticos que existem aos fornecedores, em particular na área da saúde. E se tivermos em conta os dados mais recentes, no final de 202 - e aqui estou a extravasar um bocadinho a análise da Conta de 2022, mas é importante clarificar – nós atingimos em termos de dívida a fornecedores na área da saúde quase os 200 milhões de euros em 2023. É um montante muito significativo e que está perfeitamente expresso no aumento do prazo médio de dívidas a fornecedores na Administração Pública Regional que já atingiu os 154 dias. Isso é de facto um dado muito preocupante.

Gostaria de dar ainda mais dois ou três exemplos do que é que significa uma baixa de execução no investimento público em 2022. Por exemplo no Solenerge, o Governo apenas executou cerca de 1% do montante que estava disponibilizado na dotação, em que ficaram quase 40 milhões de euros para executar em 2022.

No Proenergia, os atrasos superam 1 ano, é uma vergonha o atraso a que se assiste quer na análise das candidaturas, quer nos pagamentos que não acontecem. E até, conforme foi noticiado esta semana, um outro exemplo de atrasos no programa NASCER +, uma medida que supostamente era emblemática para este Governo e para o CHEGA e cujos atrasos no seu pagamento são significativos. E mais uma vez, o Governo não cumpre com aquilo que prometeu.

Estes são apenas alguns exemplos dos incumprimentos no plano de investimentos e que traduzem bem a trajetória que a Região tem vindo a atingir,

ao mesmo tempo que aumenta de forma muito significativa a sua dívida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PS preocupado com a dívida!

O Orador: Ainda assim, não consegue executar o plano de investimentos que prometeu e apresenta níveis baixíssimos da sua execução.

Isso traduz-se, obviamente, quando analisamos a Conta de 2022, no facto da Região ter atingido no final do ano o maior défice de sempre da sua história. Esse défice, para efeitos do INE, atingiu quase os 400 milhões de euros. E isso resulta de algo que até já foi falado pelo Sr. Deputado Nuno Barata, isto é, que a Região está efetivamente a apresentar um volume de despesa corrente muito superior às suas receitas correntes, o que é um dado bastante relevante, porque provoca algo que é indesmentível: o aumento do endividamento para pagar despesa corrente, o que constitui um problema significativo que se coloca às gerações futuras, porque nós estamos a endividar-nos de forma significativa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PS preocupado com a equidade intergeracional!!

Deputado Nuno Barata (IL): E os senhores também deviam estar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sempre estivemos, Sr. Deputado!

O Orador: Nós estamos a endividar-nos de forma muito significativa para pagar despesa corrente e isso provoca um desequilíbrio brutal nas contas públicas da Região e faz com que, como já percebemos, tal como já foi aqui realçado, que a Região tenha atingido pela primeira vez na sua história os 60% do rácio da dívida face ao PIB em 2022; e é um referencial europeu que nós já atingimos por via do aumento significativo da dívida da Região.

Só em 2022 a dívida total da Região, conforme já foi referido pelo Sr. Relator - não são dados meus, são dados do conhecimento de todos e reproduzidos pela Comissão de Economia - a dívida total aumentou cerca de 500 milhões de euros em 2022.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, não é verdade, tal como referiu, que essa

dívida não aumentou apenas por incorporação da dívida de algumas empresas da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu não disse isso. Lembrei foi que o senhor não a tinha lá!

Estava escondida!

O Orador: Isso é mentira e é importante clarificar.

Não estava escondida, nunca esteve escondida e sempre sempre devidamente refletida. Mas mesmo considerando algumas opções do Governo pela extinção de empresas e incorporação, nós estamos a falar de um aumento da dívida que é mais do dobro do que o valor que foi efetivamente incorporado por via dessas opções.

Esse desequilíbrio é visível, já aqui referimos, e não é apenas o Partido Socialista que o refere, é também o Conselho Económico e Social, são as Câmaras do Comércio, o Professor João Teixeira que tece duras críticas e sérias preocupações sobre o ritmo de endividamento da Região, o que é um dado preocupante e que não encontra, por exemplo, expressão nas declarações do Sr. Secretário Regional das Finanças que quem o ouviu, parece que está tudo bem e ignora por completo o aumento significativo da dívida e ignora algo que, para mim, me surpreende. O Sr. Secretário em maio de 2022 promoveu neste Parlamento um debate sobre a situação financeira da Região e disse que este era um paradigma que iria trazer aqui com regularidade, ou seja, prestação de contas com regularidade. E o senhor até dizia – o que foi alvo de algumas críticas por parte de alguns partidos - que para si o que relevava não era a questão da dívida, mas sim as responsabilidades financeiras futuras. E creio que até o Sr. Deputado Nuno Barata disse “ok se é esse o critério que se mantenha o critério para o futuro”.

A verdade é que passou-se 1 ano e o Sr. Secretário não trouxe novamente aqui um debate sobre as finanças públicas regionais, de acordo com o seu critério. Já

passaram mais de 2 anos (já estamos em julho) e o Sr. Secretário continua sem trazer a real situação da Região do ponto de vista daquele que é o seu critério – responsabilidades financeiras futuras.

Por isso, Sr. Secretário, eu pergunto: à data de hoje, qual é o valor das responsabilidades financeiras futuras da Região, incluindo a dívida financeira e não financeira e também os encargos com as PPP e outras dívidas e encargos que são assumidos pela Região?

Esse escrutínio é importante, porque o senhor é que prometeu em 2022 trazer esse critério aqui. E, portanto, se esse era o critério que o senhor defende que é aquele que responde perante a real situação da Região, porque é que não o traz e não o divulga perante este Parlamento?

Será que é porque isso resulta do aumento de quase 900 milhões de euros da dívida em pouco mais de 3 anos? Será que é esse o fator?

Certamente terá oportunidade de esclarecer, porque é que decide omitir aquilo que parecia ser tão relevante em 2022, mas que passados 2 anos, deixou de querer falar do assunto.

Por último e para terminar esta primeira intervenção, o Sr. Secretário Regional veio com alguma satisfação falar do Tribunal de Contas. É verdade que algumas recomendações foram acatadas e isso é positivo. Já acontecia no passado e o Sr. Secretário, na qualidade de deputado, também criticava quando elas não eram aceites e integradas nas Contas. Mas o Tribunal de Contas em 2022 também diz algo bastante relevante e que foi aqui omitido de certa forma. Passo a citar:

“Neste contexto destaca-se a não observância da regra de equilíbrio orçamental prevista na Lei de Enquadramento do Orçamento da Região, tendo-se apurado o saldo global efetivo do setor público administrativo regional no valor de 152,9 milhões de euros”.

Diz ainda que “em matéria de limites de endividamento, o limite anual para a

contração de empréstimos foi excedido em 132,7 milhões de euros e não foi demonstrado o cumprimento do limite do endividamento líquido da administração regional direta”.

Isso significa, Sr. Secretário, muito concretamente, que o Governo Regional não cumpriu com os limites por si impostos e colocados na proposta de orçamento para 2022 que foi aqui aprovada neste Parlamento. E isso é também dito pelo Tribunal de Contas e deveria merecer da sua parte uma reflexão sobre os motivos deste incumprimento, porque a verdade é que ao contrário da propaganda, a dívida cresceu de facto a níveis muito preocupantes, cresce a um ritmo galopante, em 3 anos cresceu cerca de 37%, e se nós fizermos uma média anual, estamos a falar de um crescimento de dívida anual a rondar os 12%, o que é muito acima da riqueza que é produzida na Região. E é por isso que coloca em causa as gerações vindouras. E sobre isso o Sr. Secretário não disse nada. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O ano económico de 2022 foi marcado por uma conjuntura adversa. Se por um lado, os impactos negativos provocados pela pandemia Covid tenderam a diminuir, por outro lado, a subida generalizada dos preços marcou fortemente esse ano.

Cerca de dois terços da despesa do setor público administrativo regional foram afetos à saúde, às finanças e administração pública e à educação.

De 2021 para 2022, as despesas com pessoal aumentaram 8,3 milhões de euros

em resultado das atualizações salariais na função pública, da regularização de contratos e integração de trabalhadores nos quadros da Região, da recuperação do tempo de serviço e reestruturação de carreiras e, bem assim, da atualização da remuneração complementar.

À semelhança do ano anterior, em 2022 os municípios dos Açores recuperaram 1 milhão de euros relativos a montantes que ficaram por transferir em 2009 e 2010.

Eu vou repetir: em 2022, tal como aconteceu também em 2021, **pela primeira vez**, os municípios dos Açores recuperaram um 1 milhão de euros relativos a montantes que ficaram por transferir em 2009 e 2010.

Eu vou repetir: em 2022, tal como aconteceu em 2021 pela primeira vez, os municípios dos Açores recuperaram 1 milhão de euros devidos por participação no IRS, conforme está previsto na Lei de Finanças Regionais e que tinham ficado por pagar em 2009 e 2010.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Comparativamente ao ano anterior, a despesa total da administração regional direta, registou um decréscimo de 124 milhões de euros, menos 6,8%.

Esse esforço de contenção da despesa fez-se num contexto de desagravamento da carga fiscal sobre os cidadãos e as empresas, bem como da diminuição da receita, sobretudo, em duas rubricas: o imposto sobre combustíveis e as transferências do orçamento de estado.

No caso dos combustíveis, a receita teve uma redução de 27% comparativamente a 2019, de diminuição da receita cobrada de impostos sobre combustíveis, o que reflete as medidas politicamente implementadas pelo Governo Regional com vista à diminuição ou manutenção dos preços máximos de venda de combustíveis ao público, com impacto direto na economia das famílias e das empresas, tendo em consideração todo o contexto económico que se viveu, sobretudo ditado pela inflação.

Já sobre as receitas com origem no orçamento de estado, em 2022 as transferências ficaram-se por 291 milhões de euros, menos 7,6% do que em 2019, ano em que a Região, como de resto nenhuma parte do mundo tinha, os sobrecustos derivados do Covid e menos ainda os da inflação e da guerra na Ucrânia.

Portanto, em 2022 o Governo de António Costa transferiu menos 7,6% do que as transferências que fez em 2019.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: O resultado da execução orçamental de 2022 foi ainda significativamente condicionado pela falta da comparticipação do Governo da República, quanto às verbas destinadas à recuperação dos estragos provocados pelo furacão Lorenzo. Aliás, são 53 milhões de euros que ainda hoje continuam em falta e, bem assim também, pela circunstância do Governo de António Costa não ter assumido o prejuízo resultante para a SATA das viagens realizadas entre o continente, o Faial, Terceira e Santa Maria, impactando como se sabe, negativamente nos resultados da empresa.

Deputado Carlos Silva (PS): Foi o Governo da Dra. Berta Cabral quando foi Secretária de Estado.

O Orador: Acresce ainda que em 2022, como acontecera no ano anterior, se procedeu à incorporação de dívida de empresas públicas e injeção de capital.

“A expansão da dívida regional foi essencialmente determinada pela assunção da dívida da Lotaçor e da Sata Air Açores no montante de 187,1 milhões de euros...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... e pela realização da operação de aumento de capital da Sata Air Açores de 62 milhões de euros”.

Estou a citar o Parecer do Tribunal de Contas, não estou a dizer da minha cabeça. Está na página 10 do Parecer do Tribunal de Contas.

Deputados João Bruto da Costa e Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Consequentemente, a dívida do setor público regional aumentou 17,9% em relação ao ano anterior, mas respeitando o rácio na definição de Maastricht, ou seja, não ultrapassando os 60% do PIB que em 2022 foi de 5 mil 109 milhões, o mais alto de sempre. Mas isso o Partido Socialista não foi capaz de ver nem na Conta, nem em qualquer outra das intervenções que faz sobre matéria financeira da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De salientar, ainda, que os prazos de pagamento em 2022, registaram uma nova redução, passando dos 130 dias de 2021 para 126 dias em 2022, menos 4 dias.

Dirá a bancada do Partido Socialista que 126 dias ainda é muito tempo e nós concordamos. Agora os 156 dias que era o prazo médio de pagamento do Governo de Vasco Cordeiro em 2019, seguramente seria bastante pior. Mas vamos, então, a outra matéria à qual o Partido Socialista já aludiu na intervenção realizada quanto ao investimento, porque de facto a Conta da Região também consagra o investimento E consagra um investimento que foi de 517 milhões de euros.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual foi a taxa?

Foi a mais baixa dos últimos anos.

O Orador: A taxa de execução foi de 66,2%.

O Partido Socialista preocupa-se e fixa-se – é uma espécie de fetiche - na taxa de execução que é de 66%, mas vamos lá ver, essa taxa de execução 106%, é 517 milhões de euros, que é o terceiro maior investimento de sempre nos Açores, aliás, é o maior de todos os investimentos realizados pelos governos do Presidente Vasco Cordeiro, com exceção do ano da pandemia, porque teve de acomodar um conjunto de despesas imprevistas e que designadamente levou à realização até de dois orçamentos retificativos.

Portanto, com exceção do ano da pandemia que é um ano atípico, 2022 é o ano que bate todos os investimentos realizados pelo Partido Socialista na Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Aliás, os 517 milhões de euros comparam com o melhor investimento de Vasco Cordeiro que foi de 425 mil em 2018. E o Partido Socialista ainda abre a boca para criticar um investimento que é de 92 milhões de euros superior ao melhor que havia conseguido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Os açorianos não percebem isto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Percebem! Então não percebem?!

O Orador: Não percebem que o Partido Socialista, com base em percentagens, que valem o que valem, não seja capaz de ver o investimento efetivamente realizado: 517 milhões de euros contra 425.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por fim, e apenas para lembrar mais uma vez aquilo que o Sr. Secretário Regional das Finanças também referiu, e que o Partido Socialista contornou de forma habilidosa, tentando com isso que nos esquecêssemos de que esta Conta de 2022 é a primeira, desde 2015, que tem um parecer favorável do Tribunal de Contas. Tem recomendações? Tem, tantas quantas estavam também expressas na Conta da Região de 2019. Agora, em sítio nenhum do Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta de 2022, nós iremos encontrar frases como esta:

“A Conta está afetada por limitações de âmbito e erros e omissões materialmente relevantes” - erros e omissões materialmente relevantes.

Deputado Carlos Silva (PS): Não faço parte do Tribunal de Contas.

O Orador: Isso já para não falar do endividamento que ultrapassou em mais de 600 milhões de euros o que estava autorizado pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Mais de 600 milhões de euros do que estava autorizado pelo Governo Regional dos Açores.

E fico-me por aqui. Em próximas oportunidades direi mais algumas coisas ao Partido Socialista.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vem na sequência da questão das Contas de 2020 e, nomeadamente, aquilo que diz o Parecer do Tribunal de Contas, ou seja, que foi aqui demonstrado por parte do Governo aquilo que interessava, mas claro, como tudo na vida, foi ocultado aquilo que é menos bom ou que merecia as tais reservas, apesar da Conta ter juízo final favorável.

Um desses limites que já foi aqui referenciado, foi excedido em 132,7 milhões de euros o limite de contração de empréstimos. E, portanto, o Sr. Secretário das Finanças, uma vez que a dívida do furacão Lourenço ou o compromisso que não foi cumprido pela República não ronda esses valores, mas sim cerca de 50 milhões de euros, nós os deputados, e eu pessoalmente e a nossa bancada parlamentar, gostaríamos de saber como justifica esse aumento de

endividamento?

A outra questão que é referida pelo Tribunal de Contas e que foi do conhecimento público, foi que, mais uma vez, o Governo Regional, assim como o Governo da República - a prática tem sido comum nalguns casos - assumiram uma dívida de 3,9 milhões de euros do Clube de Golfe da ilha Terceira.

Nós sabemos que este clube é importante para algumas pessoas que praticam golfe, por acaso não é o meu caso, mas não sei se os açorianos concordam muito com isso. Claro que isso também não sei se é coincidência ou se isso fez parte desse processo negocial, isso tratou-se de uma assunção de dívida para salvar um banco, para salvar ou *safar*, porque basicamente se havia uma dívida e havia um banco que emprestou o dinheiro, eu como açoriano, acho que deveria ser o banco a assumir esse prejuízo ou a fazer aquilo que na gíria se chama um *Ar cut*, pelo menos a Região tem que comprar por metade do preço.

Também por coincidência dos diabos isso deu um certo jeito à Câmara Municipal da Praia da Vitória que teve uma receita extraordinária de IMT. Não sei se isso também era uma forma de impulsionar o negócio, o que do nosso ponto de vista é sempre muito mau quando é a Região a assumir. mais uma vez. tudo o quanto é empresa falida, o que retira responsabilidade das pessoas que estão a gerir empresas falidas, nomeadamente cooperativas que é onde existem maiores avales e cartas de conforto e isso tudo, em que as pessoas ao fim ao cabo já sabem que, em última instância, têm sempre a tábua de salvação que é o Governo Regional e que basicamente são os contribuintes.

Portanto, a outra questão aqui referida pelo Tribunal de Contas é que não foi respeitada a questão do endividamento zero, ou seja, havia uma autorização para aumentar o endividamento para fazer faces às despesas do Covid e para fazer face aos planos de investimento, e isso não foi respeitado, ou seja, o Governo Regional não respeitou, ao fim e ao cabo, o orçamento que foi aprovado nesta Assembleia.

Outra coisa que está à vista de todos é que a taxa de crescimento da dívida supera claramente a taxa de crescimento da economia, nomeadamente do PIB.

Também houve aqui uma imprecisão dita pela bancada do PS de que o rácio da dívida estava em 70%.

Deputado Carlos Silva (PS): Não, não. Está em 60%.

O Orador: Ah ok, eu percebi que 70%. Peço desculpa.

O que é preocupante também é o desempenho económico em 2022 e já este ano viu-se que agora no primeiro trimestre é a mesma coisa, o decréscimo de receita das empresas da Região, em que basicamente o Tribunal recebe um decréscimo de 41 milhões de euros, face ao ano transato, ou seja, o ano de 2021. O que significa que há uma perda de receita e uma degradação das contas das empresas públicas e diz que a dívida daquelas entidades também aumentou.

Outra questão que também é pertinente prende-se com as contas e as demonstrações orçamentais financeiras não serem apresentadas de acordo com o SNC, conforme as empresas privadas, por exemplo, tiveram que fazer essa transição e fizeram-no sob pena de terem a administração fiscal e aduaneira em cima delas. Portanto, mais uma vez, o estado faz leis que ele próprio não cumpre nem tem intenções de cumprir. Portanto, não percebemos qual é a dificuldade, se é falta de contabilistas ou se é falta de vontade, o que é que se passa aqui.

Porém, nós também não podemos entrar aqui numa deriva de autoflagelação.

Eu quero referir aqui que o Governo da República, no ano 2022, perdoou à CP que tem para lá umas carruagens velhas - algumas que o Pedro Nuno Santos comprou em Espanha e que parece que não andam - 1900 milhões de euros.

E mais: o Governo da República já pôs 24,6 mil milhões de euros em bancos falidos. Enfim, assim por alto, eu diria que a Região Autónoma dos Açores vale mais que a CP, que também já deu um acumulado de cerca de 14 mil milhões de euros.

Dito isto, e sabendo que ao PS estes números e estas dívidas não interessam muito ao PS, está bem confortável com isso, mas quando a gente fala na questão da dívida e na questão das contas, tudo tem a ver com a economia real.

Deputado Carlos Silva (PS): O CHEGA votou favoravelmente na Assembleia da República.

O Orador: E porque é que nós não saímos da *cepa torta*?

Nós não saímos da *cepa torta*, por questões como é o exemplo no PRR do Solenerge em que é muito bom pôr na EDA a maior parte do investimento, sendo que às empresas que não chegou praticamente, mas por exemplo, as empresas de transformação e comercialização do setor agrícola dos Açores – que me parece uma coisa importante - o PRR destinado a essas empresas dos Açores são 8.7 milhões. Mas para habitação social, para mudar os armários, para substituir as janelas que estão em alumínio ou em *pvc*, coisa que eu não pus em minha casa, só no concelho de Angra do Heroísmo são 68,7 milhões do PRR.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso não está correto! Isso é da Câmara!

O Orador: Se não está correto, diga-me o número certo.

Eu referi que era da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Por aqui já se vê o estado quer do País, quer da Região, ou seja, nós vamos pôr em bairros sociais 68 milhões e vamos disponibilizar para as empresas de transformação do setor agrícola dos Açores 8,7 milhões. E depois vamos estar à espera que a economia cresça e a nossa dívida diminua.

Portanto, bem que podemos esperar sentados é isso que eu vou fazer!

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste debate sobre a Conta da Região de 2022 já quase tudo de pertinente foi dito, não vou repetir, mas há duas ou três notas que eu gostava de salientar, até porque como sabem, a Iniciativa Liberal votou favoravelmente o orçamento da Região para 2022.

Desde logo, há uma nota positiva que eu queria dar e que me parece que é de salientar e que tem a ver com o cumprimento de algumas recomendações do Tribunal de Contas, ainda que parcial, coisa que não vinha a acontecer há alguns anos e que se bem se lembram aqui nesta mesma Casa, quando avaliámos e votámos a Conta de 2021, eu alertei que seria de bom tom para honrar esta Casa e para honrar o Governo dos Açores, que é o mesmo que honrar todos os açorianos, que o Governo Regional fizesse um esforço de acatar essas recomendações. E esta é a minha primeira nota positiva, porque eu acho que é sempre de salientar quando se cumpre com as recomendações de uma entidade externa, mas que é uma entidade idónea e que nos recomenda certamente para a melhor prossecução da execução orçamental da Região Autónoma dos Açores.

Não posso deixar, no entanto, de salientar a preocupação que a Iniciativa Liberal tem, que outros pelos vistos não podem ter, com aquilo que é a chamada *equidade intergeracional*, ou seja, as responsabilidades que nós hoje assumimos e que vão ser pagas no futuro por outras gerações. E nesse sentido, permitam-me que repita aquilo que venho a dizer nesta Casa desde 2020.

Desde esse ano que a Iniciativa Liberal vem a alertar para a necessidade da Região inverter a trajetória de crescimento da dívida pública regional que atinge

valores que, se tivermos em conta o crescimento da economia, mesmo se formos muito benevolentes e acreditarmos que o crescimento da economia com estes investimentos todos que o Sr. Deputado Joaquim Machado ainda há pouco enalteceu, que na sua maioria eu temo que não tenham retorno algum, mas mesmo que sejamos muito benevolentes e acreditemos que a economia dos Açores vai crescer a um ritmo de 3 ou 4% nos próximos anos, levaremos quase 100 anos para sairmos da *cepa torta*. Ou seja, já estamos a hipotecar o futuro de pelo menos três gerações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O endividamento zero não é uma loucura da Iniciativa Liberal. É uma necessidade da Região Autónoma dos Açores para equilibrar as suas contas, para poder garantir que os nossos filhos e os nossos netos, quando saem para estudar, regressam a esta terra, quando não, isto será um deserto demográfico nos próximos 10 a 20 anos. E cá estarei, se Deus me der saúde (apesar de já ter quase 60) e hei-de lembrar isso aos filhos e aos netos de todos nós.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Avaliar a Conta da Região e a forma como foi executado o orçamento para 2022, é também avaliar a trajetória que o Governo traçou para a Região nos últimos anos.

Essa trajetória reflete-se nas contas públicas e reflete-se no resultado nas mais diversas áreas da governação. Mas antes de irmos aí, vamos primeiro a alguns números.

Em maio de 2022 - já foi aqui referido - o Governo promoveu nesta Assembleia um debate sobre as finanças da Região.

Nesse mesmo debate o Sr. Secretário Regional das Finanças revelou aquilo que se designa como as “responsabilidades financeiras futuras da Região Autónoma dos Açores” que nas suas palavras, ascendiam no final de 2020 ascendiam a 3,6 mil milhões de euros que o Tribunal de Contas mais tarde veio a revelar que seriam 3,8 mil milhões de euros. Saliente-se que este critério não é efetivamente um critério de dívida pública, de acordo com as regras europeias sobre esta matéria. Mas foi a forma como o Governo do PSD, do CDS/PP e do PPM optou por avaliar a situação financeira da Região. É a sua opção - ou pelo menos foi. Segundo o critério do Governo, as responsabilidades financeiras futuras da Região, para nos entendermos sobre o que estamos a falar, constituem a soma da dívida financeira com a dívida não financeira e com outras responsabilidades, nomeadamente os compromissos com PPP, assim como os passivos das empresas do setor público empresarial que não consolidam com exceção da EDA.

De acordo reportados pelo Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta de 2022, e utilizando os mesmos critérios adotados pelo Governo, o valor das responsabilidades financeiras futuras em 2022 supera os 4.540 milhões de euros.

De acordo com os critérios definidos pelo Governo, temos 3.108 de dívida financeira e não financeira do setor público administrativo regional, 658 com encargos em PPP e contratos ARAAL e 774 milhões de euros de dívida do setor público empresarial que não consolida com exceção da EDA.

Em relação aos 3,8 mil milhões de euros referentes a 2020, anunciados pelo Governo em 2022, verifica-se um aumento de 719 milhões de euros de responsabilidades financeiras futuras em apenas 2 anos - 940 se estivéssemos a considerar os 3,6 mil milhões anunciados pelo Governo. E 719 milhões de euros

de responsabilidades financeiras em 2 anos.

O critério adotado pelo Governo tem efetivamente muitas fragilidades. Não se compreende, por exemplo, porque se deixa de fora a dívida da EDA, mas inclui-se a da Portos dos Açores ou a da SATA. Mas há efetivamente uma vantagem neste critério, é que não há heranças, Sr. Secretário, aqui não há heranças. Como estão incluídas todas as dívidas de todas as entidades, qualquer internalização de dívida, como foi o caso da SATA, já aqui citada e de outras empresas públicas, tem um efeito completamente neutro, na medida em que aumenta a dívida no setor público administrativo regional, mas diminui exatamente na mesma medida a dívida nas entidades públicas não reclassificadas.

Estes são os números nus e crus.

Recordo de quem foi a responsabilidade orçamental em 2022: da Coligação, do Chega e da Iniciativa Liberal que aprovaram o orçamento e a sua execução de responsabilidade do Governo da Coligação.

Quem fazia querer que a Região estava em grandes dificuldades financeiras antes de chegar ao Governo, a verdade é que não fez outra coisa senão aumentar as responsabilidades financeiras da Região nos últimos anos, nestes anos que estamos a falar e certamente falaremos dos restantes no ano que vem.

No que respeita a receita, também não posso deixar de dizer que esta situação e este aumento de dívida resulta também das opções do Governo, da sua execução e das suas opções.

Por exemplo, a política fiscal do Governo beneficiou quem mais ganha, ou seja, quem mais ganha a nível salarial, porque teve benefícios com a redução de impostos a quem ganha 3, 4, ou 5 mil euros, mas quem recebe salários de 800, 900 ou 1000 euros viu **zero** de benefício na sua conta bancária, zero!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Seja sério!

O Orador: Na questão do IRC reduziu os impostos sobre os lucros num tempo de elevada inflação e beneficiou essencialmente as grandes empresas que

operam nos Açores. E não me vão dizer que nos Açores só há pequenas empresas, porque as grandes empresas que operam nos Açores pagam IRC da sua atividade na Região.

A política fiscal do Governo foi, por isso, uma gigantesca borla fiscal a quem mais tem. Deixou um buraco nas contas públicas, como se demonstra claramente pelos números.

Vamos finalmente ao resultado nos serviços públicos também.

A situação que atravessamos neste momento na Região no Serviço Regional de Saúde, é um sintoma claro da falta de investimento no Serviço Regional de Saúde. O HDES tinha 650 mil euros para investimento no plano de investimentos para 2022. Foi executado 27% desse investimento.

Relativamente a outros investimentos na área social, como por exemplo a creche de Santo António em S. Miguel, 0% de execução. A creche “Um Girassol”, nas Flores, 0% de execução em 2022. E é essa política que o Governo tem seguido.

Finalmente, não posso deixar de dizer que sobre a matéria de receitas, o Sr. Deputado Joaquim Machado fez referência à redução das transferências por via da Lei de Finanças Regionais. É uma preocupação que partilho e que efetivamente tenho sentido. No entanto, é por demais evidente que é importante rever a Lei das Finanças Regionais. Mas eu recordo que o Governo anunciou em setembro de 2022 a criação de um grupo de trabalho liderado pela sociedade de advogados Eduardo Paz Ferreira, no decurso da Cimeira Insular Madeira/Açores para efetivamente propor uma revisão à Lei das Finanças Regionais.

Onde é que está o resultado desse trabalho?

Vimos **zero** até agora!

Por isso, de que serve nos queixarmos da Lei de Finanças Regionais e das transferências se efetivamente não vemos o Governo fazer alguma coisa para

promover essa alteração?

Termino esta minha intervenção dizendo que esta Conta da Região reflete as opções do Governo. São as opções do Governo, são as opções da maioria que o apoia, são as opções da direita. E os resultados estão à vista.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pela intervenção do Sr. Deputado António Lima, a quem agradeço a oportunidade para dar esta explicação, o acordo que foi feito entre o Governo dos Açores e o Governo da Madeira para a contratação do gabinete do Professor Paz Ferreira que foi o *pai* da primeira Lei de Finanças das Regiões Autónomas, para preparar a sua revisão, ainda não foi concluído por três razões essenciais, a primeira das quais, a estabilidade do Governo da República, ou melhor, a estabilização da situação política nacional, mas também foi interrompido ao abrigo do código dos contratos públicos a pedido do Governo dos Açores, quando tivemos a situação política eleitoral nos Açores. E o mesmo aconteceu agora com o Governo da Madeira. E isso projetou a conclusão desses trabalhos que estão em fase de relatório final, para se ultrapassar em definitivo a situação na Madeira, a partir da qual temos também já os estudos dos sobrecustos da saúde e da educação que foram adjudicados ao Professor Pita Barros da Universidade Nova, em conjunto com a Universidade dos Açores. Neste momento, já temos informações que sustentam aquilo que são os sobrecustos da educação e da saúde nos Açores, que serão também estudos habilitantes para, em conjunto com o trabalho que está em fase final do Professor Eduardo Paz Ferreira, possam ser colocados em cima da mesa perante as autoridades nacionais, em sede de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Portanto, aproveito este momento para esclarecer com toda a transparência esta matéria.

Gostaria também de dar nota relativamente àquilo que foi colocado sobre os 132 milhões de euros de empréstimos que não estariam autorizados pelo Parlamento Regional.

Tratou-se, tão somente, de 124 milhões da Saudaçor e 8 milhões da Santa Catarina que foram incorporados, e que nós não concordámos com essa abordagem, mas o Tribunal de Contas assim o entendeu e temos que nos sujeitar naturalmente.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado do CHEGA, devo dizer-lhe que havia um compromisso firmado por escrito do Governo da Região com o Clube de Golfe da ilha Terceira, firmado e assinado na altura pelo Vice-Presidente Sérgio Ávila.

Deputado José Pacheco (CH): Quando os contratos não são bons rasga-se!

O Orador: E que o Governo dos Açores, tal como em relação a outros compromissos que vinham de trás e o Governo é dos Açores - os Açores não são do Governo - e, portanto, aquilo que era um compromisso assumido pelo Governo dos Açores, em nome dos açorianos, nós cumprimos, tanto nesse caso como em vários outros, como certamente quem suceder a este Governo também irá cumprir outros que nós possamos assumir. Portanto, é essa a explicação, isto é, foi o cumprimento dessa situação.

Em relação à questão que foi aqui falada da competitividade empresarial e da fraca execução a esse nível, é preciso também perceber que boa parte da execução destas verbas tem a ver com a execução física dos projetos, na altura do COMPETIR + agora no futuro do CONSTRUIR 20/30. E de facto, como se sabe, nos últimos 2 meses de 2023, e nos primeiros 2 meses de 2024, foram executados mais de 82 milhões de euros para finalizar o processo. Portanto, aquilo que os privados não conseguiram realizar ao longo de 2022 e 2023,

houve um enorme esforço destes privados, perante contingências muito difíceis que todos nós conhecemos, quer seja da inflação quer seja da descontinuidade de algumas cadeias de abastecimento, para que pudessem efetivamente cumprir. E, portanto - depois vão detetar quer seja nas contas de 2023 quer seja nas contas de 2024 - nestes 4 meses, posso dar nota que foram mais de 82 milhões de euros que foram executados exatamente no que diz respeito à competitividade empresarial, no caso, o CONSTRUIR +, neste enorme esforço dos privados e naturalmente também da Autoridade de Gestão e da Administração Pública Regional.

Gostaria também de dar uma nota que acho que é relevante.

Falou-se dos atrasos aos fornecedores, nomeadamente na saúde. É preciso recordar que passámos todo o ano de 2022 – repito, todo o ano de 2022 - à espera de um despacho do Ministro das Finanças do Governo da República para podermos transformar dívida comercial em dívida financeira. Todo o ano esperámos um mero despacho para cumprir aquilo que estava no orçamento de estado e tal não aconteceu. Em 2023 continuámos à espera e era previsto ser até 75 milhões de euros. O despacho foi de apenas 50 milhões de euros. Este ano em janeiro, pedimos de novo o despacho relativamente a 2024, no dia 17 de janeiro, esperámos esse mero despacho até ao final das funções do Governo da República. Sabemos que o Primeiro-Ministro, a poucas horas de se ir embora, lembrou-se de mandar para o Tribunal Constitucional algo que punha em causa os interesses dos Açores, mas não se lembrou de mandar para aqui o despacho para nós podermos pagar as dívidas no setor da saúde.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E podia ter sido à mesma hora que o Sr. Primeiro-Ministro mandou

aquilo para o Tribunal Constitucional, não tinha problema.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Mas não aconteceu. E não aconteceu em 2022. E há matérias, em relação a 2022, que só o pudor é que fazem com que não as possa revelar aqui, porque o atrevimento que o Governo da República teve a dizer por escrito que iria fazer o despacho e que nunca o fez, foi quase no plano do gozo perante a Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em 2024 o novo Governo da República já passou o despacho, estamos neste momento em fase final de concretização, para poder pagar 75 milhões de euros de dívida comercial da saúde.

E isso porquê? Porque em 2 meses, o Governo da República atual felizmente passou o despacho de 75 milhões que o Governo anterior, em 2 anos, só passou um e foi de 50 milhões. E portanto, a este respeito ficamos também conversados. E o que eu estranho é que quem levanta essas questões, foi quem foi cúmplice do **garrote financeiro** que foi feito à Região Autónoma do Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É bom não esquecer que 2022 foi um ano em que se sentiu duplamente o garrote financeiro do Partido Socialista. O garrote financeiro por via do Governo da República e o garrote financeiro de termos que integrar nas contas as heranças do setor público empresarial que vinham dos governos socialistas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E é por isso, também, que a 31 de dezembro de 2022 estávamos a

beirar os limites de um dos critérios de Maastricht, que era os 60% do endividamento.

Em 2023 já descemos.

Em 2024 vamos continuar a descer, mas o que aconteceu em 2022 foi exatamente por via dos compromissos do Covid, naturalmente, dos problemas do garrote financeiro da República, mas também da necessidade de integrarmos aquilo que vinha do setor público empresarial regional, nomeadamente a SATA e da Santa Catarina.

Termino dizendo rapidamente que esta Conta teve dois pareceres positivos.

Deputado Carlos Silva (PS): Espetáculo!

O Orador: Um em outubro de 2023 do Tribunal de Contas e outro em fevereiro de 2024 pelo povo açoriano.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário não respondeu e não aproveitou a oportunidade para esclarecer os açorianos sobre quais é que são as responsabilidades financeiras futuras que impedem.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Isso já foi muito bem esclarecido ao Sr. Deputado António Lima!

O Orador: O Sr. Deputado António Lima fez e bem as contas e concordamos

com a análise, mas era importante ouvir o o Sr. Secretário Regional sobre esta matéria, porque é que passados dois anos não quer falar deste assunto?

A sua palavra é importante e a opção foi sua. Nós dissemos na altura que não concordávamos com esse critério. E dissemos que este não era o critério que era seguido no passado, nem era o critério relevante para efeitos de apuramento da dívida e de défice do INE. Dissemo-lo no passado e mantemo-lo hoje.

Mas a verdade é que quer utilizemos o seu critério - agora não quer falar nem pretende dar esclarecimentos sobre ele, algo que é paradigmático no Governo, não quer prestar esclarecimentos - quer utilizemos o critério da dívida, a conclusão é a mesma, isto é, em cerca de 3 anos, há um crescimento da dívida de quase 900 milhões de euros. Isso é de facto brutal e significativo. E é um dado indesmentível e o Sr. Secretário, de certa forma, acabou por não o contestar.

Isso traduz uma opção da vossa governação que obviamente traz consequências, quer no dia a dia dos açorianos, das famílias e das empresas, quer nas opções que o Governo acaba por adotar, porque fica privado dos recursos financeiros por via da sua má governação. Há algo que aqui importa clarificar, Sr. Secretário Regional das Finanças: não é verdade que a opção de assunção de dívida do Campo de Golfe da ilha Terceira tenha sido por culpa dos governos do Partido Socialista. Essa foi uma opção sua, ou do seu antecessor, eng. Joaquim Bastos e Silva.

Portanto, não vale a pena vir tentar empurrar responsabilidades para o Partido Socialista, porque o senhor é que fez essa opção e assumiu o compromisso, logo, apenas tem que assumir perante o Parlamento e não empurrar responsabilidades para os outros, porque a opção, reitero, portanto, não vale a pena vir esconder esse facto.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas): Não havia pareceres positivos da Conta.

O Orador: É uma questão que é também relevante e que de certa forma está relacionada com a Conta de 2022, tem a ver com uma matéria que foi abordada na última semana na Comissão de Economia.

Nós questionámos a Sra. Secretária Regional Berta Cabral sobre quem é que tinha autorizado a emissão do empréstimo obrigacionista de 60 milhões de euros da SATA relativamente ao J. P. Morgan. Esse empréstimo obrigacionista já implicou um gasto de cerca de 6 milhões de euros em juros em apenas 9 meses.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas): Já expliquei isso aqui!

O Orador: Uma taxa de juro efetiva que rondou os 10%. E, portanto, a Sra. Secretária Regional Berta Cabral disse que não foi ela que autorizou nem tinha conhecimento.

Sr. Secretário Regional Duarte Freitas, como tem a tutela financeira, eu pergunto se tinha conhecimento e se autorizou essa operação e, já agora, se se responsabiliza pelo gasto de 6 milhões de euros?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas): Eu não tinha nada que autorizar!

O Orador: Fico a aguardar a sua resposta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Secretário Regional das Finanças pede a palavra para?

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas): Sr. Presidente, para um protesto em relação às afirmações do Sr. Deputado Carlos Silva de falta de transparência do XIV Governo dos Açores.

Presidente: Tem a palavra.

(*)Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à transparência, o último partido que poderia aqui abrir a boca neste Parlamento é o Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: Há requerimentos desde a primeira década deste século que ainda aguardam resposta por parte dos governos socialistas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Havia requerimentos que eram feitos neste Parlamento a pedir relatórios por exemplo da inspeção e nunca se respondia. E a gente depois chegou à conclusão de que os relatórios existiam, havia informações que se pedia sobre os desempregados inscritos por concelho e governo socialista dizia que não tinha essas informações. Chegámos lá e tínhamos informações ao dia. O que é que fizemos? Transmitimos a cada última sexta-feira de cada mês as informações.

Os requerimentos não eram respondidos, agora são respondidos em menos de 30 dias com correção.

Deputado José Toste (PS): Não é verdade!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é mentira!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): 90%

O Orador: Mas gostaria também de deixar outra nota aqui que foi trazida não sobre a Conta de 2022, mas sobre algo que eu próprio teria que protestar, porque deste mesmo lugar, eu expliquei à câmara a questão do empréstimo da

JP Morgan. Eu acho que todos se lembram que eu expliquei – a todos aqui dentro e lá fora - a questão do empréstimo da JP Morgan; expliquei ao pormenor aquilo que tínhamos que explicar. E toda a gente sabia que aquilo tinha a ver com o plano de reestruturação e com o compromisso da SATA comprovar que poderia ir ao mercado sem aval do Governo e isso foi feito. E a verdade é que a SATA, sabendo que isso era um peso, porque naturalmente os grupos financeiros carregam nesse tipo de operação, a SATA antes de passar um ano, conseguiu amortizar de maneira a sofrer o mínimo de penalização possível.

Deputado José Pacheco (CH): Isso está mal contado!

O Orador: E foi isso que se fez, tão transparente quanto isso. Como também eu já tinha explicado, e o Sr. Deputado Nuno Barata ali sentado, aquiesceu quando eu estava a dar esta explicação. Se mais ninguém se lembra, ele deve-se lembrar daquilo que se passou, mas eu penso que está inclusivamente nos registos dos diários. E, portanto, este é um não assunto e muito menos um assunto de não transparência.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva para um contraprotesto.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Muito obrigado por me dar oportunidade para reiterar aquilo que eu disse e confirmar (e o senhor confirmou) a falta de transparência do Governo, porque

perante uma pergunta muito clara sobre o seu critério das responsabilidades financeiras futuras, o Sr. Secretário Regional já interveio 3 vezes e continua sem falar do assunto.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Já lá vamos!

O Orador: Tal é o incómodo com a dimensão do aumento da dívida.

Essa é uma herança que o senhor deixa aos açorianos. O senhor e o seu Governo deixam quase 900 milhões de euros em dívida em apenas 3 anos.

Isso é brutal e é uma responsabilidade sua e é por isso que o Sr. Secretário não quer falar deste assunto, já percebemos.

Obviamente que traz aqui um *soundbite* já preparado sobre o Governo da República... o mau... falava que ou é uma verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É *Soundbite* ou verdade?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas é verdade ou mentira?!

O Orador: E falou num garrote financeiro que tinha sido provocado ao Governo Regional dos Açores. Oh Sr. Secretário Regional, maior garrote financeiro que o seu Governo provoca aos açorianos, às famílias e às empresas não existe.

São atrasos nos pagamentos nos fornecedores, atrasos nos pagamentos dos apoios Covid e nem uma palavra da sua parte. **Deputada Joana Pombo**

Tavares (PS): Ora nem mais!

O Orador: Atrasos no pagamento do Solenerge, no pagamento do Proenergia, no pagamento do Nascer +.

O Sr. Secretário não fica incomodado com esses atrasos?

Vir protestar perante um pedido de esclarecimento do Partido Socialista, é no mínimo caricato, quando continua de forma reiterada sem responder e sem esclarecer este Parlamento.

É também importante dizer que o Sr. Secretário vem aqui apregoar a resposta aos requerimentos. Nós já tivemos exemplos numa resposta a um requerimento que foi feito sobre os caminhos agrícolas em São Miguel, em que o Governo mentiu!

O Governo disse que o caminho já tinha sido reparado, quando ele não estava reparado e isso foi cabalmente demonstrado.

Portanto, responder com mentira não é responder Sr. Secretário!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à justificação que o Sr. Secretário das Finanças deu sobre o Clube de Golfe, eu continuo não satisfeito.

Eu percebi que esse compromisso de dívida foi uma questão do anterior Vice-Presidente do Partido Socialista, mas se não era um aval, se não era uma carta conforto, o que é que vinculava a Região a ter que pagar essa dívida?

É só para ser uma *pessoa de bem*?

Foi para salvar bancos?

Os bancos têm os seus riscos.

(Aparte inaudível do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública)

O Orador: Está bem, mas o Sr. Secretário dê a justificação que entender.

Já agora, eu precisava de ter acesso – o CHEGA está muito interessado – a esse compromisso escrito, ou seja, o que é que vincula?

Na prática, algum banco ia ficar com menos lucros. Olha, não ganhava 10 ou 20 milhões, ganhava menos 3,9 milhões, mas os açorianos ficavam com menos uma dívida, a realidade é essa. É que os bancos não são instituições de caridade, fazem os seus negócios, avaliam os seus riscos, emprestam o dinheiro e têm que assumir as consequências dos maus negócios. Não é a Região que vai assumir as consequências dos maus negócios para salvar bancos - penso eu.

Outra questão é sobre a dívida que foi contraída pelo grupo SATA para provar o músculo financeiro, ou seja, essa questão que foi aqui debatida há pouco. O facto que se prende aqui é: era preciso 60 milhões? 1 milhão ou 2 não era suficiente que a SATA tinha capacidade de ir ao mercado, sem o aval do Governo Regional?

A outra questão é: só apareceu o JP Morgan com uma taxa de juro efetiva que ultrapassa os 20% com condições ruinosas? Não apareceu mais banco nenhum? Esta é uma pergunta direta.

Outra pergunta que eu tinha feito no início e que não foi respondida foi: o Governo Regional, de acordo com o Tribunal de Contas (quer o anterior Governo quer este) não apresenta as demonstrações orçamentais e financeiras de acordo com o SNC (sistema de normalização contabilística) que as empresas privadas tiveram que fazer.

Isso é um problema de má vontade? É falta de meios? É falta de conhecimento? Já agora gostaria de saber, uma vez que esse relato financeiro incrementa a transparência, porque rapidamente se tira um balancete e vê-se a quem é que devemos, o que é que devemos. E se calhar eu sou elevado a pensar que isso é feito de propósito para também reduzir um bocadinho a transparência. E gostaria que o Sr. Secretário me esclarecesse esse ponto de vista.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*)Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Lima:

Nós estamos em fase final de um trabalho com o apoio, aliás, da Comissão Europeia, para a reforma do sistema de informação financeira da Região Autónoma dos Açores. A Madeira já está um pouco mais adiantada. Houve uma reunião nos Açores e estamos gradualmente a cumprir esse requisito que o Tribunal de Contas cria e, naturalmente, é também um desiderato da nossa parte.

Em relação ao Campo de Golfe eu vou entregar na Mesa uma declaração do Sr. Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade, em que diz “a Região Autónoma dos Açores reconhece a importância do setor de turismo e da vertente do golfe no desenvolvimento regional e consciente da importância estratégica do Clube de Golfe da ilha Terceira, na disponibilização de infraestrutura económica desportiva de nível internacional da qual é associada e fundadora a Região Autónoma, declara ser de sua firme intenção assumir a propriedade integral dos imóveis e de quaisquer direitos sobre estes afetos à atividade do Clube de Golfe da ilha Terceira, através da empresa pública Sociedade Ilhas de Valor...” e por aí fora. E, portanto, é este o compromisso da Região.

O senhor pode sempre dizer “ah mas a Região poderia não ter cumprido”? Poderia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Deputado José Pacheco:
Ahhhhhh!!

O Orador: Mas também poderia não ter pago as faturas que encontrou em gavetas sem estarem registadas. Faturas que encontrou em gavetas de empresários privados que não estavam registadas.

Agora, a Região se é uma entidade de bem, se é uma pessoa de bem, naturalmente cumpre para o bem e para o mal, digamos assim. E nós entendemos que deveríamos pagar as tais faturas – pagámos! - e deveríamos cumprir o compromisso que o Governo da Região, representando a Região Autónoma dos Açores, tinha assumido.

Em relação apenas ao NASCER +, gostaria de dar as seguintes explicações: a resolução que nós tínhamos a 31 de dezembro de 2023, caiu a 11 de dezembro de 2023. E não foi possível renovar, porque não tínhamos legitimidade para renovar esta resolução no conselho do governo. O que estava em vigor não abrangia tudo aquilo que era pretendido para 2024 e, agora que temos instrumentos orçamentais, vamos em breve apresentar ao conselho do governo, vamos fazê-lo para dar cumprimento.

Por último, em relação à matéria que tem vindo a ser falada da dívida e do perímetro que, aliás, o Sr. Deputado António Lima também colocou, é evidente que a partir do momento em que temos uma Conta aprovada com o voto favorável do Tribunal de Contas nós sentimo-nos muito mais confortáveis para aquilo que é a verdade das contas regionais.

Quando houver de novo uma conta sem parecer favorável, como houve desde 2015 a 2022, cá estaremos para, com transparência, trazer aqui aquilo que o Tribunal de Contas poderá ter entendido que não fizemos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Continua sem dizer qual é o montante das responsabilidades financeiras futuras. Perdeu mais uma oportunidade para esclarecer e confirma aquilo que eu disse sobre a falta de transparência. É de facto paradigmático. O Sr. Secretário continua a omitir qual é que é o valor das responsabilidades financeiras futuras da Região, se quiser em 2022 ou se quiser à data de hoje - tanto faz - mas esclareça.

Fico a aguardar.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(* **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs., Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Desde 2018 que é obrigatório o SNCAP que é para a administração pública. Todos os serviços públicos e empresas reclassificadas executaram e cumpriram com essa legislação.

Em 2018/2019 eu não fiquei muito surpreendida por a DROT não ter aderido. Ao PS na altura das engenharias financeiras não interessava aparecer balancetes a espelhar essas engenharias financeiras. Mas, sinceramente, quando o PSD entrou para o Governo, eu pensei “é agora que vai haver o SNCAP e a DROT vai começar a cumprir a legislação”.

Quando diz que está uma empresa a estudar o sistema contabilístico para ser implementado, eu digo que a unidade de saúde do Corvo, que em 2018 tinha

uma administrativa e um conselho de administração, conseguiu apresentar contas em SNCAP. A DROT, desde 2018, ainda não conseguiu estruturar-se para apresentar as contas em SNCAP?

Já agora - eu não ia referir isto - mas a respeito das dívidas da saúde, o problema não é financeiro. Está bem que para os fornecedores teria sido ótima a transformação da dívida comercial em financeira. O problema das unidades de saúde é o subfinanciamento.

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

O Orador: Esse empréstimo vai resolver parte, mas se continuarem a aumentar os encargos com o pessoal continuarem a aumentar o pagamento das diárias às casas de saúde, os apoios à deslocação de doentes e depois não darem os meios financeiros às unidades de saúde, não há empréstimos que aguentem.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado António Lima.

(* Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma breve apenas para, em primeiro lugar, agradecer a informação que o Sr. Secretário transmitiu relativamente ao processo de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, compreendo todas essas dificuldades, o que não compreendo é que essa matéria, sendo uma matéria urgente, fique pendurada pelo processo político na Madeira, porque é um processo político que para nós não é relevante, o que é relevante é os Açores decidirem o que querem. E o Governo, sobre esta matéria, não perguntou, não promoveu e não apresentou as suas propostas, nem promoveu o debate sobre o que é que este Parlamento quer fazer nesta questão.

Por isso, tenho dificuldade em compreender, ainda para mais quando se refere amiúde que as despesas com a saúde e a educação são maiores, nós sabemos que são, não é de agora; que as transferências foram mais baixas tudo, todos nós sabemos, mas soluções é o que é preciso.

Sr. Secretário, relativamente às responsabilidades financeiras futuras, de facto tenho dificuldade em perceber a sua explicação. Então em 2022, porque o Tribunal de Contas não dava parecer positivo à Conta tinha que falar delas e agora não tem?! Os números são os mesmos, os números não deixam de ter um parecer do Tribunal de Contas e é com base nesses números, na Conta e no Parecer, que todos nós nos debruçamos. Deixar de falar nesse assunto, porque há ou não um parecer positivo, não faz qualquer sentido. Sei que não é conveniente falar deste assunto e com esse critério agora, mas cá estaremos para lembrar, ano após ano, enquanto ele for esquecido. E são 4500 milhões de responsabilidades financeiras futuras.

Finalmente, uma última nota, aproveitando também esta oportunidade, nós já tínhamos registado a sua explicação sobre o empréstimo obrigacionista de 60 milhões que o Sr. Deputado Carlos Silva levantou novamente.

Agora, aquilo que é fundamental e também já apresentamos um requerimento sobre esta matéria, já que os documentos nunca chegam através da Comissão onde são questionados os Membros do Governo, é fundamental perceber onde é que estava a obrigação para se contrair um empréstimo tão danoso, em que basicamente em termos de liquidez, a SATA teve 24 milhões de euros para pagar 6 milhões de euros de juros?

Isso significa uma taxa efetiva de juro de 30%.

Esse empréstimo danoso tem que ser explicado e não vamos desistir enquanto não o for.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*)Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo,

Já tive oportunidade de dizer e renovo que fica aqui assumido que a primeira Conta da Região que não tenha parecer favorável, será promovido o debate necessário para que os senhores possam descortinar com toda a transparência aquilo que o Tribunal de Contas aqui está escrutinando, dando parecer favorável que não dava desde 2015 até 2022.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso agora é um novo critério?

O Orador: Em relação à Sra. Deputada Hélia Cardoso, concordo que nós temos que fazer um esforço para implementar o sistema e estamos a fazê-lo. Na verdade, é preciso reconhecer quando as coisas não andam à velocidade que deveriam e, portanto, concedo e vamos continuar a fazer um esforço para tentar implementar o sistema que traz também mais transparência a todo o processo e que já vários departamentos do Governo elaboram com esse sistema.

Só mesmo mais uma informação relevante, penso eu, para esta câmara e para todos os açorianos. Prescindindo de argumentar relativamente à Madeira e aos Açores irem sozinhos, eu acho que há aqui um consenso e toda a gente compreende porque é que a Madeira teve que esperar por nós, porque é que agora nós temos que esperar pela Madeira.

Deputado Nuno Barata (IL): Isso foi uma opção vossa!

O Orador: O mais relevante talvez para esta câmara e que é importante nós refletirmos - e posso dar esta informação à câmara - é que segundo os estudos efetuados em relação aos sobrecustos da saúde e da educação nos Açores, os dados da Universidade Nova e da Universidade dos Açores, que serão carreados para a negociação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, em relação à saúde, estamos a falar de 22% de sobrecustos; em relação à educação 11% de

sobrecustos na Região Autónoma dos Açores. Esta é uma matéria que certamente deve-nos fazer refletir e certamente fará com que tenhamos que a debater aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É incrível, mas o Sr. Secretário conseguiu mais uma vez não responder à minha questão. É um desrespeito brutal para com este Parlamento e para com o Partido Socialista também.

Nós fizemos-lhe perguntas - acho que temos todo o direito – e ao Governo cabe responder. É legítimo. Já aqui foi avançado o montante. O Sr. Secretário continua sem dizer e acredito que tenha esses dados.

Qual é o montante das responsabilidades financeiras atuais da Região?

São os 4,5 mil milhões de euros?

Eu vou-lhe facilitar o trabalho: concorda com este montante?

É esse o valor das responsabilidades financeiras futuras da Região no final de 2022? 4,5 mil milhões de euros? E que corresponde a um aumento de quase 900 milhões em apenas 2 anos.

Confirma ou não confirma?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): 2 anos?! 2020 é da vossa responsabilidade!

O Orador: Sim, 2020 para 2022.

É exatamente por isso que temos esta preocupação e isso confirma obviamente o legado desastroso do Sr. Secretário Regional das Finanças na governação da Região.

Faço-lhe uma outra questão, Sr. Secretário que, aliás, já fiz e o senhor também não respondeu.

O Sr. Secretário tinha conhecimento e autorizou o empréstimo obrigacionista de 60 milhões de euros?

Muito obrigado.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Eu não tinha nada que autorizar!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças creio que para uma interpelação.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração

Pública *(Duarte Freitas)*: Sr. Presidente, para dar nota ao Sr. Presidente da Assembleia de que além do documento que me comprometi a apresentar relativamente ao compromisso do Governo da Região em relação ao Campo de Golfe, também vou entregar – porque pelos vistos o Sr. Deputado António Lima recebeu, mas o Sr. Deputado Carlos Silva não terá recebido - o Parecer e a Conta com parecer favorável do Tribunal de Contas, onde tudo está lá com transparência. E, portanto, aquilo que está a fazer aqui é tentar criar um anátema, porque o Tribunal de Contas, um órgão de soberania, já disse o que tinha a dizer e, pela primeira vez, deu um parecer favorável desde 2015.

Deputado Carlos Silva *(PS)*: Então porque é que não responde?!

Deputado Nuno Barata *(IL)*: Disse tanta coisa, porque é que não diz o número?!

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Assim que a Mesa rececionar os documentos, fá-los-á distribuir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta interpelação para dizer que tenho o Parecer do Tribunal de Contas que diz que o Governo violou o limite de endividamento e também tenho - e farei entregar - a intervenção do Sr. Secretário Regional Duarte Freitas no dia 12 de maio de 2022, em que inaugurava um novo critério de apuramento da situação financeira da Região, mas que agora esquece-se e esconde aos açorianos qual é o montante.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Está registada à sua interpelação.

A Mesa fará distribuir os documentos que entregar.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva para uma intervenção.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pergunto novamente se o Sr. Secretário Regional das Finanças confirma que o montante das responsabilidades financeiras da Região, no final de 2022, atingiu os 4,5 mil milhões de euros?

Aguardo novamente e usarei o tempo que tenho até ao fim, até que o Governo responda.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (Duarte Freitas): Sr. Presidente, para uma interpelação.

Para lhe pedir desculpa, porque ainda não fiz chegar a Conta com o parecer

favorável que esclarece o Sr. Deputado Carlos Silva, mas vou fazê-lo já.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para uma para uma intervenção.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante o incómodo, em primeiro lugar da aprovação pelo Tribunal de Contas da Conta da Região de 2022, o que não aconteceu nos sete anos anteriores, o Partido Socialista montou uma narrativa para que no fim do dia possa fazer uma nota de imprensa a dizer que o Governo Regional não responde às perguntas que o PS faz ou então que os compromissos futuros da Região são de 4500 milhões de euros. Tudo isto acoberto de uma falta de transparência.

É notável que esta acusação venha exatamente da bancada que tem a responsabilidade da Conta da Região de 2019 que - e vou citar o relatório do Tribunal de Contas desse ano – “assim a realização de operações à margem do orçamento e da conta não é dentro do orçamento em violação dos princípios da universalidade e da transparência” Repito, é a “violação dos princípios da universalidade e da transparência”. Mais outro juiz do Tribunal de Contas em 2019 é sobre a omissão na Conta de dívida não financeira, qual é o seu valor e porque é que ela em parte? Ainda não financeira ainda é comercial, porque o Governo da República de António Costa no último dia como disse-lhe muito bem regional, quando despachou para o Tribunal Constitucional um pedido de parecer sobre as competências da Região não teve tempo para fazê-lo o despacho que autorizava a transformação de dívida comercial em dívida financeira. Mas o Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta de 2019 diz “omissão na Conta de dívida não financeira”.

Isso é que era a transparência do Partido Socialista!

Mas que diz mais. Diz (...)”ultrapassagem do limite da contração de dívida

fundada fixada. Assembleia Legislativa. E, portanto é o partido que tem este histórico, que tem este cadastro que vem falar aqui da transparência. É o partido que não respondia aos requerimentos, aliás, respondia mentindo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por falar em “responder mentindo” há qualquer coisa mais recente.

O Orador: Eu já tive oportunidade de dizer uma vez e vou repetir: eu fiz um requerimento sobre atos inspetivos da inspeção administrativa regional. Não tive resposta.

cava. A resposta do Governo Regional foi que aquela inspeção não se tinha realizado. E é acontecia dois dos três inspetores que a realizaram e o estabelecimento de ensino onde essa inspeção tinha sido realizada teve durante 2 meses 3 inspetores que vinham todas as semanas da Terceira realizar a sua inspeção, mas o Vice-Presidente Sérgio Ávila respondeu à carta a dizer que “estão no plano de atividades da Inspeção Administrativa Regional” referindo que aquela inspeção não se tinha realizado.

É esta gente que hoje nos exige transparência, exige ainda do que o Tribunal de Contas que aprova e dão um parecer favorável sobre a Conta da Região mas isso já não é suficiente para o Partido Socialista. Eu acho que o Partido Socialista novo ou será um novo partido socialista acho que tem todos os tiques do velho Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): De todos os Deputados dessa bancada, é logo o senhor que diz isso!

Louvado!!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu até já fico incomodado por insistir na pergunta, mas a prática do Governo obriga-me a isso, ou seja, a prática do Governo não querer responder e não querer divulgar efetivamente qual o montante das responsabilidades financeiras futuras da Região?

É algo que nos deixa com uma postura arrogante corre com uma postura arrogante, pouco dialogante e que é transversal a vários departamentos do Governo.

Hoje de manhã assistimos a isso na saúde e agora o Secretário Regional das Finanças mantém a prática e isso é motivo de preocupação ao contrário da tão apregoada *transparência*, a verdade é que o Governo continua a omitir dados e a esconder informação. Este é um exemplo muito concreto e o mais paradigmático e que no meio disto tudo é que o critério que foi aqui invocado por nós, é um critério de que o Sr. Secretário Regional das Finanças a 12 de maio de 2022 defendia ser o critério que melhor traduzia a situação financeira da Região. Passaram 2 anos e o Sr. Secretário Regional refugia-se e não responde efetivamente sobre o montante das responsabilidades financeiras futuras. E certamente se o Sr. Secretário das Finanças não quer responder nem quer confirmar, é porque a trajetória da dívida da Região é de facto muito preocupante.

Nós estamos a falar desde 2020 até ao 1º trimestre de 2024, de mais de 883 milhões de euros, mais de 37% do crescimento da dívida.

(O Deputado Carlos Silva exhibe um documento perante a câmara)

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Não se vê nada, isso é uma folha em branco. Nem gráficos sabe fazer!

O Orador: Um défice que sensivelmente em 3 anos já atingiu quase os mil milhões de euros. E, portanto, são números muito preocupantes que traduzem uma gestão desastrosa das finanças públicas regionais e que tem dois rostos: o Sr. Secretário Regional das Finanças e, obviamente, o Sr. Presidente do Governo que aqui não está, mas que é o responsável máximo pela situação desastrosa em que a Região se encontra.

O Sr. Secretário Regional das Finanças continua sem responder se tinha conhecimento e se autorizou o empréstimo obrigacionista de 60 milhões de euros que a SATA contraiu?

É porque nós quando consultámos o relatório e contas da SATA Air Açores de 2022, é verdade que cá vem que a empresa cumpriu um financiamento, mas escondem qual foi a taxa de juros praticada e esse é mais um dado relevante.

Aguardamos novamente a resposta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Há cerca de 6, 7 minutos de intervenções do Partido Socialista, apenas ouvimos uma coisa: quais são as responsabilidades futuras da Região?

Há 6 minutos que o PS diz isso, mas só pelas razões que eu já invoquei na intervenção anterior. Já é mais uma é que o PS começou na sua intervenção

inicial por falar no aumento da dívida, percebeu que o aumento da dívida tinha muito a ver com a incorporação de dívida deixada pelo Partido Socialista na SATA e na Lotaçor e no aumento de capital social foi preciso fazer na Sata Internacional e na Sata Air Açores. Depois desistimos socialista também falou na intervenção inicial sobre prazos de pagamento. Os prazos de pagamento diminuíram em 2020 e 2022 comparativamente com 2021 e relativamente a 2019 é de menos 30 dias.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O Partido Socialista também se esqueceu dessa parte.

O Partido Socialista na sua intervenção inicial também falou do investimento que tinha sido baixo que era de 66,2% e quase que *rasgava as vestes*, porque isso era pouco. Mas, afinal, esse investimento em 2022 era só de mais 92 milhões de euros do que o melhor de sempre do Partido Socialista.

Isso significa que em 2022 a Região investiu diariamente mais 252 mil euros do que o melhor ano do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Também isso desapareceu e também isso acabou.

E como estes argumentos se esfumaram, o Partido Socialista fixou-se nas responsabilidades futuras que estão na Conta e estão no Parecer do Tribunal de Contas que é positivo. Mas eu vou dar um número que é apenas uma parcela dessas responsabilidades futuras. São 640 milhões de euros ainda para astutos de São Miguel que vão ser pagas até 2036 e são 140 milhões para o Hospital de

Santo Espírito da ilha Terceira em 2039.

A Conta da Região de 2019 para estes mesmos fins era de 657 milhões. Estão-vos a pagar bem, porque são investimentos de que eles usufruem. Mas, portanto, são essas responsabilidades futuras da Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Perante a falta de resposta do Governo Regional dos Açores, o Deputado Joaquim Machado vêm em auxílio, mas foi um auxílio *ao pé coxinho*...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já o senhor em relação ao PS não auxilia nada!

O Orador: ... porque faz menção ao prazo médio de pagamentos e diz que em 2022 que é um número extraordinário - 126 dias.

E agora Sr. Deputado, qual é o valor?

No final do 1º trimestre qual é o valor?

Qual é o prazo médio de pagamentos? Sabe qual é Sr. Deputado? Se para si 126 era bom, eu pergunto se 154 é motivo de preocupação ou é motivo de satisfação?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque no final do 1º trimestre o prazo médio de pagamentos a fornecedores era de 154 dias.

No 4º trimestre era de 152.

No 3º trimestre de 2023 era de 144.

No 2º trimestre de 2023 era de 133.

Se preferirmos e virmos ao contrário, passa de 133 dias no 2º trimestre de 2023, para 154 dias no 1º trimestre de 2024. E, portanto, isso é um motivo de preocupação. Não é motivo de satisfação e certamente fico a aguardar pelos seus esclarecimentos. Reitero, Sr. Secretário Regional das Finanças, qual é o montante das responsabilidades financeiras futuras?

Aproveite a oportunidade, porque ainda tem 30 segundos. Acredito que vai conseguir esclarecer efetivamente. E não se esqueça também de confirmar se autorizou e se tinha conhecimento de uma taxa de juro de 10% de um empréstimo obrigacionista da SATA?

Fico a aguardar.

Por último, Sr. Deputado Joaquim Machado, quanto aos investimentos nas SCUT de S. Miguel e no hospital da ilha Terceira, eu creio que não resta qualquer dúvida sobre a importância dos investimentos. E, portanto, nós não abdicamos deles.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Dispõe apenas de 27

segundos.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta esta pantomina que os Deputados do Partido Socialista trazem a esta Casa, não sendo a primeira vez, em que fazem perguntas para as quais já têm respostas - e sabendo a resposta continuam com a pergunta como se não tivesse havido resposta - eu acho que tem de acabar de uma vez por todas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É, temos que ficar *quietos e caladinhos!*

Sr. Presidente, extinga-se o Parlamento e vai cada um pra suas casas!

O Orador: Leiam o Parecer do Tribunal de Contas favorável à Conta da Região de 2022. Leiam a Conta. Está lá tudo transparente. Se outros deputados conseguiram ler, eu acredito que o Sr. Deputado Carlos Silva, com algum esforço e paciência, vai acabar por conseguir ler também.

Em relação ao empréstimo da SATA, é evidente que toda a gente sabia que havia compromissos assumidos com o plano de reestruturação e eles foram cumpridos. Se as entidades financeiras se aproveitaram (como se aproveitam) da fraqueza das empresas que me veio falar como já se falou hoje, sabemos que neste jogo do mercado quanto mais difícil é a situação, mais complicada é o empréstimo. Mas vá lá ver quem foi o responsável por desgraçar a SATA. Foram aqueles senhores que ali estão e têm boca de abrir.

Isto é extraordinário, Sras. e Srs. Deputados!

Tal como é extraordinário quem impôs um garrote financeiro à Região, por não pagar aquilo que a República devia e não pagar os 35 milhões. E depois vem falar de pagamentos em atraso.

Foi isso que os senhores provocaram que é e as dívidas que vinham de trás que vão ser assumidas tudo responsabilidades vossas secretárias o novo elã do novo líder eleito do Partido Socialista não querem falar de passado, só querem falar

do futuro. Não, temos muito para falar do passado e das dívidas que deixaram, das faturas em gavetas sem estarem registadas, sim senhor, das responsabilidades que assumiram perante os açorianos, das dívidas que deixaram de falar no setor público empresarial regional. E já depois de saírem do Governo, de serem cúmplices do Governo da República, que manda documentos para o Tribunal Constitucional e se “esquece” de dar autorizações para resolvermos os nossos problemas financeiros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado Carlos Silva pede a palavra para?

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, para um protesto à expressão proferida pelo Sr. Secretário Regional de que o Partido Socialista “desgraçou” a SATA.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas é mentira?!

Presidente: Tem a palavra e tem 3 minutos.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD e do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública)

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não percebo o incómodo com a justificação do meu protesto, quando ainda hoje de manhã alguém se incomodou muito com o *empurrar com a barriga para a frente*.

Parece-me um bocadinho precipitado os senhores virem acusar o Partido Socialista de desgraçar a SATA, quando a verdade é que a SATA continua a voar desde 2020 até hoje.

A verdade é que o recém indigitado Presidente da SATA diz que agora é que vai começar a *salvar* a SATA. Só que aí contradiz a narrativa do Sr. Secretário Regional das Finanças que diz que tudo fez para salvar a SATA. E portanto a cada dia que passa, vem um novo protagonista dizer que *agora é que vai ser*, agora é que vai *salvar* a SATA. E a verdade é que ela continua a existir e a voar, ao contrário da vossa intenção de a desmantelar e de privatizar 85% da Sata Internacional. Isso, sim, é de facto preocupante e felizmente o caderno de encargos e o processo de privatização foi suspenso - pelo menos para já - enquanto aguarda pela decisão do tribunal.

Portanto, Sr. Secretário, tem que se habituar às perguntas e deveria habituar-se à prática de responder e prestar contas. É algo que o incomoda, mas pode fazer os sons quiser e o alarido que quiser que não nos intimida. Não vamos abdicar de fiscalizar, de perguntar as vezes que forem necessárias. E este debate é mais um exemplo disso.

Nós perguntámos qual era o montante e o Sr. Secretário refugiou-se e nunca respondeu.

Nós perguntámos se tinha conhecimento e se tinha autorizado o empréstimo de 60 milhões de euros e o Sr. Secretário não respondeu.

Nós perguntámos se tinha conhecimento de uma taxa de juro de 10% e o Sr. Secretário não respondeu.

Portanto, Sr. Secretário Regional das Finanças, a sua postura arrogante, pouco dialogante e pouco esclarecedora é de facto preocupante, mas nós vamos continuar aqui a perguntar e a fiscalizar as vezes que forem necessárias.

Deputado Flávio Soares (PSD): Vão continuar aqui cada vez menos, mas pronto!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, querendo, pode usar da palavra para um contraprotesto.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, talvez fosse desnecessário o contraprotesto, porque a piada fez-se por si própria, quando se quer protestar por o Partido Socialista ter desgraçado a SATA.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isto não tem piada nenhuma!

Só os senhores é que se riem!

O Orador: Enfim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu recordo-me naquela tribuna quando era deputado da oposição de apresentar um relatório que tinha sido pedido ao Parlamento sobre a reestruturação da SATA, e o Governo mandou para o Parlamento uma falsidade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

O Orador: Uma falsidade que foi aqui desmascarada com o relatório que o Governo tinha mandado ao Parlamento e com o relatório verdadeiro.

Isto é que era **mentir**. E para quê?!

Porque sabiam que estavam de facto a desgraçar a SATA!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque sabia um adversário a senhora? O senhor o Sr. Deputado Vasco Cordeiro quando começou a ter responsabilidades na tutela da SATA ou depois como Presidente do Governo fez praticamente em termos figurados despenhar a SATA passou de capitais positivos para a desgraça completa e até o Sr. Deputado Carlos Silva que quando o Sr. Deputado Vasco Cordeiro iniciou esta manobra APIC criticava. Sabem porquê?

Agora já está a defender o Deputado Vasco Cordeiro que ele criticava na altura porque estava a desgraçar a SATA também. E, portanto, é uma piada que se faz por si própria, Sras. e Srs. Deputados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Sr. Deputado Carlos Silva...?

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço uma interpelação à Mesa, porque irei entregar o relatório e contas da SATA que confirma que os capitais próprios agravaram-se em quase 200 milhões de euros, desde que este Governo da Coligação governa a Região.

Esse relatório contradiz aquilo que disse o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Assim que a Mesa rececionar fará distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(* **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto não é a minha especialidade, mas fui fazer *arqueologia* e descobri que o responsável pela dívida dos Açores é Dom Afonso Henriques! Eu tenho que referir aqui alguns números, começando por dizer que desde 2012 é importante dizer eh em relação ao à dívida que existia em 2012 e o e o que existia em 2020 nós passámos de um endividamento que era 19% em 2012 para

60% do PIB. No entanto, a população residente dos Açores baixou 3%.

Eu faço uma pergunta aqui às bancadas:

Quem é que deu-lhe entre 2012 e 2022 esteve no Governo?

Quais foram os partidos?

PS e PSD. O CHEGA não esteve e não está.

Portanto, eu acho que tem que haver aqui uma reflexão crítica em vez de haver um passa-culpas, porque a dívida não passa são facto e passar culpas uns aos outros que não fazem a dívida desaparecer. E era sem divisão que eu iria fazer.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até parece que o Deputado Francisco Lima anda a ler as *notazinhas* que eu estou escrevendo aqui.

É assim que ninguém consegue ler isso porque isso é assim quando eu estou escrevendo, só eu e Nosso Senhor sabemos o que é que está aqui. Mas quando eu acabo de escrever se eu não sou é que sabe? Já nem por isso é que há de fazer que ando aqui às vezes. Mas passe esta brincadeira inicial, tenho assistido a este debate impávido e sereno, mas custa-me, aliás, devo revelar que fico inclusivamente incomodado quando vejo alguns *sorrisinhos* e alguma graçola de deputados de ambas as bancadas, quando são feitas essas acusações de quem é que desgraçou o quê.

Quem é que endividou mais?! Quem é que endivida mais?!

De facto, isto parece aquela história dos dois velhinhos que estão no lar de idosos a discutir todos os dias sobre quem foi o que sujou mais a fralda!

(Risos do Deputado Pedro Neves)

O que é facto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é que já não há fralda, já não se consegue ver o branco da fralda!

E isto é que é assustador e preocupante!

Eu vou dizer o número que o Sr. Secretário Regional disse naquela tribuna em maio de 2022: **3,2 mil milhões de euros.**

Na altura eu adverti o Sr. Secretário que a partir de hoje seja esse o critério. A ver se o critério de mais triste que seja este o critério. E é o critério que deve estar correto que é este critério que nos dá realidade do que é que são as responsabilidades futuras da Região Autónoma dos Açores que são aquelas que os nossos filhos e netos vão ter que assumir. E algumas delas nem são palpáveis como o hospital Santo Espírito de Ilha Terceira. São coisas que nós nem sabemos onde é que o dinheiro foi gasto. É porque do hospital e dos estudos eles ainda vão impedir o sofrimento, do resto eu não sei.

Portanto, em relação à dívida da Região Autónoma dos Açores e em relação à SATA não podem abrir a boca...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Podem, podem!

O Orador: ... porque os Srs. Deputados recordar-se-ão certamente que quando debatemos aqui nesta Casa o orçamento de 2021, a Iniciativa Liberal alertou para a necessidade de se resolver o problema da SATA e o problema da dívida da Região Autónoma dos Açores.

O problema da SATA está por resolver e a dívida da SATA está a aumentar. E os capitães próprios a diminuir e o Governo Regional dos Açores continua impávido com ACMIS, voos, desertos, voos para destinos que não interessam absolutamente nada e ninguém é chamado à colação para explicar esses desastres económicos que a SATA está a provocar.

Em relação à dívida, também não têm boca de abrir, porque neste momento, segundo o Relator da Comissão, fui entregue duas vezes ao Sr. Presidente da Assembleia que passe pelas aldeias que sul não entregam às vezes nenhuma aos Srs. Deputados que não é preciso. Neste momento, segundo os critérios que não são de Maastricht, os é de 4.5 mil milhões de euros, quando era de 3.2 em maio de 2022.

Esta é a questão.

Por isso, nem PS nem PSD têm boca de abrir neste assunto!

PS e PSD não servem aos açorianos!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho apenas para registar uma afirmação que o Sr. Secretário Regional das Finanças proferiu há pouco. Teremos com certeza muitas questões a colocar sobre essa afirmação e sobre o que ela significa.

O Sr. Secretário disse há pouco que as instituições financeiras - e cito - “aproveitaram-se da SATA”.

Uma das primeiras questões que gostaria de deixar, sendo que será meramente retórica uma vez que o Governo já não tem tempo - mas teremos oportunidade de voltar a este assunto - se foi assim, o que é que andou a fazer o Governo para proteger os Açores e a SATA, se as instituições financeiras internacionais o grande *bunker* internacional andou a aproveitar-se de uma pequena companhia aérea de uma Região pobre para lucrar 6 milhões de euros em 9 meses?!

Deputado João Vasco Costa (PS): Estava *sonâmbulo!*

O Orador: Se é um Governo destes que temos, é de facto um triste Governo!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma interpelação.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para pedir ao Sr. Presidente da Assembleia que faça distribuir pelas bancadas imediatamente pela bancada do Chega e ao Sr. Deputado Francisco Lima uma publicação do Conselho de Finanças Públicas, que não é propriamente conhecido como sendo uma instituição ligada na EOPS ou não é conhecido por ser uma instituição ligada ao PS ou ao PSD, sendo que essa publicação tem por título *Evolução das Finanças das Regiões Autónomas no período de 2011 a 2020*.

Porque uma coisa é a gente ter uma opinião sobre aquilo que sabemos, outra coisa é nem sequer sabermos aquilo sobre que queremos ter opinião. E, neste caso, este estudo pode ajudar a perceber algumas das questões que foram aqui faladas neste debate com critérios científicos e com justificações e dados que nada têm a ver com uma apreciação pretensamente política do que quer que seja. São dados técnicos que permitirão exatamente ajuizar a evolução das finanças das Regiões Autónomas no período de 2011 e 2020. Uma publicação do Conselho das Finanças Públicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Isso é uma espécie de *defesa da honra* ao Deputado Francisco César?

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): O Deputado Francisco César não precisa que eu defenda a honra dele. Sabe muito bem defender-se!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Vocês agora é que vão ver o *saco de gatos* em que se meteram. Isto está só a começar!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Assim que a Mesa rececionar o documento fará distribuir pelos Srs. Deputados. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sr. Presidente, é para lhe dar de conta de que vou entregar na Mesa, com o pedido de distribuição pelos Srs. Deputados, um documento também do Conselho de Finanças Públicas que tem por título *Evolução Orçamental das Regiões Autónomas em 2022*.

Nesse documento destaco a página 10, onde se diz que “apesar de em 2022 o PIB nominal açoriano ter registado o crescimento mais elevado (12%) desde 1995, essa variação foi insuficiente para infletir a trajetória do agravamento sucessivo do rácio da dívida pública verificada nos últimos 14 anos, isto é, de 2008 a 2022.

Vou-lhe entregar todo o documento do Conselho das Finanças Públicas, com esta parte sublinhada.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Há mais interpelações ou podemos passar à votação?

(Pausa)

Vamos votar a **Proposta de Resolução n.º. 14/XII – Conta da RAA c referente ao ano de 2022.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A **Proposta de Resolução n.º. 14/XII** foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 2 do CDS/PP, 1 do PPM e com 23 votos contra do PS, 5 abstenções do CHEGA, 1 abstenção do BE, 1 abstenção da IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 17 horas e 50 minutos.

Eram 17 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado João Mendonça pede a palavra para?

(*) **Deputado João Mendonça (PPM):** Sr. Presidente, para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Regressamos às 18 horas e 10 minutos.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 10 minutos.

Vamos então avançar para o ponto 6 da nossa agenda que se refere à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII** “Estabelece o regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Freguesias e Associações de Freguesias da Região Autónoma dos Açores” (GRA).

É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para a apresentação da iniciativa.

Faça favor Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cumprindo mais um importante compromisso da nossa agenda de governação para a década, venho agora apresentar às Sras. e Srs. Deputados a Proposta de Decreto Legislativo Regional que será e dará, após a sua aprovação, vida nova a um regime jurídico de cooperação técnica e financeira antes a Administração Regional Autónoma e as Assembleias e Associações de Freguesias.

Aproveito o ensejo para (nas galerias) saudar o Presidente e demais membros da Delegação da ANAFRE na Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos de toda a câmara)

O Orador: O poder local democrático nos Açores é, como no país, um parceiro de desenvolvimento dos nossos territórios e um elemento decisivo no valor da proximidade entre o eleito eleitor e a resolução, com menos meios, de mais problemas na proximidade com as famílias, com as pessoas e com as necessidades territoriais. Estamos, pois, a realizar um ato de consistência e responsabilidade porque, aliás, concretiza o programa do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional consubstancia um forte pilar do nosso modo de governar que exerce em parceria com o poder local e tendo como grande objetivo o desenvolvimento das nossas comunidades e o progresso dos Açores.

O progresso dos Açores faz-se com cada uma das 155, os 19 municípios, as 9 ilhas e a população inteira da nossa Região e a consideração pela nossa diáspora espalhada pelo mundo. Ora este novo paradigma de governação da Região a que demos início no final de 2020 com a tomada de posse do XIII Governo dos Açores tem no Poder Local nas freguesias, municípios e associações respetivas este verdadeiro parceiro de progresso.

O poder local desempenha neste novo paradigma da nossa governação, um papel determinante no desenvolvimento territorial da Região, porque assim reconhecamos, respeitamos e valorizamos a identidade e a capacidade de cada ilha, de cada concelho e de cada freguesia.

Apostar no Poder Local é ganhar coesão social e territorial para vencer as desigualdades e derrotar - e não é fácil - o despovoamento das nossas diferentes geografias.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Conosco o Poder Regional e o Poder Local são autores e intérpretes comprometidos com a realização de sinergias públicas num investimento. Estão, assim, os dois comprometidos com as mesmas populações e é mais proveitoso para ambos, isto é, para todos o trabalho conjunto de ambos e a favor do interesse comum.

Acreditamos muito numa verdadeira técnica ou financeira entre a Administração Regional Autónoma e as nossas Autarquias. Cooperação, partilha de meios financeiros para investimento, disponível no orçamento regional e para, neste caso em concreto, para as nossas freguesias.

Em cada ano, haverá a certeza de critérios transparentes e a estabilidade garantida pela existência de regras conhecidas por todos. Haverá, portanto, partilha baseada em critérios objetivos e equitativos, transparentes e escrutináveis que assegurarão previsibilidade e estabilidade no relacionamento institucional e financeiro do Governo Regional com as Juntas de Freguesia. Um relacionamento é absolutamente suprapartidário, que trata todos como deve ser, com igual respeito democrático.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Quando desenhámos esta Proposta de Decreto Legislativo Regional agora submetida a apreciação e votação deste Parlamento, tivemos em conta uma multiplicidade de freguesias com realidades sociológicas, geográficas e demográficas muito diversificadas sem, todavia, esquecer a uniformidade do seu enquadramento legal, designadamente ao nível das atribuições e competências, que nem sempre permite uma adequada resposta às populações nem a prossecução por parte dos eleitos dos atuais desafios de gestão local de eficiência e de boa administração.

Esta proposta do novo regime jurídico, para além de assegurar maiores estabilidade financeira, representa mais um contributo para reforçar a capacidade das Juntas de Freguesia açorianas para contratação de recursos humanos ou para a aquisição de serviços viabilizando assim a execução adequada das suas competências.

Deputado Nuno Barata (IL): Ó Sr. Presidente, fale para os açorianos e não para a ANAFRE.

O Orador: Olharei para si, Sr. Deputado.

Estamos cientes da necessidade de investir na maior capacitação dos autarcas de freguesia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: As exigências atuais da atividade pública assim o exigem. Os eleitos locais são também gestores de interesses públicos, locais é certo, mas interesses públicos. Para além de defensores dos interesses das suas próprias comunidades.

O desenvolvimento económico de cada freguesia é um desígnio também regional. Assim o entendemos. E este tão almejado progresso, só será alcançado com a interação de ambos os níveis de poder, assegurando a coerência das diversas atuações o que pressupõe um processo articulado, participativo e colaborativo, cabendo a cada um assumir a execução de projetos ou atividades, tendo em conta as suas competências e responsabilidades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste sentido, reforçar a cooperação financeira com as Juntas de Freguesia é determinante.

Valorizar as freguesias, os seus autarcas, as suas populações é estar, afinal, ao lado dos novos desafios trilhando novos com responsabilidade.

O regime financeiro fundamental é o previsto e a prever na Lei de Finanças Locais - disso não tenhamos dúvidas. Aliás, esperamos que no breve prazo, venha a ter uma revisão mais favorável, mais justa ao poder local português e das regiões autónomas. E, portanto, colaborando com as freguesias. No entanto, e em paralelo, queremos celebrar estes acordos que permitam às Juntas de Freguesia nos Açores assumir responsabilidades em domínios muito diversos, numa perspetiva de coesão do território, reforço da qualidade dos serviços prestados à comunidade, racionalização dos recursos disponíveis com ganhos claros para as populações no exercício da dita política de proximidade. Este novo regime jurídico de cooperação técnica ou financeira entre a Região Autónoma e as Freguesias e as suas Associações, prevê um relacionamento técnico e financeiro entre a Região e as Freguesias que garante, repito, estabilidade, regularidade e previsibilidade.

Trata-se, pois, ênfase, de um regime transparente previsível, regular e reforçado no seu domínio de envelope financeiro. Sem prejuízo da iniciativa e proatividade de cada um, é recomendável que o regime habilite, como aliás habilita, transparência e equidade na atribuição dos apoios às Freguesias da

Região, começando pela fixação de critérios objetivos previamente conhecidos na atribuição dos apoios.

Este novo regime assegura uma cooperação com as freguesias, tendo por base um pacote financeiro apropriado. Um fundo que deverá contemplar verbas consideráveis para o apoio às Freguesias, por forma a que estas possam planear os seus projetos, desenvolver as suas ações e estabelecer as suas próprias prioridades com os recursos humanos e financeiros adequados.

Com este novo regime são aumentadas as áreas de investimento, respeitando, no entanto, as competências das Juntas de Freguesia.

No presente, e com regime em vigor, só se contempla a construção, reconstrução, reparações de edifícios das sedes de Junta de Freguesia e a aquisição de equipamentos indispensáveis ao funcionamento das mesmas, mormente, os digitais.

Com este novo regime agora proposto, verifica-se um claro aumento das áreas de colaboração das freguesias com o Governo Regional, nomeadamente quanto à beneficiação, requalificação, manutenção e limpeza de infraestruturas públicas, incluindo a orla costeira e zonas balneares.

As campanhas de educação e sensibilização ambiental na área do lixo marinho, também estão contempladas neste novo regime, à parte o regime específico das eco-freguesias.

A beneficiação, requalificação e manutenção de infraestruturas públicas no domínio da agricultura e infraestruturas de bem-estar animal, também passam a estar consignadas neste novo regime.

A realização de investimentos ou outras despesas públicas na área do turismo e na área da transição digital, são também abrangidas. Esse novo regime de cooperação tem associado a criação de um fundo para o desenvolvimento das Freguesias dos Açores. Fundo inscrito no plano e orçamento regional em cada ano. São, pois, anualmente, alocados os valores do fundo a cada uma das

modalidades da cooperação financeira e técnica que acabei de fazer referência. Para o corrente ano - estamos a falar apenas do segundo semestre - o fundo está dotado com 2 milhões de euros. As Juntas de Freguesia podem planear e programar os seus projetos, desenvolver as suas ações, estabelecer as suas próprias prioridades e, assim, apresentar as candidaturas de acordo com a sua própria decisão.

Com este novo regime jurídico de cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Freguesias e, repito, as Associações de Freguesias dos Açores, porque passa a ser também um beneficiário e um candidato aos apoios, será criada a plataforma eletrónica denominada “o portal da cooperação com o poder local”. Mais: todos estes processos estarão centralizados desde a apresentação da candidatura até à sua conclusão, isto é, a aprovação, tornando-os mais céleres, mais transparentes, mais simples e eficazes e possibilitando o acompanhamento constante por parte das próprias Juntas de Freguesia e todos os outros que fiscalizam a ação governativa.

Então, todos passarão a conhecer as listas das candidaturas apresentadas, as selecionadas e as não selecionadas, as aprovadas e as não aprovadas. Tudo devidamente e facilmente escrutinável, assegurando, assim, total transparência.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É, pois, este novo regime mais um passo em frente no novo paradigma da governação dos Açores que, sublinhamos, dando um passo importante e histórico que vai ao encontro, aliás, dos anseios das comunidades locais, dando-lhes maior concretização.

Sinalizo, Sras. e Srs. Deputados, este projeto foi elaborado com o conhecimento, a partilha, a participação ativa, aliás, das Freguesias e, em

particular, da Delegação Regional da ANAFRE que aqui presente sabe e constata que cumprimos com rigor os objetivos da coordenação realizada para a elaboração deste diploma.

Pelo Poder Local democrático dos Açores tudo. E estamos a apresentar aqui tudo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Presidente do Governo.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

(*) Deputada Sandra Costa Dias (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, num primeiro momento, que também dirija um cumprimento à direção da Delegação Regional da ANAFRE, nas pessoas do seu Presidente Manuel António Soares e do Sr. Presidente Sérgio Costa.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A aprovação do regime jurídico da cooperação técnica e financeira assume para o Partido Socialista carácter urgente, tal como já foi por nós defendido.

Sendo as freguesias e as autarquias locais cujos órgãos de se encontram mais próximos dos cidadãos, há que assegurar a afirmação do seu papel como polos essenciais da democracia de proximidade e da igualdade no acesso aos serviços públicos, procurando também contribuir para o desenvolvimento de todas as nossas freguesias e, assim, assegurar uma maior coesão territorial. O poder local é fundamental para o desenvolvimento das freguesias. A sua capacidade

de agir de forma rápida e adaptada às necessidades locais aliada à promoção da participação cívica e ao estímulo da economia e da cultura locais, faz com que seja um motor essencial para o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades. A pertinência deste regime sem reforçada com o facto de, hoje, confrontarmo-nos com uma realidade social e económica onde se exige uma maior capacidade de resposta a situações de grave vulnerabilidade, exige-se uma resolução célere, eficiente e eficaz por parte da administração pública seja ela local ou central. Pelo que o poder local poderá ter um papel cada vez mais efetivo nestas respostas.

Por isso, o Partido Socialista enaltece a importância do poder local e, logo, de todos os instrumentos que possam contribuir para a boa execução da missão das juntas de freguesia junto das suas populações.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Ainda assim, o Partido Socialista propõe alterações que apresentámos a esta Casa, com o propósito de contribuir para a melhoria deste diploma, visando o benefício para as freguesias. E a saber - e vou apenas elencar algumas das propostas por nós apresentadas: alargar a abrangência das áreas e tipologia de apoios em matéria de cooperação em áreas que, consideramos nós, importantes também para a ação das juntas de freguesia; reforçar a transparência na avaliação das candidaturas assegurando a a publicitação dos critérios; tornar mais célere o processo de celebração de acordos em 2024, reduzindo o prazo de regulamentação previsto na proposta de 60 para 30 dias e assegurar ainda a definição de prazos no processo de celebração dos contratos dos contratos de cooperação; garantir o acompanhamento mais próximo pelo Parlamento, incluindo um representante desta entidade na Comissão de Acompanhamento e manter o Eco-freguesia em regulamentação autónoma conforme entendimento também da Delegação Regional da Associação Nacional de Freguesias.

É tempo de responsabilidade. Com estas propostas, o Partido Socialista procura contribuir para a robustez deste sistema para facilitar a operacionalização do mesmo, apoiando as nossas freguesias com o valioso objetivo de estar ao serviço do bem comum e sempre em prol do melhor para os Açores.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(* Deputado Francisco Lima (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, de alguma forma tem boas intenções, mas eu gostaria de referir aqui um ditado popular que é “de boas intenções está o inferno cheio”.

Da parte do CHEGA, esperamos que haja transparência e que isso não seja mais de uma forma - e aproximamo-nos de eleições autárquicas - de por nas juntas de freguesia, por um lado, um pesado ónus, porque é uma desresponsabilização do Governo que podia fazer a obra e não faz, colocando, assim, esse ónus nas juntas de freguesia, e por outro lado, poderá ser uma forma de burocratizar o processo, pois pelos montantes que aqui estão, eu não vejo capacidade técnica por parte das juntas de freguesia, embora diga nas propostas de alteração que o Governo Regional vai ajudar na candidaturas.

Da nossa parte, acreditamos sempre nas boas intenções, mas no meio disso tudo, à semelhança do que aconteceu no tempo do PS que era igual, há sempre as freguesias *amigas* e as freguesias *menos amigas*. E eu não sei até que ponto o que é que se vai ganhar com isso. Parece que esse dinheiro está fechado num

cofre e não havia capacidade de o executar e, então, as juntas de freguesia, sem meios, é que as vão executar. Os montantes são extremamente elevados e há aqui uma sobreposição, porque mantém o Decreto n.º. 32/2002 que parece não funcionava. Não há aqui duplicação de legislação. Logo, temos aqui algumas reservas em relação a isso, nomeadamente quanto à transparência. E vamos ser honestos, se essa quantidade de dinheiro entrar aqui em projetos, será que isso não vai permitir também a entrada alguns frigoríficos e máquinas de lavar em altura de eleições?

Deputado Flávio Soares (PSD): Oh senhor, pelo amor de Deus!

O Orador: Isto se calhar seria um problema.

Basicamente são estas questões que eu gostava de levantar.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, cumpre-me dizer que este é um dia histórico para todas as Juntas de Freguesia dos Açores e para todos os executivos da Juntas de Freguesia dos Açores e para os nossos autarcas que mais próximo estão junto do povo açoriano. E, portanto, é um dia de congratulação, é um dia em que é apresentado o novo regime da cooperação técnica e financeira com as Juntas de Freguesia dos Açores pelo Governo Regional dos Açores que, desde cedo, inscreveu no seu programa a cooperação com o Poder Local como sendo uma das suas principais eh prioridades.

Não posso, contudo, obviamente, visto que já houve duas intervenções antes de

mim – Sra. Deputada Sandra Costa Dias - as propostas de alteração do Partido Socialista foram distribuídas por todas as Sras. e Srs. Deputados. Já tivemos também oportunidade de falar sobre esta matéria, contudo, deixe-me dizer-lhe que obviamente algumas importam que numa fase posterior, logo a seguir à publicação caso essa proposta seja aqui aprovada, haja a regulamentação onde se prevê que estejam todos os critérios de forma clara e escrutinável de acesso a todos, para que todas as candidaturas tenham e partam da mesma base. Refiro-me apenas a esta, porque também se referiu a esta. E na senda principalmente de tudo o que nos leva - é a minha opinião muito pessoal, Sr. Presidente do Governo - além de todo o diploma, o que mais importa para mim, e acredito que os meus colegas partilharão desta opinião, é a transparência no acesso e na distribuição de recursos públicos por todas as Juntas de Freguesia dos Açores. E é tempo de todos os autarcas de freguesia dos Açores saberem que têm as exatas mesmas condições para aceder e para se candidatarem a estes fundos.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Depois também ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Francisco Lima, respeitando muito a sua opinião, ela ficará entre o senhor e os Presidentes de Junta de Freguesia dos Açores.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este novo regime tem algumas particularidades muito importantes e não é à toa que se chama exatamente um **novo regime**, é uma porta de entrada e de liberdade para que as juntas de freguesia tenham mais autonomia, que sejam mais valorizadas, que vejam reforçadas também as suas oportunidades e uma coisa muito importante que é também não lhes é dada liberdade, sem que

sejam elas próprias responsabilizadas pelas prioridades que tomarão para as suas freguesias.

Portanto, sim senhor, mais liberdade de definir prioridades, mais liberdade de ação, mas também acompanhada de mais responsabilização para a definição das suas próprias prioridades. E depois este novo regime assenta, sobretudo, na colaboração e na partilha bilateral de meios entre o Governo Regional dos Açores e as Juntas de Freguesia dos Açores, com ações mais abrangentes do que o atual que está em vigor e que o Sr. Presidente do Governo explanou ali da tribuna e que até então era verdadeiramente bastante mais limitador e não com a abrangência que este novo regime traz às Juntas de Freguesia dos Açores.

O facto é que o Governo Regional dos Açores quando construiu a par e passo este diploma com os parceiros que o Sr. Presidente também disse que deram os seus contributos, desde logo, obviamente, a Delegação da ANAFRE nos Açores, foi ao limite do que podia fazer para a colaboração com as Juntas de Freguesia dos Açores, no sentido em que toda a gente sabe que a maioria da legislação não é regional no que diz respeito às autarquias de forma geral, mas neste particular, o Governo Regional dos Açores foi ao limite do que pode fazer, para que sejam efetivadas todas as intenções que sempre teve em relação às Juntas de Freguesia dos Açores e dos seus presidentes, numa senda de perfeita coordenação, colaboração e cooperação entre o Governo Regional e as Juntas de Freguesia.

Para já, fico-me por aqui.

Obrigada.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este é um diploma há muito desejado pelos autarcas de freguesia que como eu costumo dizer, são os *pontas de lança* da classe política nacional e que mais do que qualquer um de nós, sofrem todos os dias aquilo que são as preocupações das suas populações pela proximidade que têm com elas.

Como costumo brincar, não há freguês que não saiba qual é o vidro da janela do seu presidente de junta. E é muitas vezes a ela que vão bater, seja a que horas for, para resolver o problema que têm entre mãos. E são eles que muitas vezes têm que acudir a situações que nem são da sua responsabilidade. E são eles que muitas vezes têm assumido até responsabilidades que são da Região e do Estado, para não ficarem mal junto dos seus fregueses, como por exemplo, na limpeza de alguns caminhos agrícolas que ninguém sabe de quem são, mas se o freguês reclama – e reclama é com a junta - a junta não tem outro remédio senão ir lá limpar aquilo, porque senão é a junta que tem a culpa do caminho não estar limpo.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Isso não é verdade!

O Orador: Até neste aspeto, permitam-me que diga que o diploma, na minha opinião, tem algumas fragilidades e, desde logo, uma que tem a ver precisamente com a definição do que é que são caminhos agrícolas, do que é que são caminhos municipais, do que é que são estradas regionais. Por isso, este é um diploma que urge rever o mais rapidamente possível.

O DLR nº. 18/2003 está completamente desatualizado e eu penso que nem a Região sabe bem os caminhos que existem, neste momento, porque há servidões privadas que passaram a ser servidões públicas e há servidões públicas que passaram a ser servidões privadas, há uma panóplia de situações

que urge resolver, não vá esse diploma criar um problema aos autarcas de freguesia nessa matéria. Mas esse é um problema menor, diria eu.

Este diploma encerra, desde logo, um outro problema que tem a ver com a centralidade do Parlamento, tantas vezes anunciada, tantas vezes propalada por este Governo e que tem a ver com a criação do tal fundo para acudir a este articulado que aqui nos apresenta hoje. Ao contrário dos outros fundos autónomos que são aprovados por decreto legislativo regional, e que se esperava que neste diploma viesse também a criação do tal fundo, ele é remetido para decreto regulamentar regional. Ora, desde logo, se esvazia alguma centralidade deste Parlamento.

Porém, há aqui um pontinho que o Sr. Deputado Francisco Lima já tocou nele, que é precisamente o nº. 2 do Artigo 10º que então abre a porta ao *amiguismo*.

Deputado José Pacheco (CH): A porta fica escancarada!

O Orador: E isso é que não pode ser, porque aqui o que se prevê é que o Governo Regional decida o que é que são investimentos de interesse público regional e não o que não são. Ou seja, se em determinada freguesia o autarca é meu amigo e eu quero dar uma ajuda, o projeto é de interesse regional; na freguesia ao lado, já não é.

À parte da Região estar a substituir-se a uma competência do Estado, mas isto também para mim já não é novidade, porque a infelizmente tem que se substituir às competências do Estado dezenas e centenas de vezes, porque o Estado não cumpre com as regiões autónomas naquilo que é sua responsabilidade, mas esses centralistas para lá fiquem, há neste diploma um vício de manter a ideia de que existem ilhas que precisam de majorações e outras que não precisam.

Folgo em saber que o Corvo já não precisa umas gerações, porque o Sr. Deputado Paulo Estevão já conseguiu tudo para lá. E, portanto, o Corvo já sai daqui, porque já não precisa de majorações. Mas eu pergunto qual foi o

conceito regional e geográfico para pôr aqui essas majorações?

É que eu não percebo, por exemplo, a freguesia do Faial da Terra, ou da Água Retorta, ou da Ajuda da Bretanha ou da Agualva, porque é que têm que ter um tratamento inferior à freguesia da Matriz da Horta?

Foi usado um critério geográfico de ilha, quando provavelmente devia ter sido utilizado outro critério para essas majorações, porque eu percebo muito bem que haja freguesias que precisam de majorações, agora, nem todas as freguesias destas ilhas precisam de majorações. E os exemplos que eu dei aos quais junto Sta. Bárbara de P. Delgada, Fontinhas e outras que eu me possa ter esquecido, são freguesias que precisavam provavelmente dessas destas majorações, ao contrário da Matriz da Horta que provavelmente não precisa dessas majorações. Mas foi o critério que o Governo entendeu escolher, o critério geográfico de ilha já para mim é uma aberração, porque discrimina negativamente duas ilhas do arquipélago dos Açores, o que para mim é inqualificável e inaceitável, foi um conceito que foi lançado no passado pelo Partido Socialista e com o qual eu não concordo, e muito menos concordo que seja utilizado este critério num caso específico de um diploma que trata de freguesias.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O papel das juntas de freguesia na Região é de facto muitíssimo importante, a sua proximidade com as populações, o seu conhecimento do território e até da população, em freguesias pequenas, é normal que se conheça praticamente ou mesmo toda a gente, leva a essa de identificar rapidamente problemas ou, quando não se identifica, eles batem efetivamente à porta. E esse papel, as suas competências e o seu trabalho é muitas vezes para além daquilo que que as

competências definem e é fundamental nas mais variadas situações.

A Região Autónoma dos Açores tem um conjunto de freguesias que na sua maioria têm uma população muito reduzida, o que com a forma como o financiamento é atribuído, leva a dificuldades acrescidas que as freguesias no País já sentem, mas que na Região - fruto dessa reduzida dimensão populacional - ainda é mais significativo, é uma opção legítima e correta da Região e de cada uma das freguesias em querer, e muito bem, o seu território e a sua identidade, mas efetivamente, é necessário encontrar formas de garantir que a junta de freguesia não seja apenas uma porta aberta para ouvir queixas, lamentos e problemas, mas sim que tenha capacidade de atuar. Essa capacidade de atuar só se faz com recursos, só se faz com dinheiro, com pessoas, mas as pessoas também têm que receber salário e essa dificuldade, sabemos, as freguesias sentem no dia a dia.

Posto isto, esta Proposta de DLR que o Governo Regional apresenta, tem a nossa concordância na sua generalidade, porque apresenta um quadro com uma ou outra questão que não podemos deixar de levantar, mas no geral, tem a nossa concordância.

Não combinámos nada - e o Sr. Deputado Nuno Barata não me deixa mentir - mas de facto há uma questão aqui que merece reflexão à qual submetemos uma proposta de alteração e que tem a ver com as majorações com base meramente no território e no espaço de ilha, porque concordamos que as majorações para territórios possam e devem existir e quando estamos a falar do território municipal ou de ilha ela pode ter essa configuração, mas neste momento, estamos aqui a falar de um diploma que se aplica a um território concreto - a freguesia, que não é o território da ilha, é distinto. Nós não podemos comparar, ou pelo menos não devemos agrupar freguesias, apenas porque são de uma determinada ilha e, por isso, possam ter uma majoração, só por estarem numa determinada ilha.

Uma freguesia rural da ilha do Faial não é uma freguesia urbana da ilha do Faial; uma freguesia rural da ilha de São Miguel não é uma freguesia urbana da ilha de São Miguel. E já foram aqui dados alguns exemplos, tais como a freguesia do Raminho, por exemplo, diz-te 20 quilómetros de Angra do Heroísmo; porque é que fica de fora desse tipo de majoração?

A freguesia de Água Retorta dista 13 quilómetros da sede de concelho, que já de si é um concelho que tem um PIB per capita muito inferior à média regional – o concelho da Povoação - e fica a 73 quilómetros do concelho de P. Delgada; porque é que fica de fora destas majorações?

Entendemos que não há uma solução perfeita para este problema, mas é preciso encontrar uma solução melhor do que aquela que está aqui proposta.

Por isso mesmo, fizemos uma proposta de alteração que já deu entrada e será naturalmente distribuída, que não valoriza o critério meramente geográfico, mas implica que sejam definidos critérios demográficos, sociais e económicos para atribuir as majorações.

Sabemos bem que há freguesias que necessitarão dessa majoração, tais como freguesias no Pico, na Graciosa, S. Miguel ou Terceira e há outras que eventualmente no Faial, Pico ou em Sta. Maria, poderão não necessitar dessa majoração.

É esse trabalho que pela complexidade de definição de critérios, nós não fazemos nem poderíamos fazer porque não temos os dados suficientes para o fazer, mas que em regulamentação o Governo pode definir critérios, mas na proposta que fazemos já balizamos critérios do ponto de vista económico, do ponto de vista social e demográfico. E, assim, julgo eu, será muito mais justo para todas as freguesias uma majoração que não que não exclua, por mera situação geográfica, todas as freguesias da ilha de S. Miguel e da ilha Terceira, porque isso seria efetivamente muitíssimo injusto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Leal.

(*) Deputado José Leal (PSD): Sr. Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, caros colegas conhecidos da Associação de Freguesias:

Saúdo os meus colegas que estão nas galerias, embora aqui esteja como Deputado do PSD, mas também como presidente de junta.

Gostaria de tecer dois ou três considerandos sobre este diploma agora aqui em discussão.

O primeiro considerando é de reconhecimento, Sr. Presidente do Governo, não podemos passar a vida a dizer que precisamos de mais e aquilo, mais formação, mais cooperação técnica e quando aparece um diploma destes, vir dizer que não é bem assim, que estamos com dúvidas.

Portanto, há um reconhecimento que tem que ser feito aqui e agora perante a iniciativa legislativa do Governo Regional. Só tenho pena que não se tenha sido mais cedo. E toda a gente sabe que só não foi mais cedo, porque houve o chumbo do orçamento. Não fosse isso, e todos os presidentes de junta podiam ter acesso a todas essas verbas e a todos esses programas, porque agora aina não têm acesso a isso e ainda estão segundo um modelo antigo de 2002, porque houve um chumbo – é preciso dizer isto. Mas “tarde é o que nunca chega”. Felizmente, estamos já perante uma situação de aprovação deste diploma.

É preciso perceber que este diploma nasce da necessidade de rever um diploma aprovado em 2002, ou seja, já tem 22 anos a lei atual que rege a cooperação da administração regional com as freguesias. É um diploma que além de ter esses anos todos, também não é muito explícito na questão dos municípios e freguesias.

O que é que eu quero dizer com isto?

São ambos poder local - municípios e freguesias - mas são poderes com

características distintas. Toda a gente sabe disso.

O município não é uma freguesia e uma junta de freguesia não é uma câmara municipal.

Portanto, o diploma de 2002 é muitas vezes é omissivo e este diploma agora vem corrigir situações desse género.

Este que temos aqui é um diploma com critérios rigorosos, mais precisos e transparentes; as pessoas sabem com o que é que contam, porque há previsibilidade e há uma maior abrangência. Bem sei que alguém propôs que se inserisse mais qualquer coisa, no entanto eu acho que qualquer diploma presente a uma câmara como esta será sempre motivo de um processo dialético, isto é, um processo de acréscimo, de aceitação, de debate, tal como aconteceu com as várias entidades que se pronunciaram como parceiros.

Assim sendo, este é um processo que pode acditar perfeitamente contribuir positivos que venham beneficiar aqueles a quem se destina o diploma.

Neste sentido, este é um diploma que abrange, por exemplo, a questão social - o que está em vigor não abrange. E tanto se fala nas preocupações sociais, sendo que aqui partidos que têm uma forte componente social na sua ideologia. Pois este diploma vem realmente abranger as questões sociais, bem como a questão da transição digital, a questão da aquisição de veículos e das despesas de consultadoria.

Enfim, meus amigos, uma coisa é estarmos a falar de cooperação técnica e financeira. Reparem bem, há muitas juntas de freguesia por estes Açores fora que não têm recursos humanos qualificados nem funcionários para fazer consultadoria, para fazer relatórios, até às vezes para fazer atendimento adequado à população, há juntas de freguesia que tem dificuldades nisso. E, portanto, este diploma vem ajudar muitas daquelas freguesias, as tais que ficam distantes do centro administrativo, a ter recursos humanos adequados devidamente formados para atuar.

Por outro lado, falou-se aqui nas majorações. Eu estou à vontade, porque faço parte de uma freguesia central do concelho de P. Delgada e sobre esse assunto vou só citar Vitorino Nemésio que diz que “a geografia vale tanto para os açorianos como a sua história” ou vice-versa, como quiserem.

Portanto, a questão é a seguinte: nós temos que pensar que há ilhas com mais dificuldades, onde a insularidade é uma palavra que existe realmente, é um termo e é um conceito que existe. E as suas freguesias sentem essa dificuldade e têm que participar muitas vezes em obras de âmbito municipal e obras de âmbito regional. Mas reparem bem, a majoração não é só para isso, é também para os projetos de interesse regional e que me dizem que quando se juntarem uma ou duas juntas de freguesia pode o processo ser majorado.

Eu tinha aqui mais coisas para dizer, infelizmente a ditadura do tempo não me permite.

O eco-freguesias está fora. Mas eu só queria uma coisa, Sr. Presidente e isto não é novo: o poder de proximidade, o poder local é um poder que - já está estudado por economistas - o investimento do poder local é 4 vezes superior ao investimento na administração pública. Isto é assim já há muitos anos e este diploma vem ao encontro disso.

Tenho pena de não poder falar mais, por isso fico-me por aqui.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor tem mais 9 minutos.

Como é que não tem tempo?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(* **Deputado Mário Tomé** (*PS*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai ser muito rápida com alguns considerandos, aproveitando o momento e o diploma em discussão, cumprimento todos os autarcas aqui presentes, bem como os representantes da ANAFRE e os autarcas açorianos que de facto fazem um trabalho notável com poucos recursos e com poucos meios.

O Grupo Parlamentar do PS não tem qualquer problema em reconhecer que este é um bom documento, é um documento relevante e importante para as freguesias dos Açores.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

O Orador: Eu considero que este é um primeiro passo para irmos a outra questão que é importante e fundamental, a qual o Sr. Presidente do Governo referiu na tribuna e que é a revisão da Lei de Finanças Locais, nomeadamente no que diz respeito ao poder local. Esta é a questão de fundo, é a questão mais preocupante dos autarcas e porquê?

Porque este diploma vem de facto dar uma ajuda quer em termos dos investimentos que são necessários, quer em diversas áreas de intervenção. Mas não compete à Região Autónoma dos Açores, através do seu Governo resolver o problema das freguesias. Este problema tem que ser do estado. E aqui deixo um apelo ao Governo Regional nessa perspetiva, porque é completamente impossível às juntas de freguesia, com os novos desafios e com as alterações climáticas, conseguir corresponder sem ter financiamento e meios próprios. Nessa perspetiva, e em relação a este documento, como referi a colega Sandra Costa Dias, o Grupo Parlamentar do PS deu o seu contributo fazendo propostas de alteração que visam acima de tudo ajustar e melhorar a questão da

transparência e também pequenos pormenores que têm a ver com o funcionamento das juntas de freguesia.

Discordamos completamente do Sr. Deputado Francisco...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): César...?

O Orador: ... quanto à questão das questões técnicas que envolvem as candidaturas, mas para isso as autarquias locais, no caso as câmaras municipais, são parceiros imprescindíveis e fundamentais de colaboração com a junta que tendo os seus gabinetes técnicos, deverão ser parceiros a esse nível.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco Lima)

O Orador: Eu acho que qualquer presidente de câmara tem a noção de que é preciso colaborar, independentemente da cor partidária, porque as juntas de freguesia não têm recursos humanos para resolver determinadas situações daí compete às câmaras ter essa atitude de proatividade.

Vou terminar dizendo que o Grupo Parlamentar do PS-Açores, de uma forma responsável, não está preocupado e vai apresentar propostas de alteração, mas reafirmo que a questão de fundo não passa só por este momento, passa também pela revisão da Lei de Finanças Locais, nomeadamente quanto à questão do financiamento das juntas e das câmaras.

Mesmo para terminar, recordo a diminuição de financiamento que houve a partir do momento que em que a troika chegou a Portugal, nomeadamente no período de 2011 a 2015, em que quer as câmaras quer as juntas de freguesia sofreram cortes brutais do ponto de vista do seu financiamento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Vice-Presidente do Governo)

Regional e Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo apresenta-nos aqui uma proposta de melhorar a cooperação técnica e financeira com as autarquias locais, nomeadamente das freguesias que são o poder político mais próximo dos cidadãos, aquele que mais fácil e celeremente consegue acudir aos problemas diários dos nossos cidadãos.

Sabemos que por constrangimentos da lei nacional de financiamento das autarquias locais, as autarquias de pequena dimensão, como são as autarquias dos Açores, têm dificuldades de financiamento para fazer face àquilo que é o dia a dia e a gestão corrente das nossas freguesias e dos nossos problemas.

O isolamento insular também não ajuda e, portanto, em boa hora o nosso Governo de coligação apresenta esta proposta de cooperação técnico-financeira com o estabelecimento de regras claras, objetivas e transparentes com as autarquias e com as nossas juntas de freguesia.

Portanto, espera-se, que se deixe de ouvir que há juntas que recebem mais do que outras, que há uns que são afilhados e outros são enteados. Já chega disso e temos que pôr uma pedra nesse assunto e passar à frente. Em boa hora o Governo criou este regime jurídico que visa estabelecer regras que tratam de igual forma todas as nossas autarquias locais. E, por outro lado, também, amplia o âmbito de aplicação dessa cooperação técnica e financeira, não só aquilo que era até agora relativo ao património do edificado da junta de freguesia, mas possibilitando a utilização de verbas e a cooperação técnica em outras áreas, sendo que o Sr. Presidente do Governo já aqui nos deu exemplos muito precisos

sobre como poderá ser feita essa cooperação em prol de todos os açorianos. Nós temos que compreender que também ao Governo é difícil chegar a todos os cantos das nossas novilhas e, portanto, mais facilmente se conseguirá resolver problemas locais (localmente) com o poder autárquico local e se calhar de uma forma muito mais económica, muito mais vantajosa e célere do que estar sempre à espera que seja um departamento governamental a ter que fazer um concurso público para que seja feita uma obra, muitas vezes de pequena dimensão que resolve grandes problemas, numa qualquer localidade dos Açores. Por isso, obviamente que esperamos que esta câmara possa aprovar com larga maioria esta iniciativa, porque tal como já foi expresso pelos várias forças políticas, há esse desejo de evoluirmos na cooperação técnica e financeira com as autarquias locais e com as nossas freguesias, logo, obviamente esperamos que isso aconteça. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

(*) Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que “estabelece o regime jurídico da cooperação técnica e financeira em Administração Regional Autónoma e as Freguesias e as Associações de Freguesias da RAA dos Açores”, importa destacar dois aspetos: o primeiro é o aumento muito considerável das verbas que Administração Regional irá disponibilizar às freguesias que no próximo

ano e nos seguintes atingirá o valor de 4 milhões de euros. A isto é necessário somar a consagração de mecanismos muito mais flexíveis que permitirão que essas verbas possam ser finalmente executadas pelas nossas freguesias. Consagra, em definitivo, o maior regime de apoio às freguesias da história dos Açores.

Em segundo lugar, é necessário destacar uma novidade absoluta que está considerada na proposta de alteração entregue pelos partidos da Coligação. A ilha do Corvo passará a ter acesso às verbas de apoio às freguesias que até agora lhe estiveram vedadas, dando, assim, pleno cumprimento ao Artigo 136º que diz o seguinte: “ao município da ilha do Corvo pôr condicionamentos que lhe são próprios a titular das suas competências genéricas das freguesias, com as devidas adaptações no respetivo território”.

Neste sentido, o PPM apoia a aprovação deste diploma.

Disse.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dizer qual é a nossa posição em relação a alguns detalhes de artigos que foram aqui falados.

Nós também lemos a nota técnica que fez a Assembleia Legislativa Regional,

mas como este fundo não implica uma orgânica e é uma denominação para onde estará alocado o dinheiro correspondente ao novo regime, naturalmente para nós, é um assunto que está claríssimo.

Depois dizer que entendendo de alguma forma a comparação entre freguesias de várias ilhas que foi feita - e deixo esta reflexão à câmara também para ser analisado e pensado por todos – nós não podemos achar que fazer uma obra numa freguesia da ilha das Flores tem o mesmo custo de fazer uma obra numa freguesia da ilha de São Miguel. E, portanto, o critério utilizado parece-nos que foi claro, respeita as ilhas de coesão e no que diz respeito especificamente aos custos de vida e de pôr projetos em curso exatamente nas ilhas de coesão.

Depois, dizer que o tratamento das juntas de freguesia e dos municípios dos Açores tem de passar a ser de uma vez por todas com uma atitude transparente, de equidade e de previsibilidade. As juntas de freguesia dos Açores, e noutros casos os municípios dos Açores, têm de ter noção do que é que têm disponível. E, infelizmente, vemos aqui algumas acusações de supostas intenções e até de *amiguismo* para definir o que é um projeto de interesse regional, então quem é que havia de definir o que é um projeto de interesse regional senão o próprio Governo Regional? É o próprio Governo que decide o que é um projeto com interesse regional. Lamento profundamente - mas até acredito que seja algum trauma do passado - de se achar que isto promove o *amiguismo*, quando não é de todo esta a intenção deste Governo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, quero saudar a câmara pelo facto de ter na generalidade das intervenções aderido ao mérito geral da criação deste regime que na verdade procura, da experiência colhida do histórico da cooperação técnico-financeira, a garantir - disso não haja dúvidas - mais previsibilidade, mais estabilidade, mais transparência, abertura aos escrutínios, porque os as candidaturas, as aprovações, as selecionadas e as não selecionadas, estão no domínio do portal absolutamente transparente. E, portanto, há um adquirido com este regime, a favor da transparência, previsibilidade, estabilidade e até da regularidade da cooperação técnico-financeira com as freguesias que o atual regime não assegura.

Em segundo lugar, e saudando, aliás, a intervenção do Sr. Deputado Mário Tomé, a outra compreensão. A responsabilidade do financiamento geral do poder local, e em particular das freguesias, não é outro que não o da Lei de Finanças Locais e com os critérios da objetividade demográfica, territorial e económica definida no fundo de equilíbrio financeiro. São criticados objetivos e que correspondem a este enquadramento.

Eu posso dirigir-me às Sras. e Srs. Presidentes de Freguesia também com a tranquilidade e a insustentável leveza de um saber adquirido pela experiência de autarca que fui Presidente de Câmara Municipal numa autarquia com 24 freguesias de diferentes cores partidárias, onde ficou demonstrado pela minha ação, um comportamento de equidade que exatamente também inspira este regime.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E é manifestamente assim que eu vejo a distribuição. Estou expectante também, como dizia o Sr. Deputado Mário Tomé, aliás, na minha intervenção de tribuna fiz referência e ele sinalizou este inciso na sua intervenção, relativamente à importância vital da Lei de Finanças Locais.

Observaremos após uma revisão em alta a favor da distribuição da riqueza nacional pelo poder local democrático português, também a adaptação futura que possamos fazer aqui. Este está feito num quadro ainda vigente do que é a Lei de Finanças Locais e que há mais negativa, aliás, garrotou com a sua revisão os meios disponíveis às autarquias do País e dos Açores em particular.

Portanto, esperamos que haja esta revisão em alta e que vejamos que tipo de critérios com objetividade possa depois também ter boa influência nas propostas.

Segundo, dizer do meu conforto político jurídico e até de conhecimento no terreno e não de intuições, a participação da delegação regional da ANAFRE nesta definição. E eu confio, e prefiro, apesar de estar disponível o Governo, como sempre estive para que haja avaliação de propostas de alteração no sentido da melhoria, aliás os grupos parlamentares e a representação parlamentar da Coligação tem propostas para apresentar no sentido do aperfeiçoamento, que não se façam há alterações que adulterem o princípio e, desde logo, o parecer favorável que a ANAFRE realizou. E tem conhecimento do valor destas majorações. Creio que devíamos ter alguma prudência, embora abertos, para este tipo de alterações sem uma auscultação prévia à ANAFRE e aos próprios autarcas de freguesia e quiçá esperar melhor tempo na revisão da Lei de Finanças Locais que antecipámos.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu acho que eles concordam, não se tinham era apercebido disso.

O Orador: A segunda nota tem a ver com uma preocupação que o Sr. Deputado Francisco Lima levantou e que é pertinente. Isso era a prática anterior

que com este regime que se quer eliminar, que é o dito falta de escrutínio e de critérios na sua objetividade possível que isto impõe. Este regime tende para evoluir neste sentido. E, portanto, vai no bom caminho. Não se trata de uma crítica de abate a esta solução, porque ela vem inovar e vem reforçar a objetividade dos critérios e, por isso, só pode merecer acolhimento.

A segunda nota, Sr. Deputado da Iniciativa Liberal Nuno Barata, é pertinente o que levantou relativamente às vias terras. E aí o que lhe posso dizer é que o Governo está já a trabalhar, mas obviamente abertos a contributos de parlamentares relativamente ao novo estatuto das vias terras, porque sim, é verdade a ausência de identificação e de competências e responsabilidades dos diferentes poderes para as vias terrestres e creio que é mais do que tempo de realizarmos essa intervenção e, depois, ela obviamente tem influência via direta e indireta nos domínios da intervenção do poder local democrático, freguesias, municípios e Governo Regional e estarei disponível para esse debate futuramente.

O que eu posso dizer é que da parte do Governo há confiança na isenção e na capacidade para, com este reforço de meios, as nossas freguesias fazerem mais e melhor do que fizeram até hoje, apesar do muito que já fizeram com tão poucos meios.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

Presidente: Muito obrigado Sr. Presidente do Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma breve, há pouco na minha primeira intervenção referi a nossa posição geral sobre a iniciativa, mas também uma proposta de melhoria de diploma para torná-lo mais justo.

Já percebemos, quer pela intervenção do Sr. Presidente do Governo quer pela intervenção da bancada do PSD, que essa proposta não terá acolhimento, pelo menos por parte da Coligação, mas julgo que é fundamental também perceber o porquê dessa rejeição, ou dessa diferença de entendimento, quando foi o próprio Governo Regional que inaugurou – e julgo eu bem - o CONSTRUIR 20/30, uma forma de majoração de concelho, por exemplo da ilha de São Miguel, que tem efetivamente do ponto de vista demográfico, do ponto de vista da economia ou do ponto de vista social, dificuldades evidentes. E eu tenho aqui o decreto regulamentar e também uma notícia com o Sr. Deputado Flávio Soares a anunciar isso mesmo:

“No CONSTRUIR 20/30 há uma majoração para as ilhas de Faial e Pico e para os concelhos de Nordeste, Vila Franca e Povoação na ilha de São Miguel.”

Ora eu tenho dificuldade depois em perceber porque é que se quer discriminar negativamente a ilha de São Miguel e a Terceira. Há muitas vezes que dizem que este Governo não gosta da ilha de São Miguel.

Deputado Flávio Soares (PSD): Olhe que o resultado eleitoral não diz isso!

O Orador: Eu julgo que não será assim, mas às vezes parece.

Eu julgo que isso não é um bom princípio e há aqui a oportunidade de melhorar o diploma e espero que haja efetivamente essa melhoria do diploma para não se ouvir que o Governo não gosta da ilha de São Miguel e agora também da ilha Terceira.

Estamos cá para tentar melhorar o diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu recuso-me a entrar neste debate bairrista, mas queria apenas esclarecer a Sra. Deputada Sabrina Furtado...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Eu estou muito esclarecida, Sr. Deputado!

O Orador: ... embora perceba a sua intervenção acerca do custo das obras nas ilhas de coesão e nas freguesias mais distantes dos centros de decisão da ilha de São Miguel ou da ilha Terceira, mas não me parece que seja mais barato fazer uma obra no Faial da Terra do que na Matriz da Horta. E se calhar até é mais barato fazer em Santa Cruz das Flores do que na Água Retorta. Mas isso os senhores lá sabem o que é que querem fazer.

Eu queria só apenas esclarecer aqui uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado José Leal e que carece de esclarecimento.

O Sr. Deputado não estava cá, não tem obrigação de saber, mas se calhar como autarca de freguesia e homem culto que é e que acompanha a vida política regional aos anos que acompanha, talvez devesse ter-se debruçado mais um bocadinho sobre este processo legislativo, em vez de vir dizer qual *virgem ofendida* que a culpa disto não estar a funcionar é porque chumbaram ao orçamento.

Não Sr. Deputado, pode ficar tranquilo, porque nós queremos este diploma a funcionar. Eu sempre o disse, aliás, eu fui o primeiro dos deputados na última legislatura a ir visitar todas as freguesias dos Açores e todos os concelhos dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E não percebeu onde é que é mais caro fazer obras?!

O Orador: E deixei as ilhas maiores para o fim precisamente pela razão de

saber o que é ser autarca de freguesia, principalmente nas ilhas mais afastadas dos centros de decisão. Mas há um pormenor neste processo, é que este diploma entrou no Parlamento dos Açores em junho de 2023. E em 13 outubro de 2023, o diploma estava relatado e pronto para subir a plenário. Não subiu a plenário, porque o Governo e o Grupo Parlamentar do PSD entenderam fazer subir outros dois diplomas e por isso é que este diploma não subiu.

Quais foram esses diplomas?

Veja-se, diplomas muito mais importantes do que estes protocolos político-financeiros com as com as freguesias, ou seja, foi a desafetação do Forte de São João Batista da Praia Formosa e a questão do IVA das autarquias.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Ahh o IVA das autarquias!

O Orador: Portanto, o Governo e o PSD entenderam - em outubro de 2023 - que este diploma era **menos importante** do que desafetar, por exemplo, o Forte de São João Batista da Praia Formosa do domínio público nacional.

Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD): E em dezembro?!

O Orador: Portanto, isto não foi por causa do chumbo do orçamento. Se este diploma tivesse subido a 17 de outubro de 2023, já estava a ser executado mesmo com o chumbo do orçamento, com algum atraso, mas já estava a ser executado. E é importante esclarecer isso, porque isto faz alguma pedagogia no estudo do que é o processo legislativo nesta Casa.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Leia o diploma, Sr. Deputado. É preciso fundo para executá-lo!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por felicitar o Governo Regional não só por este diploma que estamos hoje aqui a discutir, mas também anteriormente com a criação da Direção Regional do Poder local que tem trabalhado muito bem e tem estado muito próximo das juntas de freguesia.

Deputado Nuno Barata (IL): Muito bem lembrado!

O Orador: Dizer também que fico feliz com tanto reconhecimento para com os autarcas de freguesia, mas só quem passa por este cargo é que sabe a dificuldade que um presidente de junta tem diariamente a lutar para defender a sua terra e com poucas capacidades financeiras. É isto que este diploma vai resolver.

Muita gente pensa que há obras que são feitas pelas juntas de freguesia, mas não é não é correto. As juntas de freguesia estão sempre dependentes da boa disposição de uma câmara municipal para realizar obras de maior dimensão que são fundamentais para as suas freguesias. E este diploma vai atenuar esta esta lacuna.

Portanto, um reconhecimento ao Governo Regional por mais uma vez reconhecer e dar importância ao poder local e às juntas de freguesia.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Sabrina Furtado faça favor.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu não posso deixar passar a imagem nesta Casa de que este Governo achou que este diploma era secundário em relação a outros diplomas e, por acaso, que diziam também respeito ao poder local.

Eu recordo-me exatamente que foi este Governo Regional foi o primeiro Governo a reconhecer o IVA turístico como uma receita municipal e a dar aos municípios.

Deputado Nuno Barata (IL): Não tem nada a ver com isso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Tem tudo a ver sim Sr. Deputado Nuno Barata.

O Sr. Deputado Nuno Barata não pode presumir que vem aqui dizer o que quer e que as pessoas não lhe vão dizer o que pensam sobre os mesmos assuntos.

Deputado Nuno Barata (IL): Por mim a senhora pode dizer o que quiser!

A Oradora: E, portanto, tem tudo a ver, Sr. Deputado Nuno Barata.

Como já disse o nosso colega Joaquim Machado, ainda hoje, já foi devolvido o que faltava do IRS aos Municípios dos Açores, foi este Governo que reconheceu o IVA turístico como uma receita dos Municípios dos Açores, ao contrário da Madeira que nunca devolveu absolutamente nada aos seus municípios.

Portanto, não é uma questão de achar que este assunto é secundário. É uma questão de prioridades, para que não se façam as coisas à pressa e não se deem passos atrás.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) Deputado Luis Soares (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo; Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já muito foi aqui dito sobre os autarcas de freguesia, já foram bastante elogiados e penso que todos os elogios são merecidos.

Queria também congratular o Governo Regional, porque foi efetivamente este Governo e foi este Presidente do Governo Regional, como autarca que já assumiu aqui que foi - e foi um brilhante autarca - que soube tratar por igual todas as freguesias do seu concelho...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... que instituiu esta relação de proximidade fundamental com as autarquias.

Como já foi aqui lembrado, a criação da Direção Regional do Poder Local, ou como ainda não foi lembrado, mas passo eu a dizer, a majoração do Eco-freguesias e agora esta cooperação técnico-financeira com o poder local.

Este é efetivamente o Governo que reconhece aos autarcas de freguesia a sua importância e sabe perfeitamente onde é que começa a política, ou seja, nas freguesias, no povo e na proximidade.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD)**: Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que durante esta discussão já quase tudo foi dito relativamente à importância e ao papel dos autarcas de freguesia. Todos nós aqui somos da mesma opinião de que temos um papel relevante, mas a história ao longo do tempo mostrou-nos que muitas vezes os autarcas não tinham a importância que muita gente diz que devem ter. E isto é um alerta que faço, porque efetivamente ser presidente de junta, hoje em dia, é diferente de ser presidente de junta no passado.

Ser presidente de junta hoje, em dia, o paradigma é totalmente diferente. Ser presidente de junta é mais do que aquilo que as pessoas dizem. É estar presente e tentar resolver.

Eu costumo dizer meio a brincar que até quando chove ou até quando há trovoadas a culpa é do presidente de junta.

Esta é uma realidade que todos nós temos que constatar.

Por isso, sobre o diploma que hoje se nos apresenta hoje, apetece-me dizer **finalmente** temos um diploma que dá resposta às freguesias. Finalmente temos um diploma que dá importância aos presidentes de junta e, acima de tudo, dá importância às próprias populações, porque ajudar uma junta de freguesia, ajudar o executivo da junta de freguesia, não é ajudar a eles próprios, sejam eles do Partido Socialista, do CHEGA, do PSD ou do CDS. Ajudar uma junta de freguesia é ajudar às próprias populações.

É isto que eu gostava que nunca se esquecessem – ajudar uma freguesia é ajudar as populações!

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo).

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta algumas dúvidas que surgiram relativamente à nossa proposta de alteração, por via de uma parte indefinida na proposta, nós iremos apresentar uma substituição integral dessa mesma proposta de alteração que mantenha a redação atual da alínea b) do n.º.1 do Artigo 12º, ao que eu acrescento “bem como as freguesias das restantes ilhas que cumpram determinados critérios económicos sociais e demográficos eh definido pelo despacho do membro do Governo com competência em poder local”. Naturalmente isto será redigido a escrito, mas julgo que assim, não colocando nenhuma incerteza para aquelas freguesias que estão abrangidas com esta proposta, coloca-se claramente a possibilidade das freguesias de São Miguel e Terceira e Corvo também (dependendo da aprovação ou não da proposta da alteração da Coligação) possam ter efetivamente também acesso a essas majorações, porque parece-nos ser a proposta mais justa.

Nesse sentido, Sr. Presidente, solicito um intervalo regimental de 15 minutos para a proposta ser entregue e distribuída.

Presidente: Muito bem Sr. Deputado.

Vamos fazer o intervalo regimental de 15 minutos.

Regressamos às 19 horas e 45 minutos.

Eram 19 horas e 32 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 50 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, eu já despachei a proposta do Bloco de Esquerda que já deve estar a chegar aos vossos emails.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos iniciar as votações.

Vamos votar na generalidade a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII** – “Estabelece o regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Freguesias e Associações de Freguesias da Região Autónoma dos Açores”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII** foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 5 votos de abstenção do CHEGA.

Presidente: Obrigado Sra. Secretária.

Sras. e Srs. Deputados, como deu entrada há pouco uma proposta do Bloco de Esquerda que provavelmente ainda não terão analisado e eu próprio também não, e aliás a Mesa precisa de atualizar a grelha, por isso eu proponha que iniciássemos o debate e a votação na especialidade amanhã.

Ninguém se opõe?

Sendo assim, encerramos os nossos trabalhos por hoje e amanhã continuamos às 10 horas com o PTAP.

Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 54 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Ana Paula Lemos.